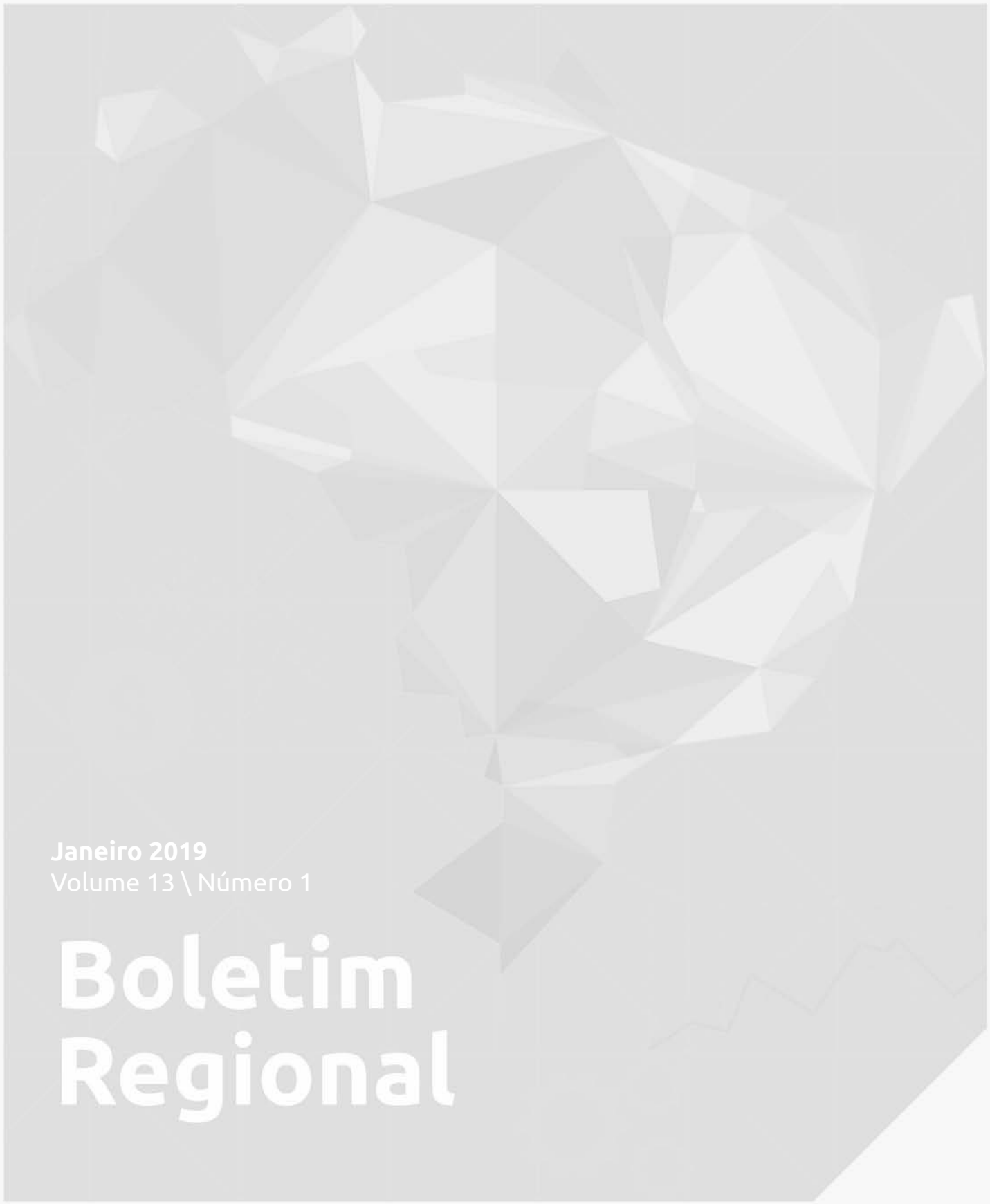




Janeiro 2019
Volume 13 \ Número 1

Boletim Regional



Janeiro 2019
Volume 13 \ Número 1

Boletim Regional

ISSN 2175-9278
CNPJ 00.038.166/0001-05

Boletim Regional

Publicação trimestral do Banco Central do Brasil/Departamento Econômico.

Os textos, as tabelas e os gráficos são de responsabilidade dos seguintes componentes do **Departamento Econômico (Depec)** (*e-mail*: depec@bcb.gov.br):

Região Norte – Núcleo da Coordenação Regional do Norte e Sul no Pará (*e-mail*: pa.depec@bcb.gov.br);

Região Nordeste – Coordenação Regional do Nordeste (*e-mail*: pe.depec@bcb.gov.br),
Núcleo da Coordenação Regional do Nordeste na Bahia (*e-mail*: ba.depec@bcb.gov.br);
Núcleo da Coordenação Regional do Nordeste no Ceará (*e-mail*: ce.depec@bcb.gov.br),

Região Centro-Oeste – Núcleo da Coordenação Regional do Sudeste em Minas Gerais (*e-mail*: mg.depec@bcb.gov.br),

Região Sudeste – Coordenação Regional do Sudeste (*e-mail*: sp.depec@bcb.gov.br),
Núcleo da Coordenação Regional do Sudeste em Minas Gerais (*e-mail*: mg.depec@bcb.gov.br),
Núcleo da Coordenação Regional do Sudeste no Rio de Janeiro (*e-mail*: rj.depec@bcb.gov.br);

Região Sul – Coordenação Regional do Norte e Sul (*e-mail*: rs.depec@bcb.gov.br);
Núcleo da Coordenação Regional do Norte e Sul no Paraná (*e-mail*: pr.depec@bcb.gov.br).

Informações sobre o Boletim

Telefone: (61) 3414-1061

Fax: (61) 3414-2036

É permitida a reprodução das matérias, desde que mencionada a fonte: Boletim Regional do Banco Central do Brasil, v. 13, n. 1.

Convenções estatísticas

- ... dados desconhecidos.
- dados nulos ou indicação de que a rubrica assinalada é inexistente.
- 0 ou 0,0 menor que a metade do último algarismo, à direita, assinalado.
- * dados preliminares.

O hífen (-) entre anos (2004-2006) indica o total de anos, incluindo o primeiro e o último.

A barra (/) utilizada entre anos (2004/2006) indica a média anual dos anos assinalados, incluindo o primeiro e o último, ou, se especificado no texto, ano-safra ou ano-convênio.

Eventuais divergências entre dados e totais ou variações percentuais são provenientes de arredondamentos.

Não são citadas as fontes dos quadros e gráficos de autoria exclusiva do Banco Central do Brasil.

Atendimento ao Cidadão

Banco Central do Brasil
SBS – Quadra 3 – Bloco B – Edifício-Sede – 2º subsolo
70074-900 Brasília – DF
Telefone: 145 (custo de ligação local)
Internet: <<http://www.bcb.gov.br/?ATENDIMENTO>>

Sumário

Apresentação	5
Sumário executivo	7
Região Norte	9
Região Nordeste	15
Bahia _____	19
Ceará _____	23
Pernambuco _____	26
Região Centro-Oeste	31
Região Sudeste	35
Minas Gerais _____	39
Rio de Janeiro _____	43
São Paulo _____	46
Região Sul	51
Paraná _____	56
Rio Grande do Sul _____	60
Inferências nacionais a partir dos indicadores regionais	63
Boxes	
Escolaridade e rendimentos do trabalho _____	69
O mercado de crédito por microrregião _____	73
Diferenças no comportamento regional dos preços ao consumidor _____	80
Economia baiana _____	84
Apêndice	91

Apresentação

O “Boletim Regional do Banco Central do Brasil” é uma publicação trimestral do Banco Central do Brasil que apresenta as condições da economia por regiões e por alguns estados do país. Sob o enfoque regional, enfatiza-se a evolução de indicadores que repercutem as decisões de política monetária – produção, vendas, emprego, preços, comércio exterior, entre outros. Nesse contexto, a publicação contribui para a avaliação do impacto das políticas da Autoridade Monetária sobre os diferentes entes da Federação, à luz das características econômicas locais e das gestões políticas regionais.

As análises e informações do “Boletim Regional” buscam oferecer à sociedade – em particular, a gestores de política econômica nas esferas subnacionais, pesquisadores e integrantes do meio acadêmico, empresários, investidores, e profissionais de imprensa – elementos que contribuam para identificar a forma e, especialmente, a magnitude de repercussão, no âmbito regional, das políticas implementadas. Ao mesmo tempo, a publicação contribui para dar à sociedade conhecimento dos critérios analíticos da Instituição.

O “Boletim Regional” analisa as economias das regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul e dos estados da Bahia, Ceará, Pernambuco, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul. A disponibilidade de estatísticas econômicas, bem como a distribuição geográfica das representações do Banco Central, influenciou a escolha dos estados. Assim, para as regiões que possuem apenas uma representação institucional – Norte e Centro-Oeste –, optou-se pela análise agregada regionalmente. Para as regiões em que existem mais de uma representação, são apresentadas, além da análise regional, as análises para os estados nos quais se encontram as representações.

Homogeneidade, abrangência e regularidade foram os principais critérios de escolha das estatísticas e das fontes. Dessa forma, em sua maior parte, os dados têm como origem os órgãos e os institutos

de âmbito nacional, destacadamente o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e os entes da administração direta. Em alguns casos, foram utilizadas, complementarmente, informações de entidades regionais. Dados sem tratamento das fontes foram dessazonalizados pelo Departamento Econômico do Banco Central do Brasil (Depec).

Sumário executivo

A evolução recente dos indicadores de atividade corrobora o cenário de recuperação gradual da economia brasileira, com oscilações nos resultados trimestrais dos diferentes setores e regiões.

A economia no Norte do país cresceu no trimestre encerrado em novembro, favorecida pelo desempenho positivo do comércio e da indústria extrativa mineral. As vendas do comércio ampliado foram notadamente beneficiadas pelo evento *Black Friday* no final de novembro. No setor industrial, o desempenho da indústria extrativa (com participação de 38% na indústria regional) segue positivo, expandindo 1,5% na margem. Nesse cenário, o Índice de Atividade Econômica Regional da Região Norte (IBCR-N) aumentou 1,0% no período, em relação ao trimestre encerrado em agosto, segundo dados dessazonalizados.

No Nordeste, a atividade econômica mostrou relativa acomodação nos últimos meses de 2018, após recuperação dos impactos negativos da paralisação do setor de transporte rodoviário de cargas. O desempenho econômico do Nordeste tem sido o menos consistente entre as regiões, com resultados da indústria e do comércio situando-se abaixo da média nacional, tanto no ano quanto nos meses mais recentes. Nesse ambiente, o IBCR-NE variou -0,1% no trimestre encerrado em novembro, considerados dados com ajuste sazonal.

A atividade econômica no Centro-Oeste acelerou no trimestre encerrado em novembro, após evolução moderada no segundo e terceiro trimestres, quando foi impactada pela queda na safra de inverno de milho e por ocorrências pontuais – paralisação do setor de transporte rodoviário de cargas, em maio, e interrupção nas exportações de carne para determinados mercados. A melhora do dinamismo econômico da região pode ser observada pelo desempenho das atividades de comércio, de serviços prestados a empresas e da construção civil. O IBCR-CO cresceu 1,4% no trimestre até novembro, em comparação ao trimestre anterior, na série isenta de sazonalidade.

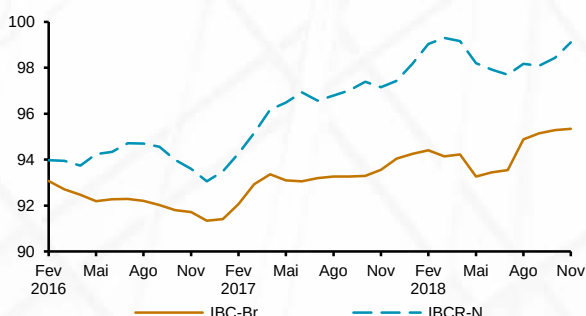
No Sudeste, a economia registrou relativa acomodação no trimestre finalizado em novembro, após crescimento expressivo no trimestre anterior, refletindo, em grande medida, o arrefecimento da atividade industrial. O IBCR-SE decresceu 0,7% em relação ao trimestre encerrado em agosto, quando aumentara 1,4%, no mesmo tipo de comparação, considerados dados dessazonalizados. Os indicadores de consumo das famílias sugerem continuidade da trajetória de expansão moderada, em ambiente de recuperação da confiança dos consumidores, de crescimento gradual da massa de rendimentos reais e de expansão robusta do crédito.

A atividade econômica na região Sul cresceu 1,0% no trimestre encerrado em novembro, em relação ao finalizado em agosto, segundo o IBCR-S, repercutindo, em especial, os resultados do setor terciário, principalmente do comércio. A evolução da carteira de crédito – em contexto de juros mais baixos e inflação controlada – continuou favorecendo a retomada da atividade no Sul. As vendas do comércio sugerem consistência do crescimento do setor, com elevação em nove das dez atividades pesquisadas.

Região Norte

Gráfico 1.1 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil e Região Norte

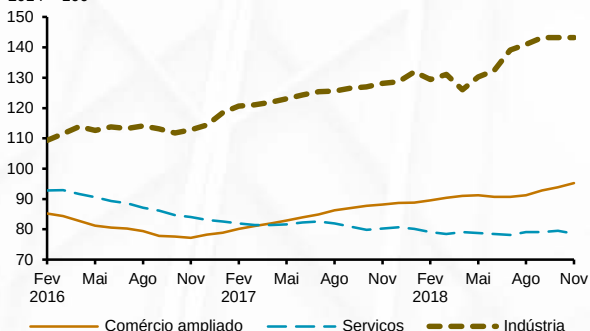
Dados dessazonalizados – Média móvel trimestral
2014 = 100



Os principais indicadores econômicos da região Norte evidenciaram, no trimestre encerrado em novembro, recuperação gradual da atividade. O IBCR-N variou 1,0% no período, em relação ao trimestre encerrado em agosto, quando permaneceu estável na mesma base de comparação, de acordo com dados dessazonalizados. Considerados intervalos de doze meses, o indicador cresceu 2,6% em novembro (3,0% em agosto), com destaque para os segmentos de indústria extrativa, em especial, no Pará, e comércio em toda a região. Adicionalmente, a geração de empregos mantém recuperação, especialmente no setor de serviços.

Gráfico 1.2 – Comércio, serviços e indústria – Norte

Dados dessazonalizados – Média móvel trimestral
2014 = 100

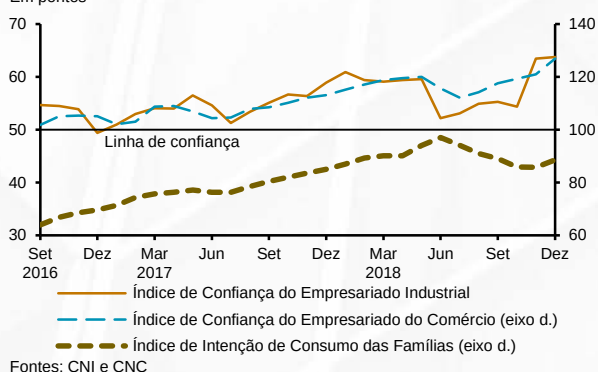


Fonte: IBGE

Em relação aos indicadores de demanda, observou-se crescimento nas vendas do comércio ampliado na margem, 4,3% no trimestre finalizado em novembro ante o encerrado em agosto, após estabilidade apresentada no período anterior, de acordo com dados dessazonalizados da Pesquisa Mensal do Comércio (PMC) do IBGE. Ressalte-se, entretanto, que a trajetória de longo prazo do setor vem apresentando discreta desaceleração desde junho com a variação em doze meses atingindo 8,9% em novembro ante 10,3% em agosto.

Gráfico 1.3 – Confiança dos agentes – Norte

Em pontos



Fontes: CNI e CNC

Dados do licenciamento de automóveis e comerciais leves da Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores (Fenabreve) confirmaram desaceleração das vendas no acumulado em 12 meses (elevação de 20% até dezembro, comparativamente a 26% em agosto). Na margem, houve recuo de 2,7% no quarto trimestre, em relação ao imediatamente anterior (dados com ajuste sazonal).

Estatísticas relacionadas à confiança de consumidores e empresários mostram sinais divergentes. Enquanto o índice de Intenção de Consumo das Famílias (ICF) da região, divulgado pela Confederação Nacional do Comércio (CNC), recuou 4,6 pontos alcançando média de 86,8 pontos no último trimestre do ano, o Índice de Confiança do Empresário do Comércio (Icec), calculado pela CNC, atingiu média de 122,4 pontos¹ no período, 8

1/ 100 pontos indicam neutralidade.

pontos acima do alcançado no trimestre finalizado em setembro, mantendo-se na área de otimismo desde setembro de 2016.

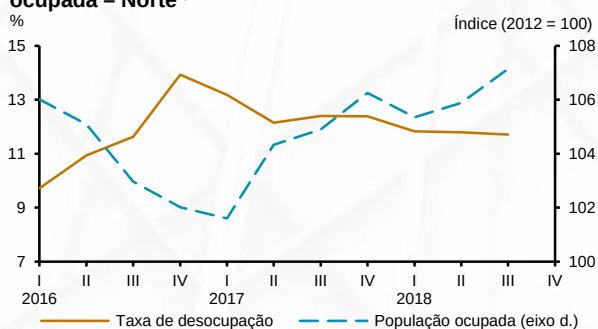
No setor de serviços, dados da Pesquisa Mensal de Serviços (PMS) do IBGE indicaram arrefecimento do ritmo de queda nessa atividade. O volume de serviços recuou 3,1% nos últimos doze meses encerrados em novembro de 2018, ante 3,7% no trimestre finalizado em agosto. Na margem, o volume de serviços recuou 0,6% no trimestre finalizado em novembro, ante alta de 0,4% naquele encerrado em agosto, dados com ajuste sazonal. Dados do mercado de trabalho formal sugerem recuperação do setor de serviços. No período de doze meses finalizado em novembro foram criados 19,8 mil novos empregos no setor (4,1 mil no mesmo período do ano anterior) segundo o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) do Ministério da Economia.

As contratações no mercado formal indicaram continuidade no processo de recuperação da economia. O nível de emprego na região Norte mantém trajetória ascendente desde outubro de 2017, com expansão de 0,6% no trimestre encerrado em novembro (considerados dados dessazonalizados). A taxa de desocupação se manteve estável na série com ajuste sazonal, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) do IBGE², alcançando 11,7% no terceiro trimestre de 2018, ante 11,8% no trimestre anterior. O comportamento da taxa decorreu das altas de 1,2% na população ocupada e de 1,1% na força de trabalho.

O mercado de crédito manteve crescimento na margem (2,8%), com elevações nos segmentos de crédito às famílias e às empresas. No trimestre encerrado em novembro, houve elevação de 3,2% no saldo da carteira de pessoas físicas e de 2,0% no de pessoas jurídicas, em relação ao finalizado em agosto. No acumulado em doze meses, sobressaiu o desempenho da carteira de pessoas físicas, 9,6%, enquanto a de pessoas jurídicas cresceu 1,4%. A inadimplência das operações diminuiu no trimestre, atingindo 3,3% em novembro (2,7% para pessoas jurídicas e 3,7% para pessoas físicas).

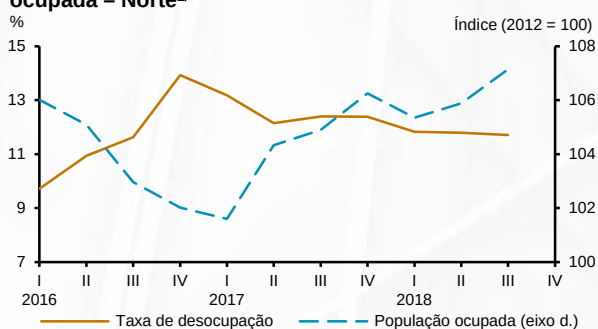
Dados da Serasa *Experian* de Demanda do Consumidor por Crédito (IDC Consumidor) corroboram o maior dinamismo do crédito às famílias. O indicador que mede a procura de crédito por parte dos

Gráfico 1.4 – Taxa de desocupação e população ocupada – Norte^{1/}



Fonte: IBGE (PNAD Contínua)
1/ Dados com ajuste sazonal.

Gráfico 1.4 – Taxa de desocupação e população ocupada – Norte^{1/}



Fonte: IBGE (PNAD Contínua)
1/ Dados com ajuste sazonal.

2/ A PNAD Contínua, em nível regional, apresenta dados apenas para os “trimestres fechados”, eventualmente implicando defasagens em relação a outras estatísticas regionais.

Tabela 1.1 – Produção agrícola – Norte

Itens selecionados

Discriminação	Pesos ^{1/}	Em mil toneladas		Variação %
		Produção ^{2/}		
		2017	2018	2018/2017
Grãos ^{3/}	30,5	8 904	8 938	0,4
Soja	21,0	5 122	5 320	3,9
Milho	5,4	2 623	2 521	-3,9
Arroz (em casca)	3,2	1 040	958	-7,9
Outras lavouras				
Mandioca	16,9	7 435	6 394	-14,0
Cana-de-açúcar	1,5	4 443	4 329	-2,6
Banana	5,0	1 003	899	-10,3
Laranja	1,3	355	280	-21,0
Café	7,0	154	146	-5,1
Cacau	3,8	123	122	-1,2

Fonte: IBGE

1/ Por valor da produção – PAM 2017.

2/ Estimativa segundo o LSPA de dezembro de 2018.

3/ Produtos: algodão herbáceo, amendoim, arroz, feijão, milho, soja e sorgo.

consumidores, vem apontando crescimento desde junho de 2017, com elevação de 10,6% em doze meses até outubro, evolução consistente com o ciclo recente de redução das taxas de juros. No caso das empresas, o indicador (IDC Empresas) recuou 2,8% nos doze meses encerrados em outubro, registrando piora em relação a agosto quando apresentara variação de 1,1%, na mesma base de comparação.

Estatísticas relacionadas à oferta confirmam quadro de retomada gradual da economia da região, sobretudo na indústria de transformação.

No setor primário, o terceiro prognóstico da produção de cereais, leguminosas e oleaginosas para a safra 2019 aponta crescimento de 2,7%, ante aumento de 0,4% em 2018, segundo dados divulgados em dezembro pelo IBGE. Em termos de valor da produção agrícola, pelos dados do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, em 2018, houve redução real de 9,7% (corrigidos pelo Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna – IGP-DI), com aumentos nas produções de soja (+12,6%) e de cacau (+17,3%), e reduções em mandioca (-28,4%) e em arroz (-19,4%).

Tabela 1.2 – Produção industrial – Norte

Geral e setores selecionados

Setores	Pesos ^{1/}	Variação % no período			
		2018			
		Ago ^{2/}	Nov ^{2/}	12 meses	
Indústria geral	100,0	2,1	0,0	8,6	
Indústrias extrativas	38,3	9,6	1,5	12,1	
Indústrias de transformação	61,7	-7,0	-2,5	4,3	
Informát., eletrôn. e ópticos	12,9	-29,1	7,1	10,6	
Bebidas	10,4	26,4	-21,2	14,6	
Outros equip. transporte	8,4	-12,9	12,5	23,3	
Produtos de metal	2,1	-0,2	11,2	8,7	
Metalurgia	3,4	-17,9	11,4	-30,4	
Produtos alimentícios	2,6	-0,4	6,0	9,8	
Prod. miner. não-metálicos	2,1	4,6	-6,8	-19,0	
Produtos de madeira	1,2	9,1	-1,3	6,9	

Fonte: IBGE

1/ Ponderação de atividades no VTI, conforme a PIA 2010/IBGE.

2/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

A produção industrial apresentou estabilidade no trimestre finalizado em novembro, após alta de 2,1% no trimestre encerrado em agosto, considerados dados dessazonalizados da Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física (PIM-PF) do IBGE. O resultado na margem refletiu o crescimento de 1,5% na indústria extrativa, impulsionada pelo desempenho das produções de minério de ferro e de outros minérios de cobre, concentradas no Pará, e retração de 2,5% na produção da indústria de transformação. Considerados dados acumulados em doze meses até novembro, a indústria de transformação da região atingiu alta de 4,3%, em relação a igual período anterior, enquanto a extrativa cresceu 12,1%.

O Índice de Confiança do Empresário Industrial (Icei) do Norte, divulgado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), atingiu 63,8 pontos em dezembro, ante 55,3 pontos em setembro, mantendo-se acima da linha de confiança³ e apresentando recuperação após a paralisação do setor de transporte de cargas, que impactou negativamente o indicador no segundo trimestre. A despeito do otimismo dos industriais, assinala-se a elevada ociosidade registrada no Polo Industrial de Manaus – o Nível de Utilização da Capacidade Instalada (Nuci) atingiu 72% em

3/ Valores acima de 50 pontos na área de otimismo.

Tabela 1.3 – Exportação por fator agregado – FOB
Janeiro-dezembro

Discriminação	US\$ milhões		
	Norte		
	2017	2018	Var. %
Total	17 536	19 070	8,7
Básicos	13 733	15 777	14,9
Industrializados	3 803	3 293	-13,4
Semimanufaturados	1 355	1 310	-3,4
Manufaturados ^{1/}	2 448	1 984	-19,0

Fonte: Ministério da Economia

1/ Inclui operações especiais.

Tabela 1.4 – Importação por grandes categorias econômicas – FOB
Janeiro-dezembro

Discriminação	US\$ milhões		
	Norte		
	2017	2018	Var. %
Total	10 731	12 479	16,3
Bens de capital	660	921	39,5
Bens intermediários	8 992	10 125	12,6
Bens de consumo	537	582	8,3
Combustíveis e lubrificantes	542	851	57,0

Fonte: Ministério da Economia

Tabela 1.5 – Dívida líquida e necessidades de financiamento – Norte^{1/}

UF	R\$ milhões					
	Dezembro de 2017			Novembro de 2018		
	Dívida	Fluxos 12 meses		Dívida ^{2/}	Fluxos 12 meses	
		Primário	Nominal ^{3/}		Primário	Nominal ^{3/}
AC	3 380	35	209	3 787	32	220
AM	4 754	-516	-248	5 679	-83	172
AP	1 110	103	186	919	-218	-137
PA	841	17	144	1 361	281	433
RO	2 580	-177	-90	2 485	-397	-214
RR	-53	-368	-354	-427	-538	-510
TO	2 440	703	832	2 393	-19	123
Total (A)	15 052	-202	679	16 198	-941	87
Brasil^{4/} (B)	800 969	-11 707	38 679	867 387	-6 296	53 906
(A/B) (%)	1,9	1,7	1,8	1,9	15,0	0,2

1/ Por UF, totalizando gov. estadual, capital e principais municípios. Dados preliminares.

2/ A dívida líquida no momento t+1 é a dívida no momento t, mais o resultado nominal e o resultado de outros fluxos.

3/ O resultado nominal é a soma dos juros com o resultado primário.

4/ Refere-se à soma de todas as regiões.

novembro, de acordo com a Federação das Indústrias do Estado do Amazonas (Fieam). Note-se que o principal segmento da indústria de transformação da região (equipamentos eletrônicos e de informática, com quase um terço do valor de transformação industrial) apresenta ociosidade acima de 50% – evidenciando a inexistência de restrições de oferta para a continuidade da retomada da atividade local.

As transações comerciais da região com outros países repercutiram incrementos tanto nas quantidades quanto nos preços dos principais produtos em 2018, segundo dados do Ministério da Economia. O *superavit* comercial do Norte alcançou US\$6,6 bilhões no ano, comparativamente a US\$6,8 bilhões em 2017, reflexo dos aumentos de 8,7% das exportações, com destaque para o aumento das vendas de produtos básicos, em especial de minérios de ferro, cobre e soja, e de 16,3% nas importações, com ênfase nos aumentos nas aquisições de combustíveis e lubrificantes e de bens de capital no Amazonas.

No âmbito fiscal, as contas consolidadas dos entes públicos da região Norte apresentaram *superavit* primário de R\$941 milhões em doze meses até novembro, ante R\$202 milhões registrados em dezembro de 2017, na mesma base. A despeito da manutenção de *superavit* primário, o estoque de dívida líquida da região totalizou R\$16,2 bilhões em novembro, ante R\$15,1 bilhões em dezembro de 2017.

A arrecadação do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) atingiu, até novembro de 2018, R\$27 bilhões, representando expansão real⁴ de 3,8% em relação a igual período de 2017, segundo a Comissão Técnica Permanente do ICMS (Cotepe). No mesmo período, as transferências da União, excluindo os valores destinados ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), totalizaram R\$28,8 bilhões, de acordo com a Secretaria do Tesouro Nacional (STN), registrando variação real de 2,1%, na comparação com igual intervalo do ano anterior.

Em relação ao comportamento dos preços, a inflação regional⁵, considerada a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), mantém trajetória benigna. O índice variou 1,02% no quarto

4/ Considerado o IGP-DI como deflator.

5/ Calculado com base nas variações e pesos da região metropolitana de Belém. A partir de maio de 2018 foram incluídas as variações e pesos do município de Rio Branco.

Tabela 1.6 – IPCA – Norte^{1/}

Discriminação	Pesos ^{2/}	Variação %			
		2017	2018		
		Ano	III Tri	IV Tri	Ano
IPCA	100,0	1,12	0,05	1,02	3,13
Livres	75,9	-0,66	-0,64	1,32	1,88
Alimentação no domicílio	24,6	-6,43	-2,55	2,88	1,98
Serviços	27,0	5,51	0,56	0,86	2,52
Serviços subjacente	16,2	4,69	0,45	0,41	1,87
Bens Industrializados	24,4	-0,59	-0,02	0,29	1,10
Monitorados	24,0	7,69	2,33	0,08	7,36
Principais itens					
Alimentação	32,7	-4,30	-1,75	2,20	1,91
Habitação	13,9	6,34	3,39	0,99	8,05
Artigos de residência	4,8	-1,35	-0,13	1,09	1,52
Vestuário	8,0	0,86	-1,72	2,14	1,93
Transportes	13,3	5,48	1,90	0,01	5,07
Saúde	10,8	4,62	0,35	-1,16	0,85
Despesas pessoais	8,4	3,56	0,23	0,94	2,36
Educação	4,9	6,31	0,36	-0,05	5,08
Comunicação	3,1	4,10	-0,06	0,09	0,57

Fonte: IBGE

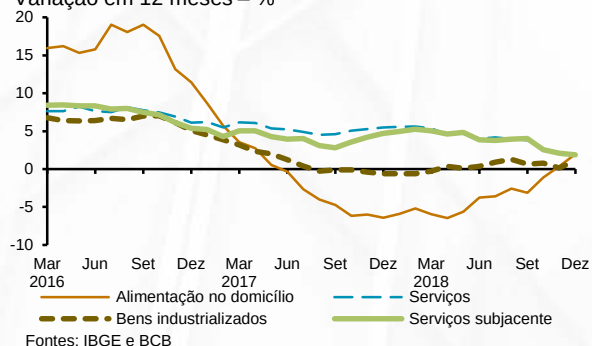
1/ Dados até abril de 2018 referentes à Região Metropolitana de Belém (RMB).

A partir de maio de 2018 foi incluído o município de Rio Branco.

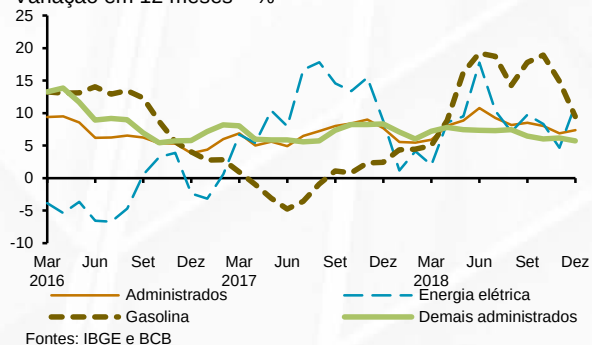
2/ Referentes a dezembro de 2018 da RMB.

Gráfico 1.6 – Evolução dos preços livres

Variação em 12 meses – %

**Gráfico 1.7 – IPCA – Administrados**

Variação em 12 meses – %



trimestre, comparativamente a 0,05% no terceiro trimestre, refletindo aumentos nos principais grupos, em especial alimentação e bebidas, com destaques para tomate e arroz. O índice de difusão atingiu 53,3% no quarto trimestre de 2018 ante 47,3% no trimestre anterior.

Em termos anuais, o IPCA acumulado da região acelerou de 2,09% em setembro para 3,13% em dezembro, situando-se 0,62 p.p. abaixo do IPCA nacional (acima apenas da região Centro-Oeste).⁶ O resultado decorreu, em maior parte, da contribuição do segmento de administrados, especialmente de energia elétrica residencial, gasolina e ônibus urbano. Em sentido oposto, a inflação de alimentação no domicílio, serviços e bens industrializados apresentou comportamento mais favorável.

Em síntese, a atividade econômica no Norte segue em cenário de recuperação moderada, a despeito de oscilações dos indicadores nos últimos meses. O mercado de trabalho mostra trajetória de retomada lenta mas consistente, particularmente no setor de serviços. Prospectivamente, a evolução benigna da inflação e as taxas de juros em patamares mais reduzidos devem seguir contribuindo para o crescimento da demanda doméstica e da atividade econômica.

6/ A discussão da inflação regional em 2018 e 2017 é realizada no box “Diferenças no comportamento regional dos preços ao consumidor” na página 80 deste Boletim.

Região Nordeste

2

Gráfico 2.1 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil e Região Nordeste

Dados dessazonalizados – média móvel trimestral

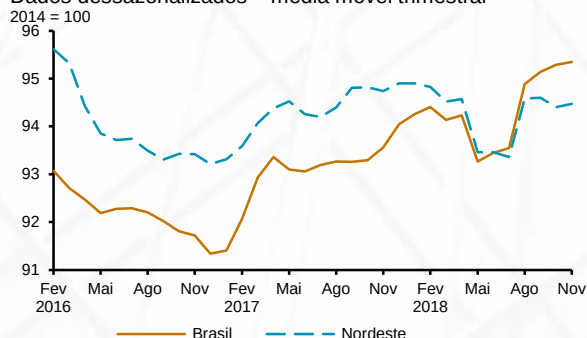


Tabela 2.1 – Comércio varejista – Nordeste

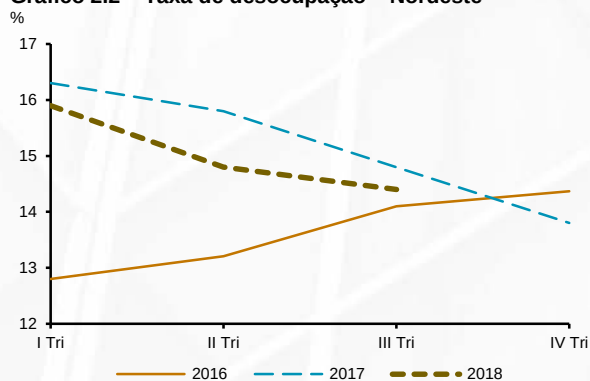
Geral e setores selecionados

Setores	Variação % no período		
	2018		
	Ago ^{1/}	Nov ^{1/}	12 meses
Comércio varejista	0,5	0,5	1,7
Combustíveis e lubrificantes	-2,7	1,2	-8,0
Hiper e supermercados	0,5	0,1	1,0
Tecidos, vestuário e calçados	-2,3	1,9	-5,2
Móveis e eletrodomésticos	2,2	-0,8	3,5
Comércio ampliado	-0,2	1,0	3,0
Automóveis e motocicletas	-1,9	1,7	7,9
Material de construção	-0,5	-1,2	-1,2

Fonte: IBGE

1/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

Gráfico 2.2 – Taxa de desocupação – Nordeste



Fonte: IBGE (PNAD Contínua)

A atividade da economia nordestina, após a recuperação dos impactos negativos da paralisação do setor de transportes no segundo trimestre de 2018, mostrou relativa acomodação nos últimos meses do ano. Nesse sentido, o IBCR-NE decresceu 0,1% no trimestre encerrado em novembro, comparativamente ao trimestre anterior, quando aumentara 1,2%, segundo a série com ajuste sazonal. Considerados os últimos doze meses até novembro, o IBCR apresentou estabilidade em relação a igual período do ano anterior.

Sob a ótica da demanda, observou-se arrefecimento na atividade do setor de serviços e recuperação, na margem, na atividade comercial. O volume de prestação de serviços não financeiros diminuiu 0,8% no trimestre findo em novembro, ante o trimestre anterior, segundo informações da PMS/IBGE, influenciado pelos recuos verificados nos estados do Ceará e da Bahia. Em sentido inverso, as vendas do comércio ampliado cresceram 1,0%, de acordo com dados dessazonalizados da PMC/IBGE.

Indicadores antecedentes corroboram a retomada do crescimento do comércio. Os emplacamentos de veículos cresceram 0,8% no quarto trimestre de 2018, em relação ao trimestre anterior, segundo dados dessazonalizados da Fenabreve. Adicionalmente, houve melhora dos indicadores de confiança dos consumidores, repercutindo aumento da massa salarial real e redução do desemprego, e dos empresários. O ICF, divulgado pela CNC, atingiu 91,0 pontos no último trimestre de 2018 (88,6 pontos no anterior), e Icec alcançou patamar recorde, 115,1 pontos em dezembro (108,5 pontos em setembro e 109,8 pontos em dezembro de 2017).

Em relação ao mercado de trabalho, foram criados, no Nordeste, 82,9 mil postos de com carteira no trimestre finalizado em novembro, ante 71,2 mil vagas geradas em igual período de 2017, de acordo com dados do Caged, destacando-se as admissões no setor de serviços. A análise na margem indica expansão de 0,4% no nível de emprego formal no

Tabela 2.2 – Evolução do emprego formal – Nordeste
Novos postos de trabalho

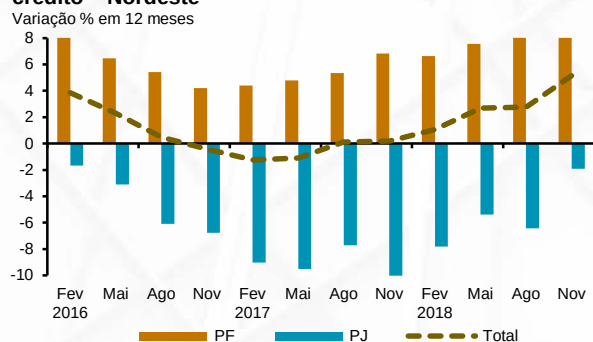
Discriminação	Acumulado no trimestre (em mil) ^{1/}				
	2017	2018			
	Nov	Fev	Mai	Ago	Nov
Total	71,2	-66,3	1,5	47,2	82,9
Indústria de transformação	37,8	-32,9	-18,0	19,6	30,1
Serviços industriais de util. pública	-0,2	0,2	1,1	1,0	-1,3
Construção civil	-2,2	-8,2	1,5	0,2	1,6
Comércio	23,2	-10,8	-2,1	-1,9	24,3
Serviços	7,0	4,0	17,1	11,4	22,0
Agropecuária	6,9	-18,6	0,4	16,0	6,0
Outros ^{2/}	-1,3	0,0	1,5	0,9	0,2

Fonte: Ministério da Economia

1/ Refere-se ao trimestre encerrado no mês assinalado.

2/ Inclui extrativa mineral, administração pública e outros.

Gráfico 2.3 – Evolução do saldo das operações de crédito – Nordeste^{1/}



1/ Operações com saldo superior a R\$1 mil.

Tabela 2.3 – Produção industrial – Nordeste
Geral e setores selecionados

Setores	Pesos ^{1/}	Variação % no período		
		2018		
		Ago ^{2/}	Nov ^{2/}	12 meses
Indústria geral	100,0	7,5	-2,5	0,7
Indústrias extrativas	9,0	0,7	0,8	-5,8
Indústrias de transformação	91,0	6,6	-2,6	1,2
Produtos alimentícios	16,2	14,4	-7,1	4,8
Deriv. petróleo e biocombustíveis	15,8	5,6	2,4	-1,8
Outros produtos químicos	9,9	5,2	-1,3	-4,5
Artefatos couro e calçados	6,9	1,9	9,5	-2,6
Metalurgia	5,9	13,9	-4,3	3,0
Prod. de minerais não-metálicos	5,6	6,7	-1,5	-2,4

Fonte: IBGE

1/ Ponderação de atividades no VTI, conforme a PIA 2010/IBGE.

2/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

trimestre encerrado em novembro, considerados dados dessazonalizados.

Em linha com a recuperação do emprego, a taxa de desocupação da região recuou 0,1 p.p. no terceiro trimestre comparativamente ao trimestre anterior, segundo dados da PNAD Contínua do IBGE e dessazonalizados pelo Banco Central. O resultado refletiu expansões de 1,2% na população ocupada e de 1,1% na força de trabalho. Na série observada, o desemprego atingiu 14,4% no período, comparativamente a 15,8% no mesmo intervalo de 2017. O rendimento real médio cresceu 3,7% e a massa salarial 5,0% na mesma base de comparação.

O crédito, além da massa salarial, também tem contribuído para a expansão do consumo na região. A carteira de empréstimos concedidos pelo Sistema Financeiro da Habitação (SFH)⁷ registrou recuperação significativa das modalidades voltadas para pessoas físicas, ao longo de 2018. O saldo das operações para esse segmento somou R\$280,0 bilhões, com aumentos de 2,9% no trimestre encerrado em novembro e de 9,0% em doze meses. Cabe destacar, na evolução, trimestral, o maior dinamismo das modalidades de crédito consignado e financiamento de veículos. A carteira de pessoas jurídicas, concentrada nas atividades de transporte e administração pública, atingiu R\$138,7 bilhões, com expansão no trimestre (0,4%) e retração em doze meses (1,9%). O saldo total das operações em novembro totalizou R\$418,7 bilhões, com expansão de 2,0% no trimestre e de 5,1% em doze meses.

Do lado oferta, a produção industrial na região recuou 2,5% no trimestre finalizado em novembro, em relação ao encerrado em agosto, considerados dados dessazonalizados da PIM-PF do IBGE. O resultado refletiu, em especial, os recuos de 15,3% na fabricação de veículos e de 7,1% na fabricação de produtos alimentícios, compensados em parte pelo crescimento de 9,5% da atividade no segmento de preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos para viagem e calçados. Considerado o acumulado em doze meses, a produção cresceu 0,7% em novembro, refletindo aumento de 1,2% na transformação e redução de 5,8% na indústria extrativa. Com sinalização de perspectivas mais favoráveis para o setor fabril ao longo de 2019, o Ipei do Nordeste, divulgado pela CNI, aumentou para 61,3 pontos em dezembro (53 pontos em setembro e 57,4 pontos em dezembro de 2017).

7/ As estatísticas de crédito em nível regional abrangem as operações de empréstimos com saldos superiores a R\$ 1mil.

Tabela 2.4 – Produção agrícola – Nordeste

Itens selecionados

Discriminação	Pesos ^{1/} (%)	Em mil toneladas		
		Produção ^{2/}		
		2017	2018	2018/2017
Produção de grãos	44,9	17 869	19 177	7,0
Soja	27,1	9 491	10 602	11,7
Milho	8,5	6 432	6 514	1,3
Caroço de algodão (herbáceo)	6,0	941	758	-19,4
Feijão	3,3	630	612	-2,8
Outras lavouras				
Cana-de-açúcar	11,4	48 367	49 154	1,6
Mandioca	5,7	5 172	5 073	-1,9
Banana	7,1	2 381	2 162	-9,2

Fonte: IBGE

1/ Por valor da produção – PAM 2017.

2/ Estimativa segundo o LSPA de dezembro de 2018.

Tabela 2.5 – Dívida líquida e necessidades de financiamento – Nordeste^{1/}

UF	R\$ milhões					
	Dezembro de 2017			Novembro de 2018		
	Dívida	Fluxos 12 meses		Dívida ^{2/}	Fluxos 12 meses	
		Primário	Nominal ^{3/}		Primário	Nominal ^{3/}
AL	7 581	-288	319	7 923	-619	23
BA	17 493	1 327	1 971	21 243	658	1 544
CE	7 096	-1203	-783	9 474	1 108	1643
MA	5 953	122	429	7 048	351	697
PB	3 112	-128	-10	3 014	-12	123
PE	11 683	-830	-279	12 660	944	1640
PI	3 019	259	413	4 298	651	873
RN	1109	195	245	1235	97	157
SE	4 774	-432	-255	5 291	404	597
Total (A)	61 820	-980	2 050	72 186	3 582	7297
Brasil^{4/} (B)	800 969	-11 707	38 679	867 387	-6 296	53 906
(A/B) (%)	7,7	8,4	5,3	8,3	-56,9	13,5

1/ Por UF, totalizando gov. estadual, capital e principais municípios. Dados preliminares.

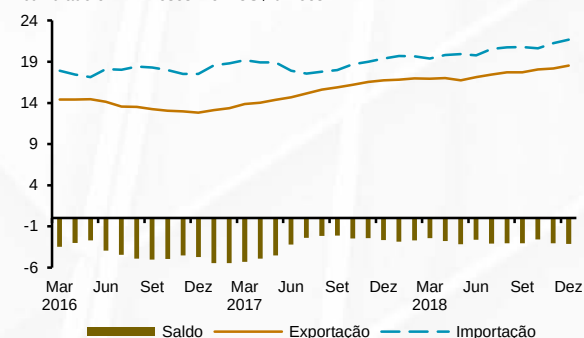
2/ A dívida líquida no momento t+1 é a dívida no momento t, mais o resultado nominal e o resultado de outros fluxos.

3/ O resultado nominal é a soma dos juros com o resultado primário.

4/ Refere-se à soma de todas as regiões.

Gráfico 2.4 – Balança comercial – Nordeste

Acumulado em 12 meses – em US\$ bilhões



Fonte: Ministério da Economia/Secex

A produção de grãos no Nordeste deverá aumentar 0,3% em 2019, atingindo 19,2 milhões de toneladas, de acordo com informações do terceiro prognóstico de safra do IBGE. Ressalte-se que o desempenho positivo ocorre após a safra recorde obtida em 2018, quando houve expansão anual de 7,0%.

No âmbito fiscal, os governos dos estados, das capitais e dos principais municípios do Nordeste apresentam *deficit* de R\$3,6 bilhões no resultado primário no acumulado de doze meses até novembro de 2018, ante *superavit* de R\$980 milhões em dezembro de 2017. A dívida líquida dos principais municípios do Nordeste totalizou R\$72,2 bilhões em novembro (8,3% da dívida dessas entidades no país), com alta de 16,8% em relação à verificada em dezembro de 2017.

A evolução do comércio externo do Nordeste em 2018 repercutiu principalmente o incremento nos preços dos principais produtos da pauta regional. Nesse sentido, as exportações cresceram 10,7% no ano (-3,2% no *quantum* e 14,4% em preços) e as importações, 11,7% (-1,0% no *quantum* e 12,8% em preços). Nos embarques, destacaram-se os aumentos de 26,0% nas vendas de produtos básicos (soja mesmo trituração e farelo e resíduos da extração de óleo de soja) e de 6,9% nas relativas a bens semimanufaturados (produtos semimanufaturados de ferro ou aço). O avanço das importações no ano refletiu, especialmente, os crescimentos de 13,5% nas aquisições de combustíveis e lubrificantes e de 12,3% nas de bens intermediários (insumos industriais elaborados). De acordo com estatísticas do Ministério da Economia, o *deficit* da balança comercial do Nordeste totalizou US\$3,1 bilhões em 2018 (US\$2,6 bilhões em 2017).

Em relação à inflação, o IPCA na região⁸ variou 0,57% no quarto trimestre de 2018 ante 0,10% no anterior. Os preços monitorados variaram -1,62% ante 0,97% nos mesmo períodos, principalmente pela queda nos preços de energia elétrica e de gasolina; os preços livres aumentaram 1,28%, comparativamente a redução de 0,18%, influenciada, sobretudo, pela reversão da variação dos preços da alimentação no domicílio (3,10% ante -2,13%).

Em 2018, a inflação no Nordeste atingiu 3,41% (2,56% em 2017), com aceleração dos preços livres, de 0,65% para 2,82% e desaceleração dos preços monitorados,

8/ Calculado com base nas variações e pesos das regiões metropolitanas de Fortaleza, Recife e Salvador. A partir de maio de 2018 foram incluídas as variações dos municípios de Aracaju e São Luís.

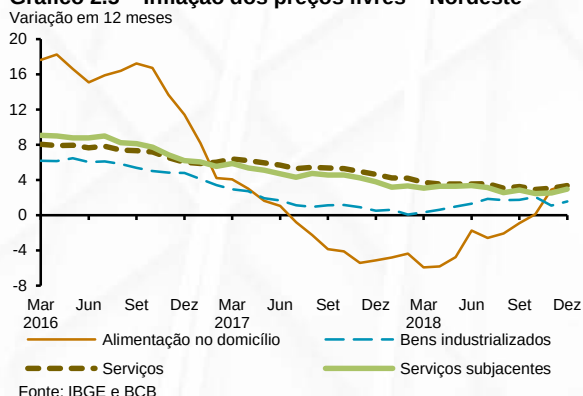
Tabela 2.6 – IPCA – Nordeste

Discriminação	Pesos ^{1/}	Variação %				
		2018				
		I Tr	II Tr	III Tr	IV Tr	Ano
IPCA	100,0	0,42	2,30	0,10	0,57	3,41
Livres	75,6	0,34	1,37	-0,18	1,28	2,82
Alimentação no domicílio	20,0	-0,57	3,14	-2,13	3,10	3,47
Bens industrializados	23,8	0,12	0,87	0,21	0,35	1,55
Serviços	31,8	1,04	0,67	0,76	0,86	3,37
Monitorados	24,4	0,70	5,29	0,97	-1,62	5,30
Principais itens						
Alimentação	28,3	-0,20	2,58	-1,32	2,45	3,49
Habitação	14,8	-0,96	5,19	1,17	-1,37	3,94
Artigos de residência	4,3	-0,01	0,80	1,37	1,19	3,38
Vestuário	6,6	-1,04	0,65	-0,14	1,70	1,16
Transportes	17,0	1,68	2,65	0,52	-0,92	3,94
Saúde	11,5	1,35	1,89	0,53	-0,04	3,78
Despesas pessoais	9,2	0,08	0,74	0,77	0,88	2,50
Educação	4,9	5,14	0,12	0,61	0,20	6,11
Comunicação	3,3	-0,02	-0,09	-0,02	-0,03	-0,16

Fonte: IBGE

1/ Pesos relativos ao trimestre encerrado no período t-3.

Gráfico 2.5 – Inflação dos preços livres – Nordeste



de 9,36% para 5,30%. A variação dos preços livres refletiu principalmente o aumento dos preços da alimentação no domicílio (+3,47% ante recuo de 5,12% em 2017).

Em síntese, a trajetória de recuperação da economia no Nordeste vem sendo influenciada por oscilações da atividade dos setores mais relacionados ao ciclo econômico, mantendo, contudo, tendência de melhora gradual. Esse cenário ocorre em ambiente de evolução benigna dos indicadores do mercado de trabalho, com incremento dos rendimentos e da massa salarial, além da retomada das operações de crédito no segmento de pessoas físicas e do maior nível de confiança de consumidores e empresários, em ambiente de inflação em patamar historicamente baixo.

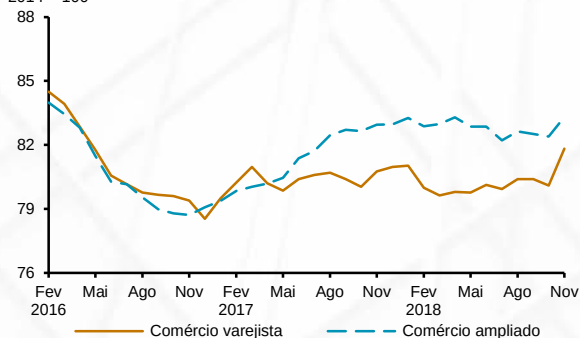
Gráfico 2.1.1 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil e Bahia

Dados dessazonalizados – Média móvel trimestral
2002 = 100



Gráfico 2.1.2 – Comércio varejista – Bahia

Dados dessazonalizados – Média móvel trimestral
2014 = 100



Fonte: IBGE

Gráfico 2.1.3 – Volume de serviços – Bahia

Dados dessazonalizados – Média móvel trimestral
2014 = 100

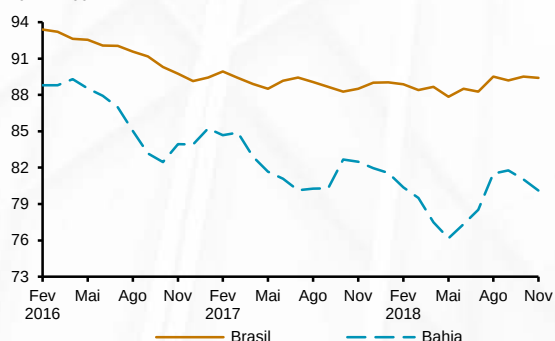


Tabela 2.1.1 – Evolução do emprego formal – Bahia

Novos postos de trabalho

Discriminação	2017		2018		
	Dez	Mar	Jun	Set	Dez
Total	-13,6	9,7	6,1	15,0	-10,1
Indústria de transformação	-4,1	0,1	2,2	2,1	-3,4
Comércio	4,6	-2,5	-2,3	0,2	4,6
Serviços	-1,7	5,9	1,2	9,4	0,3
Construção civil	-5,2	2,3	-1,8	2,7	-3,4
Agropecuária	-5,8	2,1	5,7	-0,2	-8,2
SIUP	0,0	0,6	0,4	0,3	0,5
Outros ^{2/}	-1,4	1,0	0,8	0,5	-0,6

Fonte: MTE

1/ Refere-se ao trimestre encerrado no mês assinalado.

2/ Inclui extrativa mineral, administração pública e outros.

2.1 Bahia

O Produto Interno Bruto (PIB) baiano aumentou 0,5% no terceiro trimestre de 2018 em relação a igual período de 2017, segundo os dados divulgados pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). Essa evolução refletiu variações positivas no produto da agropecuária (0,4%) e do setor de serviços (1,0%) e retração moderada da atividade na indústria (-0,4%). Na comparação com o trimestre imediatamente anterior, o PIB do estado registrou estabilidade, considerada a série com ajuste sazonal.

Indicadores mais recentes apontam, na margem, continuidade da acomodação da atividade econômica na Bahia. O IBCR-BA ficou estável no trimestre encerrado em novembro em relação ao trimestre anterior, considerados dados dessazonalizados. Em doze meses, o indicador aumentou 2,4%.

No lado da demanda, as vendas do comércio ampliado no estado avançaram 0,8% no trimestre encerrado em novembro, em relação ao finalizado em agosto, quando haviam recuado 0,3%, na mesma base de comparação, de acordo com dados dessazonalizados da PMC do IBGE. Houve avanços em cinco dos dez segmentos abrangidos pela pesquisa, destacando-se o desempenho de hipermercados e supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo, 2,6%. Considerados períodos de doze meses, as vendas do comércio ampliado avançaram 2,0%, com avanços mais expressivos nas vendas de veículos (7,2%) e móveis e eletrodomésticos (4,7%), segmentos mais sensíveis às condições de crédito.

O volume de serviços, medido pela PMS, mostra sinais de acomodação nos últimos meses de 2018. Nesse cenário, houve retração de 1,2% do indicador no trimestre encerrado em novembro comparativamente ao trimestre até agosto, quando crescera 7,0%.

Em relação ao mercado de trabalho, a população ocupada na Bahia cresceu 2% no terceiro trimestre de 2018 em relação ao mesmo período do ano anterior, conforme dados da PNAD Contínua, do IBGE. Houve aumento de 119 mil novas vagas, principalmente na agricultura e nos setores de comércio, alojamento e alimentação. Por categoria, vem se destacando a geração de postos no setor privado sem carteira de trabalho. Apesar de crescimento de 1,4% da força de trabalho, a taxa de desocupação no estado recuou 0,5 p.p. ante o terceiro trimestre de 2017,

Gráfico 2.1.4 – Taxa de desocupação – Bahia

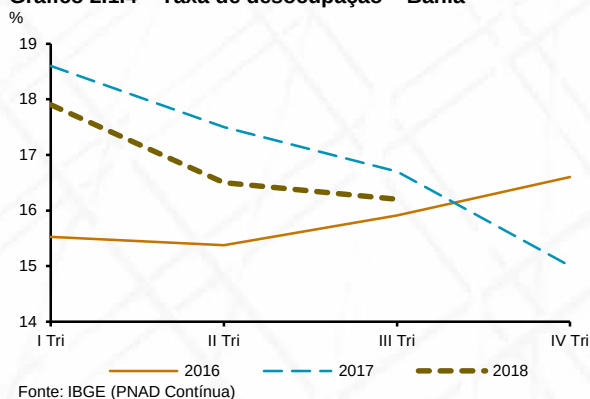
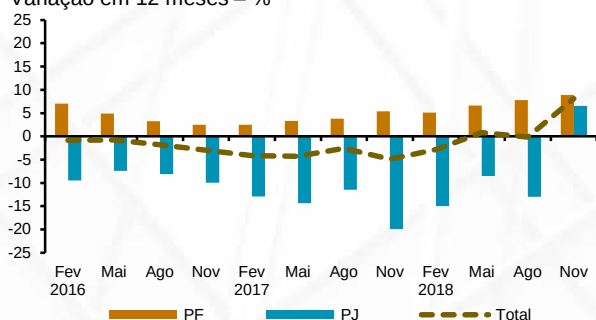


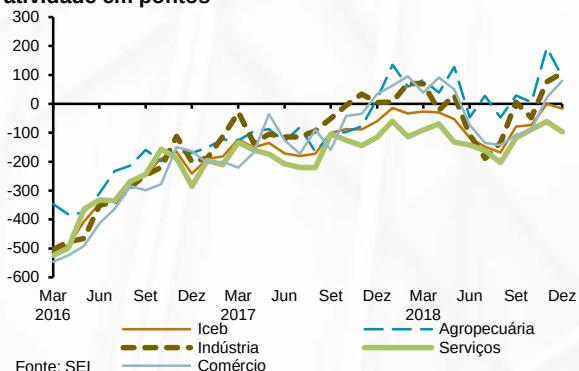
Gráfico 2.1.5 – Evolução do saldo das operações de crédito – Bahia^{1/}

Variação em 12 meses – %



1/ Operações com saldo superior a R\$1 mil.

Gráfico 2.1.6 – Evolução do Iceb por setor de atividade em pontos



situando-se em 16,2%. A massa de rendimento real do trabalho aumentou 10,1% em relação a igual trimestre do ano anterior, com expansão de 7,9% no rendimento médio real, impulsionado pelo aumento da remuneração entre os empregados no setor privado sem carteira (32,6%).

No último trimestre de 2018, os números do emprego formal, apesar da queda sazonal, apresentaram pequena melhora em relação a igual período de 2017 (-10,1 mil postos ante -13,6 mil), segundo dados do Caged. Em 2018, houve a geração de 20,7 mil empregos formais na Bahia, comparativamente ao fechamento de 3,9 mil postos em 2017. O setor de serviços contratou 16,9 mil trabalhadores, enquanto a construção e a agricultura eliminaram postos de trabalho.

O estoque das operações de crédito na Bahia⁹ somou R\$110,6 bilhões em novembro, avançando 3,5% no trimestre e 8,1% em doze meses. A carteira de pessoas físicas totalizou R\$73,4 bilhões, com incrementos de 2,9% no trimestre e 8,9% em doze meses, destacando-se, no trimestre, as elevações nas modalidades de financiamento imobiliário e crédito consignado. A carteira de pessoas jurídicas somou R\$37,3 bilhões, avançando 4,6% no trimestre e 6,6% em doze meses, destacando-se os acréscimos no trimestre de empréstimos para capital de giro e financiamento à exportação.

A devolução da inadimplência nas operações crédito sinaliza melhora na qualidade dos empréstimos. A taxa de inadimplência atingiu 3,21% em novembro, com variações de -1,46 p.p. no trimestre e de 1,08 p.p. em doze meses. A trajetória no trimestre repercutiu variações de -0,17 p.p. e -4,01 p.p. nas taxas de inadimplência dos segmentos de pessoas físicas e jurídicas, que atingiram 3,68% e 2,29%, respectivamente.

O Indicador de Confiança do Empresariado Baiano (Iceb)¹⁰, divulgado pela SEI, alcançou -17 pontos em dezembro (-79 pontos em setembro e -60 pontos em dezembro de 2017), situando-se na área de pessimismo moderado, em escala de -1.000 a +1.000. A melhora na evolução trimestral decorreu do avanço da confiança de todos os quatro setores pesquisados, destacando-se o comércio e a indústria que se situam na região de otimismo moderado. No setor de serviços, embora o indicador tenha avançado

9/ As estatísticas de crédito em nível regional abrangem as operações de empréstimos com saldos superiores a R\$ 1 mil.

10/ O indicador varia de -1.000 a 1.000, com o zero como ponto de indiferença.

Tabela 2.1.2 – Produção agrícola – Bahia

Itens selecionados

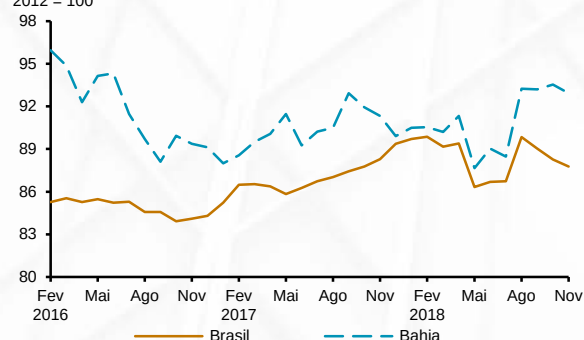
Discriminação	Peso ^{1/}	Em mil toneladas		
		Produção		Variação %
		2017	2018 ^{2/}	
Grãos	55,1	8 078	9 323	15,4
Soja	34,5	5 136	6 245	21,6
Algodão herbáceo	12,6	508	761	49,8
Milho	5,6	2 034	2 011	-1,1
Feijão	2,0	268	172	-35,9
Outros grãos ^{3/}	0,6	131	134	1,9
Outras lavouras				
Cacau	6,0	1 070	823	-23,1
Café	4,8	84	123	46,1
Banana	6,7	182	249	36,7
Mandioca	3,5	2 079	1 528	-26,5

Fonte: IBGE

1/ Por valor da produção – PAM 2017

2/ Segundo o LSPA de dezembro de 2018

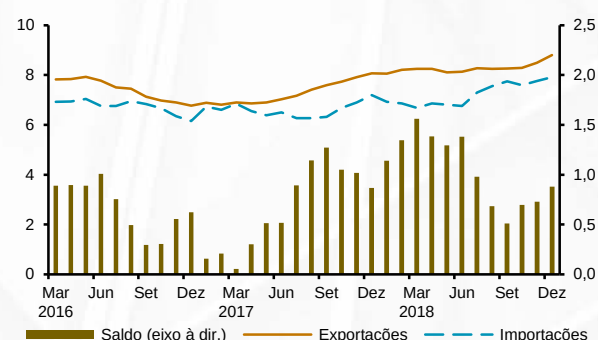
3/ Amendoim, arroz, mamona e sorgo

Gráfico 2.1.7 – Produção industrial – Bahia
Dados dessazonalizados – Média móvel trimestral
2012 = 100

Fonte: IBGE

Gráfico 2.1.8 – Balança comercial – Bahia

Acumulado 12 meses – em US\$ bilhões



Fonte: Ministério da Economia/Secex

21 pontos, ainda se encontra na região de pessimismo moderado.

Do lado da oferta, a Bahia obteve recorde histórico de produção de grãos em 2018, de acordo com o Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) de dezembro do IBGE, com expansão de 15,4% em relação a 2017, destacando-se os aumentos nas colheitas de soja (21,6%) e algodão (49,8%). Para 2019 estima-se a continuidade do crescimento da produção de algodão em caroço, segundo a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), impulsionada pelos bons resultados de produtividade e a boa cotação obtidos na safra 2017/2018. Para a soja estima-se redução da produção com decréscimo da área cultivada, em proveito do plantio do algodão e devido à falta de investimento em novas áreas, à elevação dos custos de produção e aos entraves no escoamento da safra. Para o milho é esperada uma redução da produção associada às incertezas climáticas.

A indústria na Bahia recuou 0,3% no trimestre encerrado em novembro, em relação ao finalizado em agosto, quando havia avançado 6,3% na mesma base de comparação, de acordo com os dados dessazonalizados da PIM-PF do IBGE. Esse desempenho resultou da queda de 0,8% na atividade da transformação e de avanço de 7,7% na extrativa. Destaque para a variação negativa da fabricação de veículos (11,8%), compensada, em parte, pelo avanço na produção de derivados de petróleo (5,5%). Considerados intervalos de doze meses, a produção industrial do estado avançou 0,6% em novembro, em relação a igual período de 2017, com desaceleração em relação ao valor de agosto (0,8%).

A balança comercial da Bahia registrou *superavit* de US\$881,1 milhões em 2018, avançando 1,6% em relação ao resultado de 2017. A evolução refletiu aumentos de 9,1% nas exportações e 10,0% nas importações, que somaram, no ano, US\$8,8 bilhões e US\$7,9 bilhões, respectivamente. O resultado das vendas externas decorreu de alta de 12,9% nos preços e recuo de 3,4% no *quantum*, com variações nominais de 21,0%, 10,4% e -0,2% para as exportações de produtos básicos, semimanufaturados e manufaturados, respectivamente. China, Estados Unidos da América (EUA) e Argentina absorveram 53,6% das exportações baianas do período. Do lado das importações, houve aumento nos preços (16,3%) e diminuição no *quantum* (5,4%).

A inflação na Região Metropolitana de Salvador (RMS), medida pelo IPCA, acelerou de 0,32% no

Tabela 2.1.3 – IPCA – Salvador

Discriminação	Pesos ^{1/}	Variação %			
		2018			2018
		II Tri	III Tri	IV Tri	12 meses
IPCA	100,00	2,33	0,32	0,71	4,03
Livres	75,58	1,42	m	1,68	3,32
Alimentação no domicílio	18,95	3,19	-2,73	4,66	4,22
Bens industrializados	24,14	1,02	0,67	-0,22	1,70
Serviços	32,48	0,70	0,76	1,40	4,06
Monitorados	24,42	5,24	1,79	-2,25	6,30
Principais itens					
Alimentação	27,92	2,82	-1,62	3,81	4,82
Habitação	15,22	6,44	1,56	-1,54	5,37
Artigos de residência	4,29	1,87	2,56	1,13	5,23
Vestuário	6,36	0,50	0,99	0,59	0,44
Transportes	18,56	1,32	1,20	-1,32	4,44
Saúde	10,84	1,76	0,33	0,02	3,34
Despesas pessoais	8,48	0,64	0,99	0,69	2,35
Educação	4,79	0,09	0,56	0,16	5,58
Comunicação	3,54	-0,18	-0,11	-0,02	-0,18

Fonte: IBGE

1/ Referentes a dezembro de 2018.

trimestre finalizado em setembro para 0,71% no trimestre encerrado em dezembro, refletindo a trajetória ascendente dos preços livres, de -0,16% para 1,68%, e desaceleração dos preços dos monitorados, de 1,79% para -2,25%. A evolução dos preços livres repercutiu, em especial, o aumento da inflação da alimentação no domicílio, -2,73% no trimestre terminado em setembro e 4,66% no trimestre terminado em dezembro, e a aceleração dos preços dos serviços, de 0,76% para 1,40%. Considerados períodos de doze meses, o IPCA na RMS acumulou 4,03% em dezembro, ante 2,15% em igual intervalo de 2017, com aceleração dos preços dos livres, de 0,70% para 3,32% e desaceleração dos preços monitorados de 7,21% para 6,30%.

2.2 Ceará

Gráfico 2.2.1 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil e Ceará

Dados dessazonalizados – média móvel trimestral



Tabela 2.2.1 – Comércio varejista – Ceará

Geral e setores selecionados

Setores	Variação % no período		
	2018		
	Ago ^{1/}	Nov ^{1/}	12 meses
Comércio varejista	0,1	-0,7	2,3
Combustíveis e lubrificantes	-2,8	1,0	-4,3
Hiper e supermercados	-0,7	-1,2	2,3
Tecidos, vestuário e calçados	1,4	0,1	-0,3
Móveis e eletrodomésticos	2,4	5,1	2,0
Comércio ampliado	-0,4	1,4	3,2
Automóveis e motocicletas	-5,6	5,5	7,5
Material de construção	5,0	2,6	-1,8

Fonte: IBGE

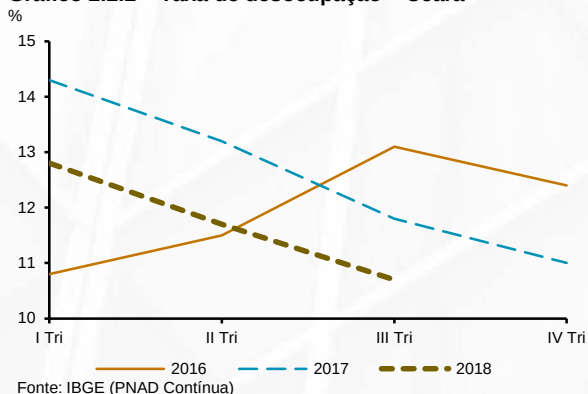
1/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

Segundo o Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (Ipece), o PIB do estado cresceu 2,2% no terceiro trimestre de 2018 em relação ao trimestre anterior, segundo dados dessazonalizados, em cenário de expansão de 4,3% da atividade na indústria, 1,9% na agropecuária e de 0,8% nos serviços. Na margem, o IBCR-CE sinaliza desaceleração do crescimento, com alta de 0,4% no trimestre encerrado em novembro em relação ao trimestre finalizado em agosto, evolução similar à observada em nível nacional (Gráfico 2.2.1). Nos últimos doze meses encerrados em novembro, o IBCR-CE avançou 1,6%.

Sob a ótica da demanda, a melhora do mercado de trabalho, evidenciada tanto na geração de empregos como na evolução do rendimento, aliada ao desempenho do crédito, estimularam o comércio varejista. Nesse sentido, as vendas do comércio ampliado cresceram 1,4% no trimestre encerrado em novembro em relação ao trimestre anterior, de acordo com dados dessazonalizados da PMC do IBGE, com ênfase em automóveis e móveis e eletrodomésticos. No mesmo período, contudo, o volume dos serviços não financeiros prestados no estado apresentou recuo de 1,1%, segundo a PMS do IBGE, refletindo a retração assinalada no mês de setembro.

No mercado de trabalho cearense houve criação de 12,3 mil postos de trabalho formais no trimestre encerrado em novembro, ante geração de 7,9 mil vagas em igual período do ano anterior, de acordo com estatísticas do Caged. Destaca-se o setor de serviços, que passou de 1,6 mil para 5,0 mil. Na margem, o índice de emprego formal, com dados dessazonalizados, expandiu 0,5% em relação ao trimestre anterior, após 0,3% no mesmo tipo de comparação.

Gráfico 2.2.2 – Taxa de desocupação – Ceará



Fonte: IBGE (PNAD Contínua)

A taxa de desemprego no Ceará atingiu 10,6% no terceiro trimestre de 2018, ante 11,8% em igual trimestre de 2017, segundo a PNAD Contínua do IBGE (Gráfico 2.2.2). Considerando dados dessazonalizados pelo Banco Central, observou-se queda de 0,7 p.p. na taxa de desemprego no período ante o trimestre imediatamente anterior, com alta de 2,2% na população ocupada e de 1,4% na força de trabalho. Comparativamente ao mesmo trimestre do ano anterior, o rendimento médio real habitualmente recebido pelos ocupados cresceu 6,8% e a massa salarial 12,1%.

A carteira de crédito cearense mostra sinais de recuperação, em especial dos volumes de empréstimos às pessoas físicas, cujo saldo atingiu R\$39,7 bilhões, crescendo 2,8% no trimestre e 8,9% em doze meses. No trimestre, destacaram-se os aumentos dos saldos das modalidades de financiamentos de veículos e de crédito consignado. A carteira de pessoas jurídicas somou R\$30,9 bilhões, registrando retrações de 1,9% no trimestre e 3,4% em doze meses, ressaltando-se, na margem, as contratações da indústria de transformação e do setor de serviços industriais de utilidade pública.

Em relação à oferta, a produção industrial cresceu 3,5% no trimestre encerrado em novembro, em relação ao finalizado em agosto, de acordo com dados dessazonalizados da PIM-PF do IBGE. Destacaram-se os aumentos verificados nos segmentos de fabricação de artefatos de couro, artigos para viagem e calçados, e metalurgia.

Em doze meses, a produção industrial do estado expandiu 0,7% até novembro de 2018, ressaltando-se as altas assinaladas nos segmentos de fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos, 41,6%, e de metalurgia, 8,8%. Em contraposição, houve retração na confecção de artigos do vestuário e acessórios, 5,8%.

O faturamento real da indústria de transformação cearense decresceu 6,9% no período de doze meses encerrado em novembro deste ano, em relação a igual intervalo do ano anterior, ante queda de 3,1% em agosto, de acordo com o Núcleo de Economia e Estratégia da Federação das Indústrias do Estado do Ceará (Fiec). Na mesma base de comparação, a remuneração e o pessoal empregado cresceram 1,2% e 1,0%, respectivamente; as horas trabalhadas decresceram 7,1%.

Do lado da arrecadação do estado, a receita com ICMS, no acumulado do ano até novembro, decresceu 0,4% em termos reais, em relação ao mesmo período de 2017. Na mesma base de comparação, as transferências da União para o estado e municípios, cresceram 1,4% em termos reais, de acordo com dados do Ministério da Economia.

Os governos do estado, da capital e dos principais municípios do Ceará registraram reversão do *superavit* primário (1,2 bilhão em 2017) para *deficit* de R\$1,1 bilhão em doze meses encerrados em novembro. A dívida líquida do estado aumentou

Tabela 2.2.2 – Produção industrial – Ceará

Geral e setores selecionados

Setores	Pesos ^{1/}	Variação % no período		
		2018		
		Ago ^{2/}	Nov ^{2/}	12 meses
Indústria geral	100,0	2,6	3,5	0,7
Artefatos de couro e calçados	26,7	-0,7	13,9	0,0
Produtos alimentícios	16,9	7,1	-8,0	-2,9
Artigos de vestuário e acessórios	11,8	-3,3	-0,5	-5,8
Bebidas	11,0	9,5	-12,6	3,5
Produtos têxteis	7,6	-0,8	5,9	0,1
Metalurgia	4,0	11,1	1,5	8,8

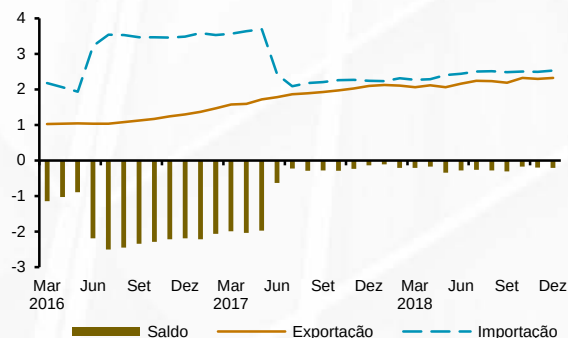
Fonte: IBGE

1/ Ponderação de atividades no VTI, conforme a PIA 2010/IBGE.

2/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

Gráfico 2.2.3 – Balança comercial – Ceará

Acumulado em 12 meses – em US\$ bilhões



Fonte: Ministério da Economia/Secex

Tabela 2.2.3 – IPCA – Fortaleza

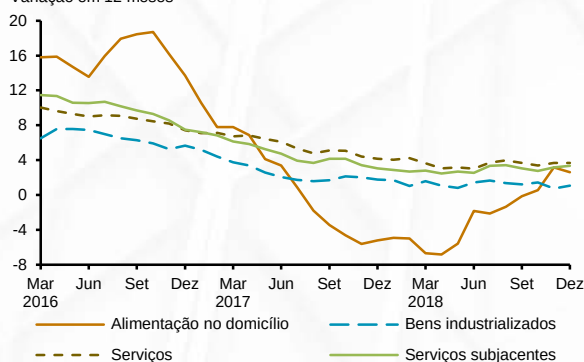
Discriminação	Pesos ^{1/} 2018	Variação %				
		I Tri	II Tri	III Tri	IV Tri	Ano
IPCA	100,0	0,57	1,78	-0,09	0,63	2,90
Livres	77,1	0,36	1,01	0,04	1,14	2,57
Alimentação no domicílio	23,3	-0,62	2,44	-1,39	2,21	2,62
Bens industrializados	23,4	0,05	0,38	-0,46	1,14	1,12
Serviços	30,4	1,38	0,42	1,51	0,34	3,70
Monitorados	22,9	1,28	4,44	-0,52	-1,09	4,09
Principais itens						
Alimentação	31,7	-0,29	2,02	-0,46	1,57	2,84
Habitação	14,7	0,13	3,24	0,04	-0,99	2,39
Artigos de residência	4,0	-0,07	-0,87	0,85	2,64	2,54
Vestuário	6,3	-0,99	-0,84	-1,28	2,72	-0,44
Transportes	16,4	1,52	3,55	-0,68	-0,33	4,07
Saúde	10,2	1,61	1,51	0,54	0,17	3,87
Despesas pessoais	9,4	0,38	0,38	1,04	0,30	2,12
Educação	4,7	6,06	0,05	1,10	0,25	7,55
Comunicação	2,8	-0,07	-0,09	0,04	-0,19	-0,31

Fonte: IBGE

1/ Pesos relativos ao trimestre encerrado no período t-3.

Gráfico 2.2.4 – Inflação dos preços livres – Ceará

Variação em 12 meses



Fontes: IBGE e BCB

33,5% em relação a dezembro de 2017, atingindo R\$9,5 bilhões no final de novembro.

A balança comercial do Ceará registrou *deficit* de US\$205,5 milhões em 2018, comparativamente a US\$140,5 milhões em 2017, refletindo variações de 10,7% na exportação e 13,1% na importação, de acordo com dados do Ministério da Economia. As vendas foram impulsionadas pelo crescimento de 29,4% nos embarques de produtos semimanufaturados de ferro e aços originários da Companhia Siderúrgica do Pecém (CSP). As compras externas foram impactadas, principalmente, pelo aumento na aquisição de bens de capital (21,8%) com destaque para equipamentos de transporte industrial.

A inflação na Região Metropolitana de Fortaleza (RMF) atingiu 0,63% no quarto trimestre do ano, ante -0,09% no terceiro. O impacto da aceleração dos preços livres (de 0,04% para 1,14%) foi atenuado pela intensificação da queda dos preços monitorados (de -0,52% para -1,09%), em particular da evolução do preço do óleo diesel (-9,60% ante 1,86%). O comportamento dos preços livres repercutiu maior inflação de alimentos, além do preço da passagem aérea.

A variação do IPCA da Região Metropolitana de Fortaleza (RMF) em 2018 atingiu 2,90% ante 2,27% em 2017. Os preços livres aumentaram de 0,46% para 2,57% e os preços monitorados decresceram de 9,25% para 4,09%.

2.3 Pernambuco

Gráfico 2.3.1 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil e Pernambuco

Dados dessazonalizados

Média móvel trimestral (2014 = 100)

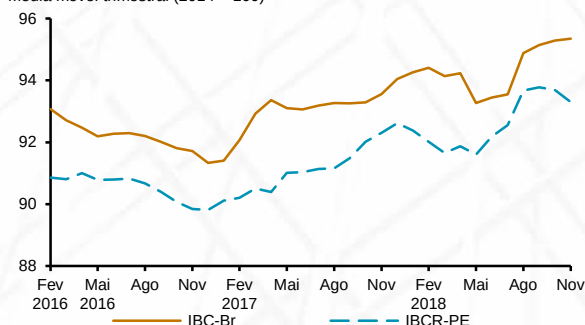
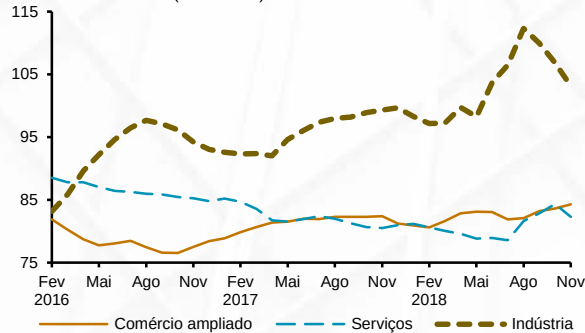


Gráfico 2.3.2 – Comércio, serviços e indústria – PE

Dados dessazonalizados

Média móvel trimestral (2014 = 100)



Fonte: IBGE

Tabela 2.3.1 – Volume de serviços – Pernambuco

Serv. empresariais não financeiros, exceto saúde e educação

Segmentos	Var. %			
	2017		2018	
	Ano	Ago ^{1/}	Nov ^{1/}	12 meses
Total	-5,9	3,5	0,8	-1,6
Serviços prestados às famílias	14,4	1,1	3,1	2,6
Serviços de informação e comunicação	-6,9	-2,3	-1,9	-5,4
Serviços profissionais e administrativos	-12,6	3,7	1,0	-7,3
Transportes e correio	-9,7	4,3	0,4	4,1
Atividades turísticas	8,9	1,4	3,9	5,9
Outros serviços	-2,0	-1,5	0,7	-6,5

Fonte: IBGE

1/ Variação relativa ao trimestre encerrado no mês assinalado e o mesmo período do ano anterior.

A atividade econômica em Pernambuco, medida pelo IBCR-PE, contraiu 0,4% no trimestre encerrado em novembro em relação ao trimestre anterior, quando crescera 2,3% no mesmo tipo de comparação. A queda repercutiu, principalmente, o desempenho da produção industrial – influenciado pelo recuo na manufatura de veículos e refino de açúcar, cujas exportações diminuíram no período – somada ao baixo dinamismo do mercado de trabalho. Apesar da oscilação no trimestre, a economia pernambucana segue em recuperação gradual e com melhores perspectivas, conforme sinalizado pela evolução recente de indicadores de confiança. Em doze meses o IBCR do estado cresceu 1,6%.

No âmbito da demanda, os principais indicadores econômicos sinalizam retomada da atividade, favorecida pelo crédito. As vendas no varejo ampliaram 2,7% no trimestre encerrado em novembro em relação ao findo em agosto, segundo dados dessazonalizados da PMC, do IBGE. Destacou-se, no período, o mês de novembro, com a *Black Friday* impulsionando segmentos de produtos de uso pessoal, como vestuários e calçados. Em relação a novembro do ano anterior o comércio avançou 4,2%, nível mais elevado do ano nesse tipo de comparação.

O ICF alcançou 80,5 pontos em janeiro, nível mais alto desde janeiro de 2016, porém ainda significativamente abaixo da média histórica (108 pontos). A perspectiva de consumo foi o componente que mais contribuiu para a alta, contrapondo-se à percepção acerca do emprego atual, segundo dados da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de Pernambuco (Fecomércio/PE).

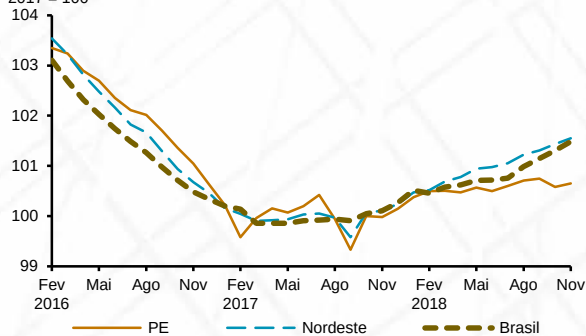
No setor terciário, o volume de serviços não financeiros apresentou no trimestre terminado em novembro, alta de 0,8% (dado com ajuste sazonal) de acordo com a PMS do IBGE, com ênfase em atividades turísticas. Em doze meses, o indicador da pesquisa diminuiu 1,6%, observando-se retração das atividades prestadas às empresas, e crescimento das prestadas às famílias.

No mercado de trabalho, o desemprego tem se reduzido de forma gradual, sustentado por ocupações sem carteira assinada e conta própria – o emprego com carteira tem mostrado estabilidade. A taxa de desocupação alcançou 16,7% no terceiro trimestre de 2018 ante 17,9% em idêntico período de 2017,

Gráfico 2.3.3 – Índice de Emprego Formal

Dados dessazonalizados

2017 = 100



Fonte: IBGE

segundo a PNAD Contínua do IBGE. Na mesma base de comparação, os rendimentos habituais recuaram 3,6% e a massa salarial cresceu 0,5%. Na série com ajuste sazonal, o desemprego passou de 16,8% no segundo trimestre para 16,6% no terceiro, refletindo reduções de 0,1% da PO e 0,3% da força de trabalho.

Dados mais recentes corroboram o baixo ritmo de geração de empregos com carteira assinada no estado. Nesse sentido, o índice de emprego formal, ajustado sazonalmente, oscilou 0,1% no trimestre encerrado em novembro em relação ao anterior, após variação idêntica no período precedente, abaixo do crescimento da média da região e do país (Gráfico 2.3.3).

O crédito em Pernambuco expandiu 1,3% em novembro em relação a agosto, com variação de 3,5% na carteira de pessoa física (PF) e -2,0% na de pessoa jurídica (PJ). Em doze meses, o crédito total cresceu 3,7%, com alta de 10,7% nas operações de pessoas físicas e retração de 5,5% para o crédito de pessoas jurídicas. No âmbito das operações de crédito, têm se destacado as operações originadas com recursos livres, a exemplo das compras com cartão de crédito sem juros para PF e desconto de títulos para empresas, em contraponto às operações do crédito PJ direcionado, que seguem mostrando retração.

Desagregando o crédito total em microrregiões, (Figura 2.3.1) observa-se concentração no Recife, áreas industriais de Suape e do polo automotivo (Goiana), Vale do Ipojuca e Petrolina que, conjuntamente, respondem por 83,8% do estado. A evolução do crédito PJ evidencia forte expansão na Mata Setentrional (331%), associada à cadeia da indústria automobilística. Em sentido contrário, a carteira de Suape retraiu 37%, com menores operações do setor petroquímico.

Sob a ótica da oferta, a atividade do setor industrial¹¹ do estado recuou 1,4% no trimestre encerrado em novembro, em relação ao trimestre anterior, considerando dados dessazonalizados da PIM-PF do IBGE. Ressalte que o desempenho negativo ocorre após expressivo avanço no trimestre anterior (11,3%). A queda da produção no período recente refletiu

Figura 2.3.1 – Saldo de crédito total – PE

Novembro de 2018

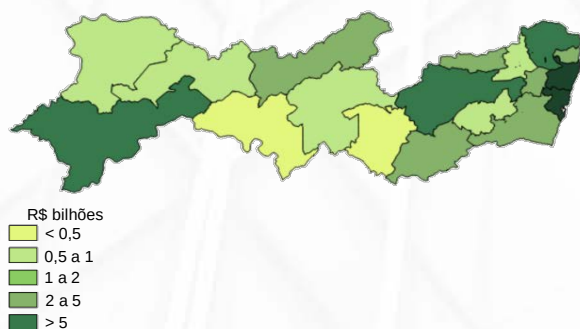
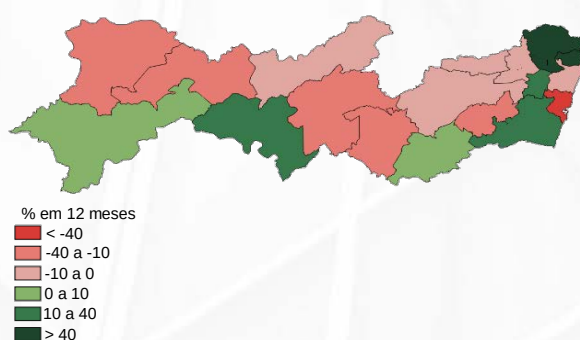


Figura 2.3.2 – Variação do crédito PJ – PE

Novembro de 2018



11/ A PIM-PF do estado foi ajustada para incorporar os segmentos refino de petróleo e fabricação de automóveis, que ainda não fazem parte da pesquisa do IBGE em Pernambuco, que se baseia na estrutura produtiva de 2010, quando tais atividades ainda não existiam. Considerando que, atualmente, as atividades mencionadas são pesquisadas na PIM-PF do Nordeste e concentram-se em grande parte na Bahia, o procedimento utilizado foi atribuir a Pernambuco o diferencial entre a produção nordestina destes segmentos e a produção daquele estado, com base nos pesos do VTI relativos a 2015, extraídos da Pesquisa Industrial Anual (PIA/IBGE).

Tabela 2.3.2 – Produção industrial – Pernambuco

Geral e setores selecionados

Setores	Pesos ^{1/} 2018	Variação % no período		
		12 meses		
		Ago ^{2/}	Nov ^{2/}	Acum.
Indústria geral ^{1/}	100,0	11,3	-1,4	5,9
Produtos alimentícios	27,7	15,1	-10,2	7,2
Outros produtos químicos	11,0	12,9	6,3	-6,1
Produtos minerais não-metálicos	10,3	14,9	-2,0	5,8
Bebidas	9,6	5,6	8,0	5,7
Produtos de metal	7,0	-0,3	-4,6	25,5
Veículos	4,2	15,7	-22,7	13,5

Fonte: IBGE

1/ Inclusive veículos e deriv. petróleo, ponderados pelo VTI da PIA 2015 (IBGE).

2/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

principalmente a redução de 10,2% em produtos alimentícios, influenciada pela fabricação de açúcar, cujo vigoroso crescimento em agosto, primeiro mês da safra de cana-de-açúcar, não se sustentou devido a adversidades climáticas. Além disso, preços internacionais historicamente baixos do açúcar e maior competitividade do álcool frente à gasolina no mercado local têm levado a alteração do *mix* da indústria sucroalcooleira¹²; no setor de veículos houve parada de produção da montadora em meio a menores exportações.

Considerando horizonte mais longo, a atividade fabril tem mostrado dinamismo, crescendo 5,9% nos doze meses encerrados em novembro. Nove dos catorze segmentos pesquisados expandiram, contribuindo para a elevação do Icel da Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco (Fiepe) que tem se mantido em região de otimismo, em todos os meses do último trimestre.

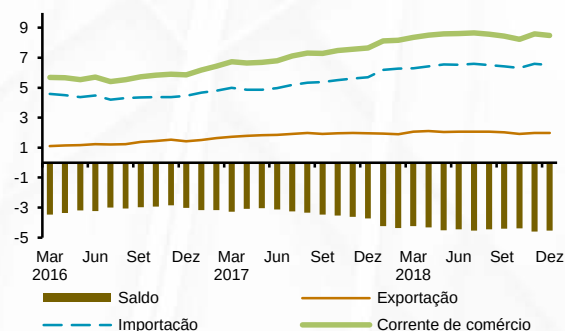
Na agricultura, a cana-de-açúcar, principal produto agrícola do estado, registrou safra de 12 milhões de toneladas em 2018 de acordo com a LSPA do IBGE de dezembro, recuando 20,6% em relação a 2017 e atingindo o menor patamar desde 1999. Por outro lado, a uva, produzida no Vale do Rio São Francisco, expandiu 8,5%, e a banana, 2,8%.

As principais fontes de receita corrente pública do estado de Pernambuco apresentaram comportamentos distintos nos doze meses encerrados em novembro. As transferências da União recuaram 7,5% (total de R\$11,1 bilhões) enquanto a arrecadação do ICMS expandiu 5,2%, somando R\$15,8 bilhões, conforme dados do Ministério da Economia, deflacionados pelo IGP-DI/FGV. O desempenho no recolhimento do ICMS refletiu, principalmente, a dinâmica industrial no estado.

Em 2018 o comércio exterior em Pernambuco registrou *deficit* de US\$4,5 bilhões, 21% maior em relação a 2017. O resultado decorreu da expansão de 14,2% no valor das importações e de 0,7% das exportações. Associado a esse desempenho, houve queda de 12% no *quantum* exportado frente ao aumento de 2,4% do mesmo indicador para as importações. Destacaram-se a retração nas exportações de veículos – sobretudo para a Argentina – e de açúcar, além de maiores fluxos de compra e venda ao exterior de combustíveis, relacionados às operações de refino e distribuição de derivados

Gráfico 2.3.4 – Balança comercial – Pernambuco

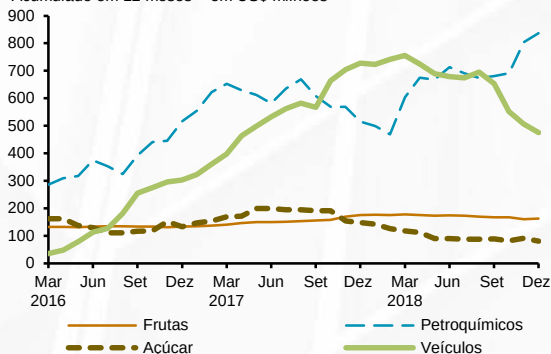
Acumulado em 12 meses – em US\$ bilhões



Fonte: Ministério da Economia/Secex

Gráfico 2.3.5 – Principais produtos exportados – PE

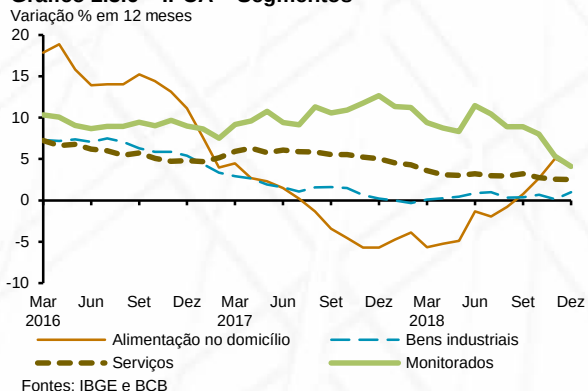
Acumulado em 12 meses – em US\$ milhões



Fontes: Ministério da Economia/Secex

12/ De acordo com o Sindaçúcar/PE, na safra 2018/2019 a produção de álcool deve crescer 29,2% ante recuo de 8,3% do açúcar.

Gráfico 2.3.6 – IPCA – Segmentos



de petróleo a partir do porto de Suape. Em 2018 a corrente de comércio do estado totalizou US\$8,4 bilhões (crescimento de 20,7% no ano).

No que se refere à inflação, o IPCA na Região Metropolitana do Recife (RMR) variou 0,28% no quarto trimestre de 2018 comparativamente a -0,01% no trimestre anterior. A variação dos preços monitorados passou de 0,47% para -1,62% e dos preços livres de -0,17% para 0,90%, influenciados, principalmente, pelo aumento dos preços de tubérculos e vestuário.

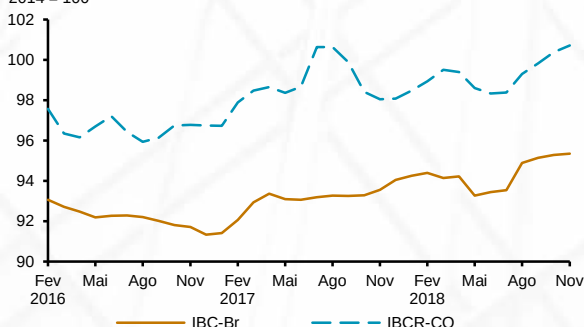
Em 2018, a inflação da RMR atingiu 2,83% ante 3,31% em 2017, com aceleração dos preços livres, de 0,70% para 2,43% e desaceleração dos preços monitorados, de 12,64% para 4,11%. Energia elétrica e gasolina que haviam subido 17,23% e 12,60% em 2017 tiveram variação de 3,21% e 5,63% em 2018.

Região Centro-Oeste

3

Gráfico 3.1 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil e Centro-Oeste

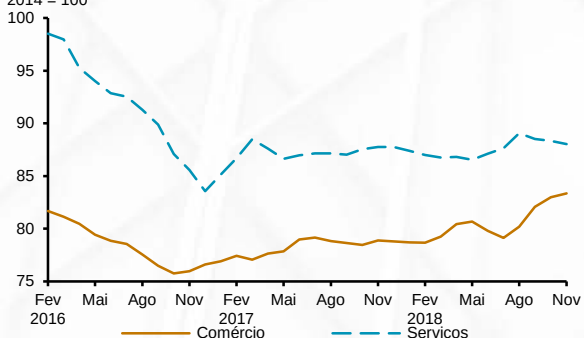
Dados desazonalizados – Média móvel trimestral
2014 = 100



A atividade econômica no Centro-Oeste apresentou evolução moderada no segundo e terceiro trimestres, impactada pela queda na safra de inverno de milho e por ocorrências conjunturais – paralisação do setor de transporte rodoviário de cargas, em maio, e interrupção nas exportações de carne para determinados mercados. Entretanto, o desempenho no trimestre encerrado em novembro acelerou, impulsionado pelo comércio, serviços prestados a empresas e construção civil. Nesse cenário, o IBCR-CO registrou crescimento de 1,4% frente ao trimestre anterior, com aumento em onze dos dezesseis segmentos econômicos.

Gráfico 3.2 – Comércio e serviços – Centro-Oeste

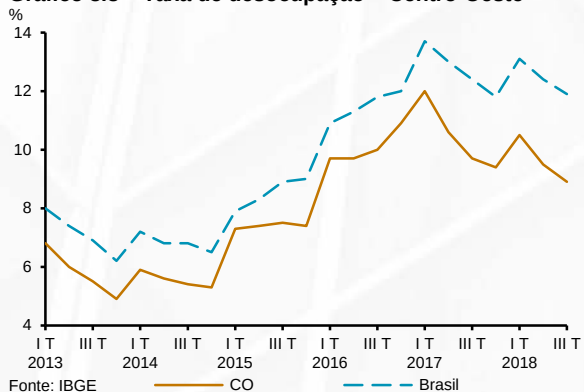
Dados desazonalizados – Média móvel trimestral
2014 = 100



Fontes: IBGE e BCB

Os indicadores de demanda da região mostram sinais positivos, em linha com a evolução do agronegócio e da recuperação gradual do mercado de trabalho. As vendas do comércio ampliado foram impulsionadas pelas promoções do período de *Black Friday* no trimestre encerrado em novembro, com crescimento de 3,9% na margem, conforme dados dessazonalizados da PMC, do IBGE. Além das vendas de supermercados e artigos pessoais e domésticos, destacaram-se as vendas de veículos nesse período, em especial as de caminhões, tendo como possível explicação o processo de verticalização do agronegócio, com maior internalização do serviço de transporte. O desempenho do comércio foi mais acentuado no Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás, estados com maior presença do setor primário. No setor de serviços, a recuperação na região tem ocorrido de forma mais gradual. Embora tenha registrado retração de 1,2% na margem, refletindo contração nos segmentos de transportes e de serviços profissionais, o nível de atividade dos serviços observado nesse trimestre foi superior ao registrado no primeiro semestre.

Gráfico 3.3 – Taxa de desocupação – Centro-Oeste



Fonte: IBGE

O mercado de trabalho no Centro-Oeste segue evoluindo positivamente, evidenciado tanto nos indicadores da PNAD Contínua, do IBGE, como nos dados do Caged. Segundo a PNAD Contínua, a população ocupada na região aumentou 2,3% no terceiro trimestre de 2018, comparado com

Tabela 3.1 – Evolução do emprego formal – Centro-Oeste

Discriminação	Novos postos de trabalho (em mil)			
	2017		2018	
	Trím ^{2/}	Ano ^{3/}	Trím ^{2/}	Ano ^{3/}
Total	-17,0	53,2	0,3	88,5
Ind. de transformação	-7,5	11,8	-4,7	10,5
Comércio	6,8	6,4	12,3	13,6
Serviços	-2,3	19,6	5,1	42,3
Construção civil	-4,6	2,3	-3,8	7,2
Agropecuária	-8,1	14,1	-8,7	14,5
Outros ^{1/}	-1,1	-0,8	0,1	0,5

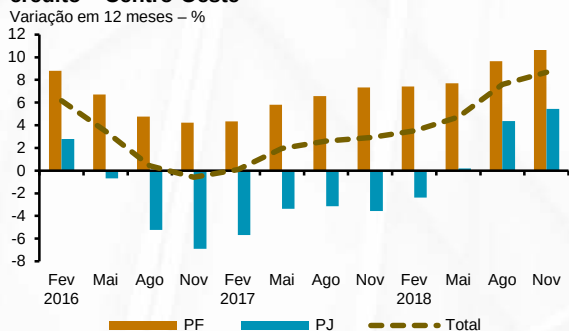
Fonte: Caged

1/ Inclui extrativa mineral, administração pública e SIUP, entre outros.

2/ Trimestre encerrado em novembro.

3/ Acumulado no ano até novembro.

Gráfico 3.4 – Evolução do saldo das operações de crédito – Centro-Oeste^{1/}



1/ Operações com saldo superior a R\$1 mil.

o mesmo período de 2017, correspondendo ao acréscimo de 171 mil trabalhadores. Houve expansão nos setores de serviços e agropecuária, e redução na construção civil, indústria e comércio. Entre as unidades da federação, observou-se crescimento no Mato Grosso do Sul, 5,4%; no Mato Grosso, 5,0%; e no Distrito Federal, 4,6%; e redução em Goiás, -1,2%. A taxa de desocupação da região diminuiu 0,7 p.p. relativamente ao terceiro trimestre de 2017, recuando para 8,9% e situando-se abaixo da média nacional (11,9%). A expansão da população ocupada, concomitante com o aumento de 0,6% no rendimento médio real, gerou acréscimo real de 2,8% na massa de rendimento do trabalho na região.

Os dados do Caged mostram a criação líquida de 305 postos de trabalho no trimestre encerrado em novembro, período que tradicionalmente registra demissões, sendo esse o melhor resultado desde 2010. Destacam-se as contratações nos setores de comércio e serviços, ambas superiores às observadas no mesmo período de 2017, e as demissões na agropecuária, indústria de transformação e construção, com intensidade inferior à registrada no ano passado, nesses dois últimos setores. Houve expansão nas contratações formais no Distrito Federal (5,1 mil) e no Mato Grosso (2,5 mil), e queda em Goiás (-6,5 mil) e no Mato Grosso do Sul (-0,8 mil).

A expansão do crédito na região evolui positivamente desde fevereiro de 2017, com aceleração maior nos últimos meses, relacionada com o aumento do financiamento à agropecuária e às atividades de suporte ligadas ao comércio e à logística do agronegócio. O crescimento interanual do crédito na região passou de 7,6%, em agosto, para 8,7% em novembro, com destaque para a expansão de 16,6% no Mato Grosso, a maior do país. No segmento de pessoas físicas a taxa avançou de 9,6% para 10,6%, impulsionada pelo acréscimo nas linhas de crédito rural, crédito pessoal não consignado e financiamento de veículos; no segmento de empresas, a taxa evoluiu de 4,4% para 5,4%, alavancada pelo aumento nos financiamentos ao comércio, ao setor de transportes – impactado pelo financiamento do projeto de ligação ferroviária entre as regiões produtoras do norte do estado de Mato Grosso e Rondonópolis, o que possibilitará o escoamento da produção até o porto de Santos –, às indústrias de alimentos e bebidas e ao setor de telefonia celular.

O resultado do comércio exterior do Centro-Oeste em 2018 confirma a vocação exportadora da região, ao registrar *superavit* recorde de US\$20,7 bilhões,

Tabela 3.2 – Balança comercial – Centro-Oeste
Janeiro-dezembro

Discriminação	US\$ milhões			
	Centro-Oeste			Brasil
	2017	2018	Var. %	Var. %
Exportações	26 666	29 621	11,1	10,0
Básicos	22 260	24 650	10,7	17,7
Industrializados	4 406	4 971	12,8	3,4
Importações	8 222	8 877	8,0	20,2
Bens de capital	546	598	9,4	77,1
Bens Intermediários	3 950	4 264	7,9	12,1
Bens de consumo	2 423	2 386	-1,5	9,5
Combustíveis e lubrificantes	1 302	1 624	24,7	25,4
Saldo comercial	18 444	20 744	12,5	-12,8

Fonte: Ministério da Economia

Tabela 3.3 – Dívida líquida e necessidades de financiamento – Centro-Oeste^{1/}

UF	R\$ milhões					
	Dezembro de 2017			Novembro de 2018		
	Dívida		Fluxos 12 meses	Dívida ^{2/}		Fluxos 12 meses
	Primário	Nominal ^{3/}		Primário	Nominal ^{3/}	
DF	6 435	744	934	7 221	531	746
GO	18 208	-348	1 065	18 961	-1 276	421
MS	7 216	-290	114	7 250	-371	210
MT	3 462	-478	-217	3 854	-393	-31
Total (A)	35 321	-372	1 896	37 285	-1 509	1 347
Brasil^{4/} (B)	800 969	-11 707	38 679	867 387	-6 296	53 906
(A/B) (%)	4,4	3,2	4,9	4,3	24,0	2,5

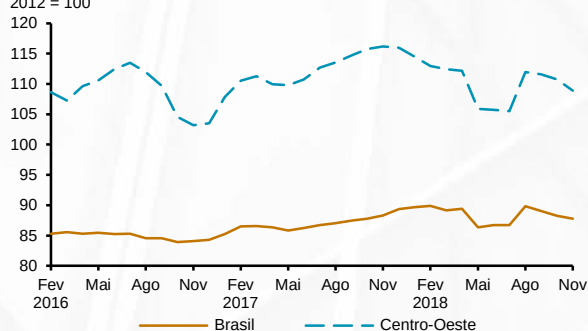
1/ Por UF, totalizando gov. estadual, capital e principais municípios. Dados preliminares.

2/ A dívida líquida no momento t+1 é a dívida no momento t, mais o resultado nominal e o resultado de outros fluxos.

3/ O resultado nominal é a soma dos juros com o resultado primário.

4/ Refere-se à soma de todas as regiões.

Gráfico 3.5 – Produção industrial – Centro-Oeste
Dados dessazonalizados – Média móvel trimestral
2012 = 100



Fontes: IBGE e BCB

valor 12,5% superior ao apurado em 2017. O valor das exportações cresceu 11,1%, com ampliação nas vendas de produtos básicos e industrializados, principalmente soja, celulose, farelo de soja e carnes de bovino. As importações aumentaram 8,0%, influenciadas pela entrada de combustíveis, essencialmente gás natural; bens de capital, principalmente máquinas agrícolas; e produtos intermediários, em especial fertilizantes.

No âmbito fiscal, as finanças dos estados da região seguem em processo de ajuste gradual. A dívida líquida da região cresceu 5,6% entre dezembro de 2017 e novembro de 2018, com variações mais acentuadas nas dívidas do Distrito Federal, 12,2%, e Mato Grosso, 11,3%. O aumento observado no *superavit* primário pode não refletir uma situação fiscal mais favorável, em razão de eventuais postergações de pagamentos. No que se refere às receitas de ICMS, houve crescimento real de 2,3% na região no período de doze meses encerrado em novembro, enquanto as transferências da União encolheram 3,9%.

No que se refere aos indicadores de oferta, a indústria no Centro-Oeste¹³, que se desenvolveu em sinergia com o crescimento do agronegócio e tem mais de 60% de sua composição voltada para o processamento de insumos gerados pelo campo, retraiu 2,7%, na margem, no trimestre encerrado em novembro, refletindo contração nos segmentos de biocombustíveis, produtos químicos, alimentos e veículos. Apesar do resultado negativo, a utilização da capacidade instalada manteve-se estável nas indústrias da região, segundo dados dessazonalizados da CNI.

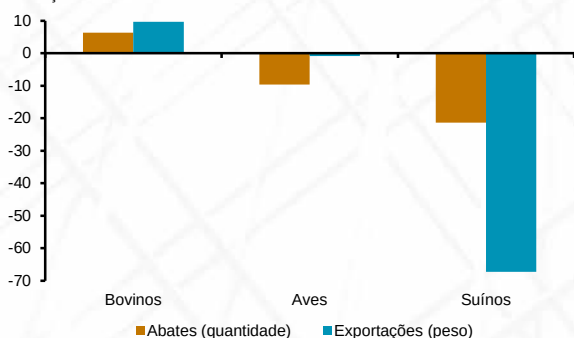
Com a previsão de aumento da safra agrícola em 2019 e o ambiente mais favorável para a atividade econômica, a confiança dos empresários aumentou no quarto trimestre. O Icel do Centro-Oeste, divulgado pela CNI, atingiu o maior valor desde fevereiro de 2011, 64,4 pontos em dezembro, ante 54,5 em setembro, com evolução positiva tanto no índice de expectativas como no de condições atuais.

Em relação à produção agrícola, após registrar queda de 4,6% na colheita de grãos em 2018, por conta de retrações na produção de milho e feijão, o Centro-Oeste deverá expandir a próxima safra em 2,8%, segundo o terceiro prognóstico de safra do IBGE, com expansão na produção de soja e milho.

13/ Agregado de Goiás e Mato Grosso, únicos estados da região incluídos na PIM-PF, do IBGE. Série com ajuste sazonal.

Gráfico 3.6 – Pecuária de corte – Centro-Oeste

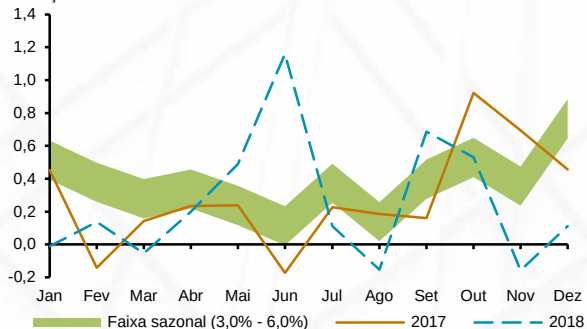
Varição % acumulada no ano até novembro



Fontes: Mapa e MDIC/Secex

Gráfico 3.7 – IPCA Centro-Oeste – Padrão sazonal

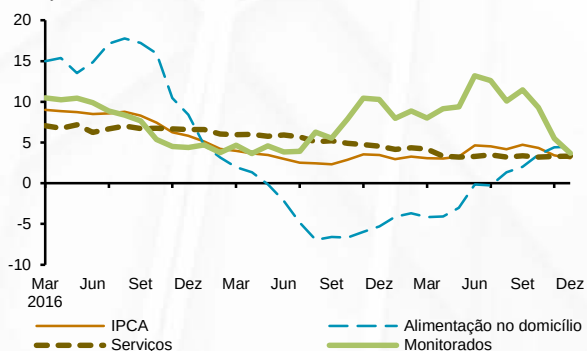
Varição % mensal



Fontes: IBGE e BCB

Gráfico 3.8 – IPCA Centro-Oeste

Varição % acumulada em 12 meses



Fontes: IBGE e BCB

Sobre a produção pecuária, o volume de abate de bovinos na região aumentou 6,3% entre janeiro e novembro, em relação a igual período de 2017, com expansão de 9,7% no volume de exportações. Em sentido oposto, os abates de aves e suínos retraíram 9,6% e 21,4%, de acordo com o Sistema de Inspeção Federal (SIF), do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, com contração nos volumes embarcados para o mercado externo (0,8% para carnes de aves e 67,3% para de suínos), refletindo os efeitos de barreiras ao comércio impostas por alguns países.

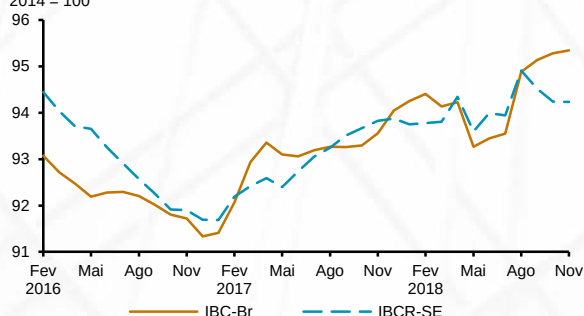
O IPCA na região – agregação dos indicadores de Brasília, Goiânia e Campo Grande – variou 0,48% no último trimestre de 2018, comparativamente a 0,64% no terceiro. Destacam-se as reversões do comportamento dos preços de itens monitorados, que passaram de 1,40% para -1,74% (gasolina, -7,65%; e energia elétrica, -1,38%), e dos itens de alimentação no domicílio, de -1,31% para 2,85% (açúcar cristal, 5,92%; pão francês, 2,32%; e carnes 2,18%). A quantidade de itens que registrou aumento de preço no período diminuiu no quarto trimestre, com o índice de difusão recuando de 54,6%, no trimestre anterior, para 52,7%.

Em 2018, a inflação no Centro-Oeste diminuiu em relação à apurada no ano anterior (única região a registrar desaceleração nos preços), refletindo, em especial, a dissipação de reajustes elevados em gás de cozinha, energia elétrica e gasolina (itens monitorados) ocorridos em 2017 e a continuidade da desinflação em serviços. O IPCA variou 3,08% em 2018, (3,45% em 2017), com redução da variação de preços em monitorados (10,41% para 3,46%), e em serviços (4,40% para 3,26%). Por outro lado, observou-se normalização nos preços de alimentação no domicílio, que passaram de deflação de 5,56% para aumento de 4,44%.

A economia do Centro-Oeste, dependente do agronegócio, ressentiu-se da retração na agricultura em 2018, mas sustentou-se em terreno positivo com base na recuperação dos serviços e do comércio e na dinâmica do setor exportador. A expectativa de aumento da safra de milho e soja, a continuidade da expansão do crédito e, mais recentemente, a melhora nas expectativas sobre a evolução da economia nacional favorecem as perspectivas positivas para o desempenho da atividade na região em 2019.

Gráfico 4.1 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil e Região Sudeste

Dados dessazonalizados – Média móvel trimestral
2014 = 100

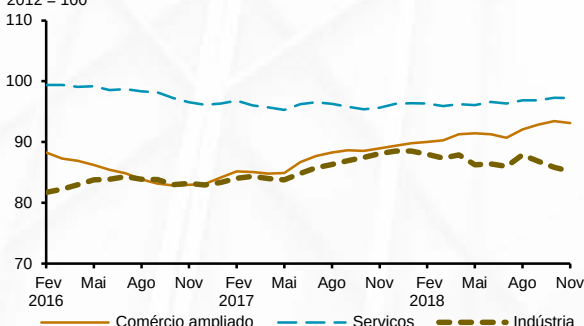


A atividade econômica na região Sudeste registrou acomodação no trimestre finalizado em novembro, após crescimento expressivo no trimestre anterior, refletindo, em grande medida, o fraco desempenho do setor industrial. Nesse contexto, o IBCR-SE decresceu 0,7% em relação ao trimestre encerrado em agosto, quando aumentara 1,4%, no mesmo tipo de comparação, considerados dados dessazonalizados.

Os indicadores de demanda, no trimestre terminado em novembro, apontaram para a continuidade da trajetória de elevação do consumo das famílias em ambiente de maior dinamismo do mercado de trabalho, de aumento da confiança das famílias, de crescimento gradual da massa de rendimentos reais e de condições mais favoráveis do crédito.

Gráfico 4.2 – Comércio, serviços e indústria - Sudeste

Dados dessazonalizados – Média móvel trimestral
2012 = 100

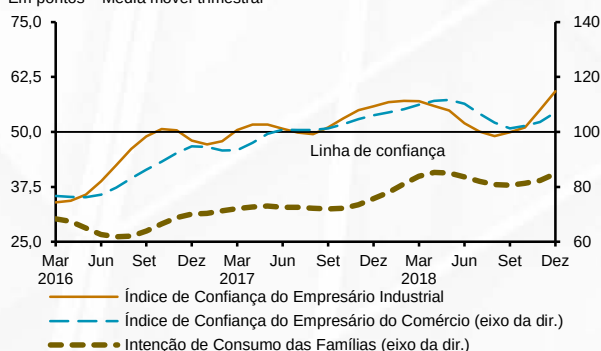


Fonte: IBGE

Em parte beneficiado pelas promoções de *Black Friday*, o comércio registrou desempenho positivo no trimestre. Destaque-se, nesse sentido, as vendas do comércio ampliado, que aumentaram 1,2% em relação ao trimestre encerrado em agosto, quando cresceram 0,7% ante o trimestre anterior, de acordo com dados dessazonalizados da PMC/IBGE. As vendas cresceram em seis dos dez segmentos pesquisados, destacando-se outros artigos de uso pessoal e doméstico (5,1%), tecidos, vestuário e calçados (3,5%) e veículos, peças e motocicletas (1,9%).

Gráfico 4.3 – Confiança dos agentes – Sudeste

Em pontos – Média móvel trimestral

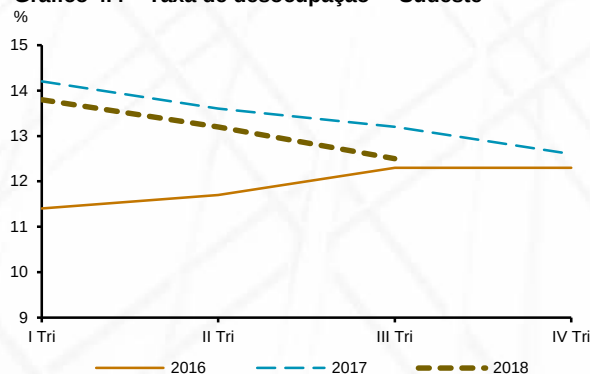


Fontes: CNC e CNI

O setor de serviços cresceu em ritmo moderado, influenciado pela acomodação no segmento de transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio, que haviam apresentado recuperação significativa no trimestre terminado em agosto, em parte devido à base de comparação deprimida causada pela paralisação do setor de transporte de cargas. O indicador de volume de serviços não financeiros aumentou 0,4% no trimestre encerrado em novembro em relação ao trimestre anterior, quando crescera 0,8% no mesmo tipo de comparação, de acordo com dados dessazonalizados da PMS/IBGE, com destaque para a expansão de 2,0% nos serviços prestados às famílias.

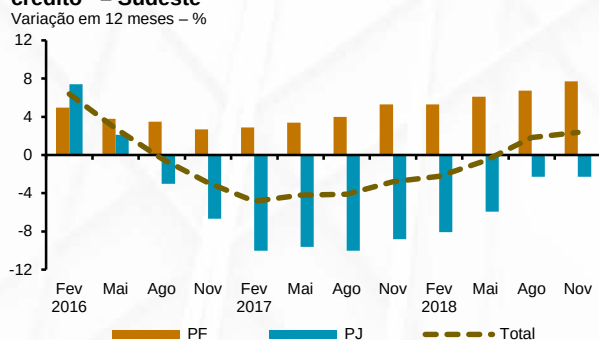
Os indicadores de confiança relacionados ao consumo aumentaram em relação ao trimestre anterior. O ICF subiu de 81,7 em setembro para 89,0 em dezembro, enquanto o Icec, registrou elevação de 101,4 para 111,7 no mesmo período. A alta significativa dos indicadores de confiança no final do quarto trimestre reflete, em grande medida, melhora nos componentes de expectativas.

Gráfico 4.4 – Taxa de desocupação – Sudeste



Fonte: IBGE (PNAD Contínua)

Gráfico 4.5 – Evolução do saldo das operações de crédito^{1/} – Sudeste



1/ Operações com saldo superior a R\$1 mil.

Tabela 4.1 – Dívida líquida e necessidades de financiamento – Sudeste^{1/}

UF	R\$ milhões					
	Dezembro de 2017			Novembro de 2018		
	Dívida	Fluxos 12 meses		Dívida ^{2/}	Fluxos 12 meses	
		Primário	Nominal ^{3/}		Primário	Nominal ^{3/}
ES	1 451	-369	-176	1 466	-250	-0
MG	110 170	-2 142	6 099	121 511	-1 039	7 509
RJ	153 480	3 345	12 921	166 257	-1 413	11 983
SP	316 138	-12 260	8 512	334 343	-6 488	16 108
Total (A)	581 240	-11 426	27 356	623 576	-9 189	35 600
Brasil^{4/} (B)	800 969	-11 707	38 679	867 387	-6 296	53 906
(A/B) (%)	72,6	97,6	70,7	71,9	145,9	66,0

1/ Por UF, totalizando gov. estadual, capital e principais municípios. Dados preliminares.

2/ A dívida líquida no momento t+1 é a dívida no momento t, mais o resultado nominal e o resultado de outros fluxos.

3/ O resultado nominal é a soma dos juros com o resultado primário.

4/ Refere-se à soma de todas as regiões.

O mercado de trabalho manteve trajetória de recuperação gradual no terceiro trimestre de 2018, em linha com o ritmo de retomada da atividade econômica. A taxa de desocupação medida pela PNAD Contínua, do IBGE, recuou de 13,2%, no terceiro trimestre de 2017, para 12,5%, em igual trimestre de 2018 (13,2%, no segundo trimestre de 2018), com elevação de 1,9% da população ocupada e de 1,0% da força de trabalho. Na margem, a taxa dessazonalizada recuou de 13,0% para 12,6% entre o segundo e o terceiro trimestres de 2018, com aumento de 0,7% da população ocupada e de 0,3% da força de trabalho. O rendimento médio real cresceu 0,2%, em movimento de desaceleração em relação ao trimestre anterior, quando havia aumentado 1,2%. O emprego formal na região, apurado pelo Caged, manteve o dinamismo dos dois últimos trimestres, registrando geração líquida de 90 mil postos de trabalho no trimestre encerrado em novembro (ante eliminação de 11,9 mil vagas em igual período do ano anterior), com destaque para os setores de comércio e serviços.

A carteira de crédito para pessoas físicas registrou expansão de 2,5% no trimestre encerrado em novembro e de 7,7% em doze meses acumulados até aquele mês, sustentada em especial pela evolução favorável das modalidades financiamento imobiliário, crédito pessoal e financiamento de veículos, em contexto de melhora das condições financeiras das famílias. O segmento de pessoas jurídicas decresceu 0,6% no trimestre e 2,3% em doze meses, com destaque para os financiamentos com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Como consequência do comportamento das carteiras de crédito de pessoas físicas e jurídicas, o saldo total das operações registrou aumentos de 0,9% no trimestre e de 2,3% em doze meses.

Na área fiscal, a arrecadação tributária da região deu continuidade ao movimento favorável observado em trimestres anteriores, repercutindo a dinâmica de expansão gradual da atividade econômica ao logo de

2018. A arrecadação com o ICMS e as transferências da União cresceram 1,9% e 2,1% (deflacionados pelo IGP-DI), respectivamente, no acumulado do ano até novembro de 2018, em comparação com o mesmo período de 2017. O *superavit* primário consolidado para a região arrefeceu no acumulado de doze meses encerrados em novembro, tendo atingido R\$9,2 bilhões (R\$11,4 bilhões em dezembro de 2017), refletindo especialmente o desempenho do estado de São Paulo, que reduziu o *superavit* de R\$12,3 bilhões para R\$6,5 bilhões, movimento parcialmente compensado pelo desempenho do estado do Rio de Janeiro, que passou de *deficit* de R\$3,3 bilhões para *superavit* de R\$1,4 bilhão.

O *deficit* nominal acumulado em doze meses aumentou de R\$27,4 bilhões, em dezembro de 2017, para R\$35,6 bilhões, em novembro de 2018, com destaque para São Paulo, cujo *deficit* cresceu de R\$8,5 bilhões para R\$16,1 bilhões.

Do lado da oferta, a produção agrícola do Sudeste recuou em 2018. O LSPA do IBGE, de dezembro, mostrou redução de 4,4% na colheita de grãos em relação a 2017, quando o clima favorável proporcionou safra recorde. Por outro lado, a produção de café em 2018 aumentou 32,8%. Para 2019, o prognóstico estima desaceleração do aumento da safra de soja (de 7,6% em 2018 para 0,6% em 2019), e quedas das relativas ao milho 1ª safra (-3,5%) e ao café (-12,4%).

A produção industrial perdeu dinamismo no trimestre encerrado em novembro, recuando 3,1% em relação ao trimestre finalizado em agosto, quando crescera 1,9%, segundo estatísticas dessazonalizadas da PIM-PF do IBGE. No trimestre, houve queda da produção de onze dos vinte e dois setores pesquisados, com destaque para os segmentos de bebidas e alimentos. Ressalte-se que a comparação na margem reflete, em parte, uma base inflada pelo fim dos efeitos da paralisação do setor de transporte rodoviário de cargas. Os indicadores de confiança dos empresários da indústria mostram recuperação consistente, a despeito do comportamento oscilante da atividade fabril. Nesse cenário, o Icel atingiu 59,3 pontos, na média do trimestre finalizado em dezembro (49,9 pontos em setembro). Considerando os dados mensais, houve alta entre setembro e dezembro, quando o índice passou de 50,8 para 63,5, devido à melhor perspectiva em relação ao cenário econômico para o país.

Tabela 4.2 – Produção industrial – Sudeste

Geral e setores selecionados

Setores	Pesos ^{1/}	Variação % no período		
		2018		
		Ago ^{2/}	Nov ^{2/}	12 meses
Indústria geral	100,0	1,9	-3,1	1,3
Indústrias extrativas	13,6	-0,5	-1,4	-2,3
Indústrias de transformação	86,4	2,0	-3,3	1,8
Veículos, reb. e carrocerias	12,8	8,4	-4,9	12,6
Produtos alimentícios	12,7	-2,7	-10,1	-7,2
Deriv. petróleo e biocombustíveis	12,0	3,7	-7,7	2,3
Metalurgia	7,1	-2,3	4,6	6,3
Outros produtos químicos	5,8	3,1	-0,6	3,2

Fonte: IBGE

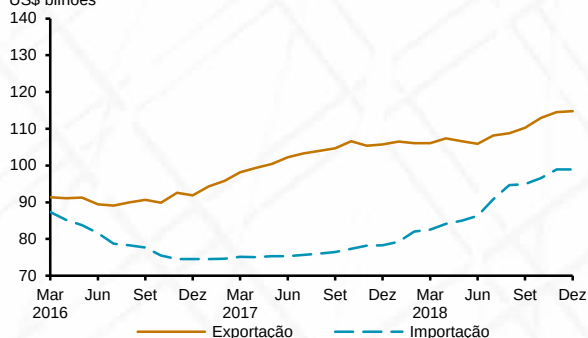
1/ Ponderação de atividades no VT1, conforme a PIA 2010/IBGE.

2/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

Gráfico 4.6 – Balança comercial – Sudeste

Acumulado em 12 meses

US\$ bilhões



Fonte: Ministério da Economia

Tabela 4.3 – IPCA – Sudeste

Discriminação	Pesos ^{1/}	Variação % no período			
		2017	2018		
		Ano	III Tri	IV Tri	12 meses
IPCA	100,0	3,16	1,00	0,28	3,89
Livres	73,0	1,86	0,52	0,85	2,89
Alimentação no domicílio	13,8	-4,34	-0,78	0,78	4,63
Bens industrializados	21,5	1,46	0,52	0,16	0,86
Serviços	37,6	4,56	1,00	1,30	3,44
Monitorados	27,0	7,03	2,33	-1,24	6,74
Principais itens					
Alimentação	22,9	-1,30	0,26	0,80	4,09
Habitação	16,2	6,03	2,66	-0,77	4,60
Artigos de residência	3,7	-0,83	1,34	2,08	3,83
Vestuário	5,2	3,48	-0,49	0,94	0,59
Transportes	18,9	3,05	1,07	-0,15	4,67
Saúde	12,6	7,09	0,95	0,07	4,37
Despesas pessoais	11,6	4,66	1,17	0,92	3,02
Educação	5,2	7,01	0,49	0,38	5,30
Comunicação	3,6	1,36	0,09	-0,10	-0,12

Fonte: IBGE

^{1/} Referentes a dezembro de 2018.

O *superavit* da balança comercial do Sudeste recuou de US\$27,5 bilhões em 2017 para US\$15,8 bilhões em 2018. O desempenho foi condicionado, sobretudo, pela elevação de 26,4% das importações, impactada pelo aumento do *quantum* (19,7%), com ênfase nas compras de bens de capital, notadamente plataformas de petróleo, e de bens intermediários, resultado consistente com a relativa melhora da atividade industrial no país no ano. Excluindo-se as aquisições das plataformas, as importações registraram crescimento de 14,1%. As exportações se elevaram 8,6% no ano, com destaque para as vendas de óleos brutos de petróleo. Se não considerarmos as vendas externas de plataformas de perfuração/exploração de petróleo (US\$903,8 milhões, em 2017, e US\$1,2 bilhão, em 2018), as exportações teriam avançado 8,3%.

A variação trimestral do IPCA no Sudeste desacelerou de 1,00%, no terceiro trimestre de 2018, para 0,28%, no quarto, refletindo, principalmente, a reversão da alta dos preços monitorados, que passaram de 2,33% para -1,24%, no período, com destaque para a queda da tarifa de energia elétrica residencial, e dos preços da gasolina e do óleo diesel. Adicionalmente, o comportamento dos preços de bens industriais contribuiu para menor pressão inflacionária no trimestre.

Na comparação anual, o IPCA da região variou 3,89% em 2018, comparativamente a 3,16% em 2017, resultado decorrente da maior variação dos preços livres, de 1,86% para 2,89%, ressaltando-se o comportamento dos preços de alimentos *in natura*, cuja variação anual elevou-se de -9,27%, em 2017, para 18,72%, em 2018. Em relação aos preços monitorados, houve desaceleração no período analisado, de 7,03% para 6,74%.

A atividade econômica da região Sudeste segue trajetória de recuperação gradual ratificada pelo desempenho de diversos segmentos produtivos, a despeito do comportamento ainda oscilante do setor industrial. A confiança dos agentes econômicos elevou-se, favorecida pela expectativa de um cenário mais benigno para a economia brasileira, reforçando a perspectiva de crescimento para a economia da região nos próximos trimestres.

4.1 Minas Gerais

No terceiro trimestre de 2018 a economia mineira mostrou desempenho positivo, recuperando-se dos efeitos da paralisação do setor de transporte rodoviário de carga em maio. Segundo dados da Fundação João Pinheiro, o PIB do estado cresceu 0,6% no período, na comparação com o segundo trimestre, impulsionado pela expansão da agropecuária, em ano de colheita recorde do café, pelo aumento nas vendas do comércio e pela recuperação do setor de transportes.

Estatísticas mais recentes da atividade econômica sugerem reversão da trajetória no último trimestre. Nesse sentido, o IBCR-MG, relativo ao trimestre encerrado em novembro, registrou contração de 1,9% na margem repercutindo redução na geração de energia elétrica, retração na produção agrícola, após o fim da colheita da produção cafeeira, e queda nas atividades de transporte e indústria. A despeito do recuo na margem, houve crescimento do indicador em relação ao mesmo trimestre de 2017 (1,2%).

Os indicadores de vendas mostram recuperação do comércio no segundo semestre, condizente com a evolução positiva no mercado de trabalho, enquanto a atividade do setor de serviços retraiu, impactada pelo desempenho do setor de transportes.

As vendas do comércio ampliado aumentaram 2,0% no trimestre finalizado em novembro, comparando com o trimestre anterior, conforme dados dessazonalizados da PMC, impulsionadas pelos setores de supermercados, artigos farmacêuticos, e artigos pessoais e domésticos. No setor de serviços houve retração de 1,2%, segundo a série com ajuste sazonal da PMS, determinada pela redução mais expressiva no segmento de transportes.

A confiança do consumidor mineiro aumentou no último trimestre de 2018, impulsionada pela melhora nas expectativas sobre a situação econômica do país, inflação e emprego. O Índice de Confiança do Consumidor de Belo Horizonte, divulgado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, Administrativas e Contábeis de Minas Gerais (Ipead), apresentou recuperação de 2,9 p.p. na comparação com o terceiro trimestre, alcançando a maior média trimestral desde abril de 2015.

O mercado de trabalho segue evoluindo positivamente no estado, com a população ocupada

Gráfico 4.1.1 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil e Minas Gerais

Dados desazonalizados – Média móvel trimestral
2014 = 100

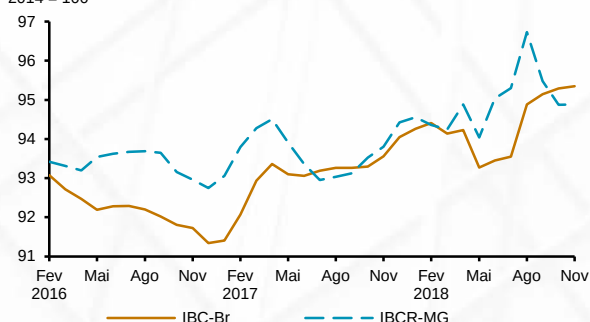
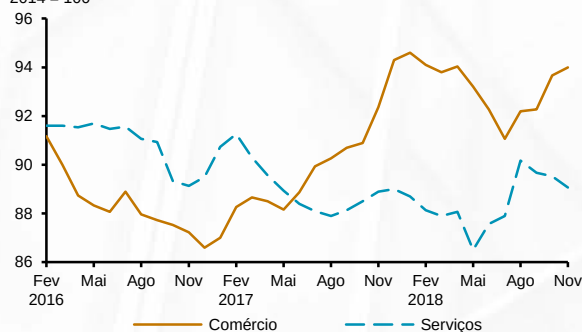
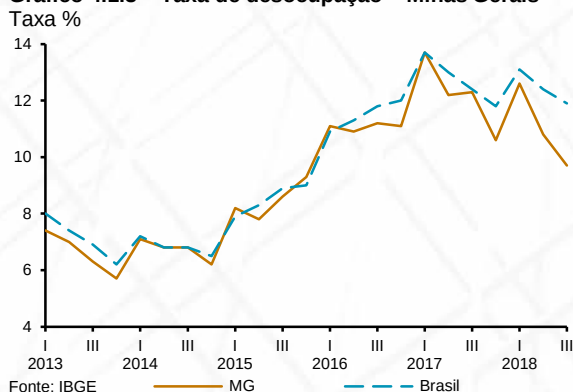


Gráfico 4.1.2 – Comércio e serviços – Minas Gerais

Dados desazonalizados – Média móvel trimestral
2014 = 100



Fonte: IBGE

Gráfico 4.1.3 – Taxa de desocupação – Minas Gerais**Tabela 4.1.1 – Evolução do emprego formal – Minas Gerais**

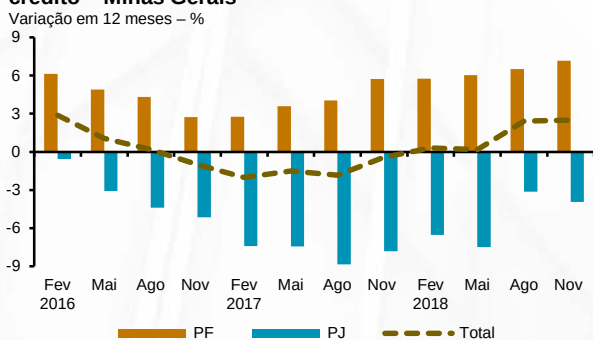
Discriminação	Novos postos de trabalho (em mil)			
	2017		2018	
	Trí ^{2/}	Ano ^{3/}	Trí ^{2/}	Ano ^{3/}
Total	-1,8	51,9	8,4	108,6
Ind. de transformação	1,9	14,7	2,2	17,9
Comércio	13,7	3,3	14,2	5,5
Serviços	6,3	21,8	14,2	53,0
Construção civil	-2,1	1,7	2,2	23,0
Agropecuária	-21,3	7,2	-24,8	6,3
Outros ^{1/}	-0,3	3,1	0,5	3,0

Fonte: Caged

1/ Inclui extrativa mineral, administração pública, SIUP, entre outras.

2/ Trimestre encerrado em novembro.

3/ Acumulado no ano até novembro.

Gráfico 4.1.4 – Evolução do saldo das operações de crédito – Minas Gerais^{1/}

registrando expansão de 4,0% no terceiro trimestre, comparativamente ao mesmo período de 2017, conforme a PNAD Contínua, do IBGE. A quantidade de pessoas ocupadas em Minas Gerais aumentou 389 mil (29,4% do crescimento da população ocupada no país), com destaque para a expansão de trabalhadores no setor privado (131 mil com carteira assinada, na agropecuária, em serviços e nas indústrias de metais e de produtos alimentícios; e 118 mil sem carteira, a maioria na agropecuária e em serviços) e de trabalhadores por conta própria (117 mil, no comércio e em serviços de transporte). A taxa de desocupação no estado recuou 2,6 p.p. relativamente ao terceiro trimestre de 2017, situando-se em 9,7%, abaixo da média nacional (11,9%). A expansão da ocupação e o aumento de 0,3% no rendimento médio real no período elevaram em 4,4% a massa de rendimento real do trabalho.

Os dados do Caged confirmam a melhora do mercado de trabalho formal no estado. No trimestre encerrado em novembro houve a criação de 8,4 mil novos empregos (redução de 1,8 mil no mesmo período de 2017), com destaque para a recuperação do setor de serviços e para as contratações na construção civil. No acumulado do ano, as contratações mais que dobraram em relação às observadas em 2017.

O mercado de crédito no estado segue com dinamismo moderado. A taxa de crescimento interanual do saldo situou-se em 2,5% em novembro, mantendo-se relativamente estável nos últimos três meses, com ligeira melhora no segmento de pessoas físicas contrapondo-se à retração mais acentuada no segmento corporativo. Ainda na comparação interanual, a expansão dos financiamentos às famílias evoluiu de 6,5%, em agosto, para 7,2% em novembro, impulsionada pelas operações de crédito pessoal não consignado, cartão de crédito à vista e financiamentos de veículos. No segmento de pessoas jurídicas, por sua vez, houve contração de 3,9%, ante 3,1% em agosto, em decorrência de amortizações em financiamentos a exportações e operações com recursos do BNDES e de redução nos financiamentos às empresas do setor industrial (setor automobilístico, produção de energia, minerais não-metálicos e construção).

O saldo da balança comercial de Minas alcançou US\$14,9 bilhões em 2018 (-17,3% na comparação com 2017). As exportações mineiras recuaram 5,4%, impactadas principalmente pela queda nos embarques de minério de ferro. Adicionalmente,

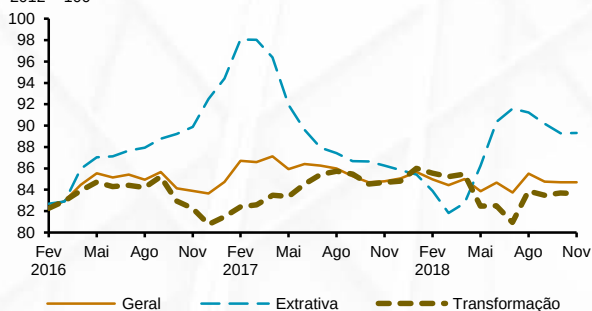
Tabela 4.1.2 – Comércio exterior – Minas Gerais
Janeiro-dezembro

Discriminação	US\$ milhões			
	Minas Gerais		Brasil	
	2017	2018	Var. %	Var. %
Exportações	25 346	23 966	-5,4	10,0
Básicos	14 477	13 594	-6,1	17,7
Industrializados	10 868	10 372	-4,6	3,4
Importações	7 342	9 073	23,6	20,2
Bens de capital	1 166	1 394	19,6	77,1
Bens Intermediários	4 659	5 442	16,8	12,1
Bens de consumo	811	1 460	80,0	9,5
Combustíveis e lubrificantes	705	776	10,1	25,4
Saldo comercial	18 004	14 894	-17,3	-12,8

Fonte: Ministério da Economia

Gráfico 4.1.5 – Produção industrial – Minas Gerais

Dados desazonalizados – Média móvel trimestral
2012 = 100



Fonte: IBGE

houve contração nas exportações de açúcar e café, e aumento nas vendas de soja, ferro-ligas e celulose. As importações cresceram 23,6%, influenciadas essencialmente pelas aquisições de bens de consumo (principalmente automóveis) e produtos intermediários (minério de zinco e partes e peças de automóveis, entre outros).

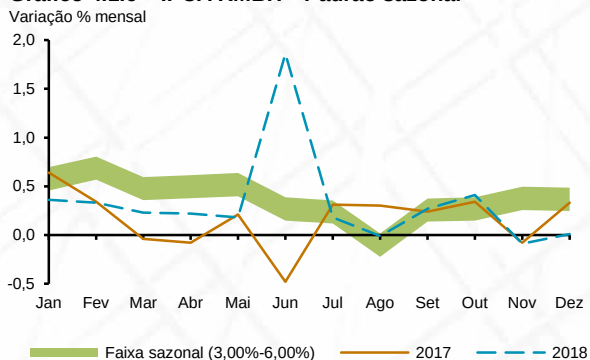
A situação fiscal do setor público mineiro segue em deterioração. A dívida pública líquida do estado cresceu 10,3% entre dezembro de 2017 e novembro de 2018, atingindo R\$121,5 bilhões enquanto o *superavit* primário acumulado em doze meses diminuiu pela metade, recuando para R\$1,0 bilhão. Em relação à arrecadação, observa-se que as receitas de ICMS acumuladas em doze meses cresceram 3,0% em novembro, em termos reais, impulsionadas pelo aumento nas alíquotas de gasolina e etanol, enquanto as transferências da união encolheram 3,3%.

Em relação aos indicadores de oferta, verifica-se acomodação da produção industrial nos últimos meses em patamar ligeiramente inferior ao de 2017. De acordo com dados dessazonalizados da PIM-PF, divulgados pelo IBGE, a indústria de transformação apresentou contração de 0,3% no trimestre encerrado em novembro, repercutindo queda na produção dos segmentos de produtos alimentícios, veículos, e produtos de metal, enquanto a indústria extrativa recuou 2,1%. Apesar do desempenho negativo, a confiança da indústria mostrou melhora significativa no quarto trimestre, impulsionada pela evolução das expectativas. O Icei/MG, divulgado pela Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg), passou de 49,6 pontos, em setembro, para 63,7 pontos em dezembro, atingindo o melhor resultado desde outubro de 2012.

A produção agrícola mineira foi marcada pela safra recorde de café, em ano de elevada produtividade, com colheita de 1,9 milhão de toneladas, volume 26,5% superior ao produzido em 2017. A safra de grãos apresentou retração de 3,2%, em decorrência de quedas nas lavouras de milho e de feijão, enquanto a de soja, cultura que tem ganhado importância na produção agrícola do estado, registrou crescimento segundo o LSPA/IBGE. Para 2019, as projeções iniciais indicam expansão de 0,7% na produção de grãos, com aumentos nas primeiras safras de milho e feijão, e estabilidade na de soja. A previsão de colheita de café é de redução de 13,1%.

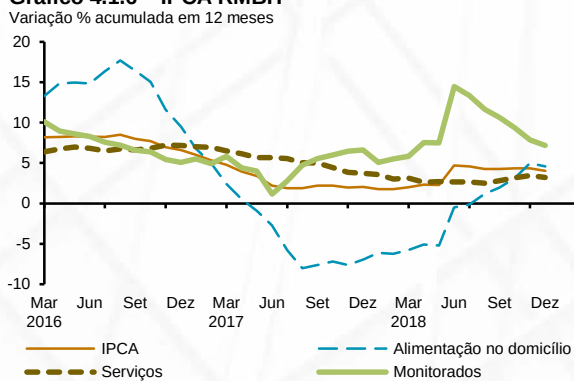
A inflação na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) no último trimestre de 2018 diminuiu em

Gráfico 4.1.6 – IPCA RMBH – Padrão sazonal



Fontes: IBGE e BCB

Gráfico 4.1.6 – IPCA RMBH



Fontes: IBGE e BCB

relação à registrada no terceiro, passando de 0,44% para 0,33%, impactada pela retração nos preços monitorados, que recuaram 1,20%, ante aumento de 0,99% no trimestre anterior (gasolina, -5,52%, e energia elétrica residencial, cuja bandeira tarifária passou de vermelha 2 para verde, -2,31%). Em sentido oposto, os preços de alimentação no domicílio aumentaram 1,81% (-1,79% no terceiro trimestre), com acréscimo de 65,00% em tubérculos, raízes e legumes, patamar superior ao aumento sazonal desses produtos observado tradicionalmente. O índice de difusão atingiu 55,5%, frente a 50,1% no trimestre até setembro e 46,4% no mesmo trimestre de 2017.

Em 2018 o IPCA da RMBH variou 4,01%, ligeiramente acima dos 3,75% do índice nacional. A inflação anual atingiu patamar superior ao registrado em 2017 (2,04%), evidenciando o processo de normalização do comportamento dos preços do grupo alimentação no domicílio, que variou 4,58% em 2018, ante queda de 6,93% em 2017. Os preços de bens industriais e de monitorados aceleraram (1,58% ante 0,90% e 7,20% ante 6,61%, respectivamente) enquanto os preços de serviços registraram inflação mais moderada (3,22% ante 3,72%).

4.2 Rio de Janeiro

Gráfico 4.2.1 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil e Rio de Janeiro

Dados dessazonalizados – Média móvel trimestral

2014 = 100

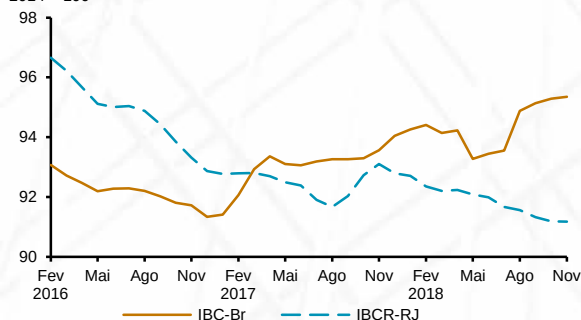
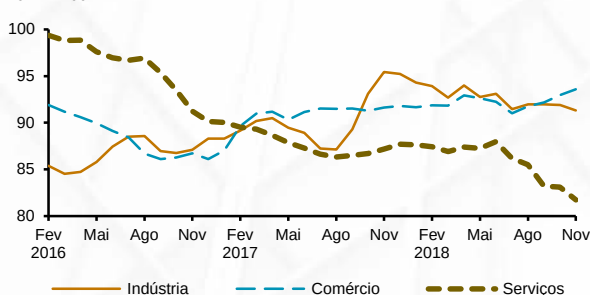


Gráfico 4.2.2 – Comércio, serviços e indústria – Rio de Janeiro

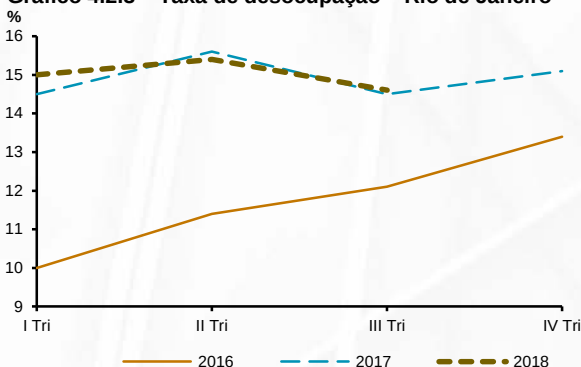
Dados dessazonalizados – Média móvel trimestral

2012 = 100



Fonte: IBGE

Gráfico 4.2.3 – Taxa de desocupação – Rio de Janeiro



Fonte: IBGE (PNAD Contínua)

A atividade econômica fluminense permaneceu em retração no trimestre encerrado em novembro. Apesar do desempenho positivo do comércio varejista, os setores da indústria e de serviços continuaram a registrar resultados negativos. Nesse contexto, o IBCR-RJ diminuiu 0,4% no trimestre finalizado em novembro, em relação ao trimestre terminado em agosto, quando recuara 0,6%, de acordo com dados dessazonalizados.

Pelo lado da demanda, o comércio varejista ampliado cresceu 2,0% no trimestre terminado em novembro (-0,9% no trimestre encerrado em agosto), de acordo com dados dessazonalizados da PMC/IBGE, impulsionado pelas promoções da *Black Friday* e pelo avanço do crédito a pessoas físicas. Houve aumento de vendas em oito dos dez segmentos pesquisados, com destaque para as expansões de veículos e motos, partes e peças, 6,4%, artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos e de perfumaria, 2,9%, e material de construção, 1,4%.

O setor de serviços registrou novo recuo no trimestre finalizado em novembro. Segundo dados dessazonalizados da PMS/IBGE, o volume de serviços não financeiros no estado contraiu 4,4% no trimestre encerrado em novembro, ante -2,0% naquele terminado em agosto, refletindo, em grande parte, as retrações nos serviços de informação e comunicação, 10,7%, e nos outros serviços, 8,3%.

A fragilidade do mercado de trabalho segue sendo um dos principais entraves para a recuperação da atividade econômica no estado na medida que a taxa de desocupação permanece indicando alto nível de ociosidade. De acordo com a PNAD Contínua do IBGE, a taxa de desemprego no estado (14,6%) se manteve praticamente estável no terceiro trimestre de 2018 em relação à taxa observada no mesmo período de 2017 (14,5%). Considerando-se dados dessazonalizados, a taxa de desemprego aumentou 0,2 p.p. no terceiro trimestre em comparação com o trimestre anterior, resultado de alta na força de trabalho (0,9%) superior ao crescimento da população ocupada (0,7%). O rendimento médio habitual real e a massa salarial real variaram, na ordem, 6,3% e 6,4% no terceiro trimestre de 2018, em relação ao mesmo período do ano anterior, segundo a PNAD Contínua.

Dados de emprego formal nos meses de outubro e novembro, disponibilizados pelo Caged, apontam,

Tabela 4.2.1 – Evolução do emprego formal – Rio de Janeiro
Novos postos

Discriminação	Acumulado no trimestre (em mil) ^{1/}				
	2017	2018			
	Nov	Fev	Mai	Ago	Nov
Total	-5,6	-28,2	4,4	-0,6	20,8
Indústria de transformação	-2,0	-3,7	-0,6	-1,5	-1,1
Comércio	12,8	-11,1	0,5	-4,9	15,6
Serviços	-8,7	-8,4	6,0	4,1	6,7
Construção civil	-3,1	-6,1	-1,4	-1,3	2,0
Agropecuária	-3,1	-0,1	0,1	3,1	-3,3
Serviços ind. utilidade pública	-0,7	0,2	0,1	0,3	0,5
Outros ^{2/}	-0,8	1,0	-0,2	-0,4	0,3

Fonte: Caged

1/ Refere-se ao trimestre encerrado no mês assinalado.

2/ Inclui extrativa mineral, administração pública e outros.

na margem, recuperação modesta do mercado de trabalho formal no estado. No trimestre encerrado em novembro, houve geração de 20,8 mil postos formais (-5,6 mil em igual período de 2017), concentrados no comércio. Considerando-se os últimos doze meses, entretanto, foram eliminados 3,5 mil empregos formais.

O mercado de crédito no estado apresentou retração na margem, impactado pelo desempenho negativo das operações com pessoas jurídicas. O saldo das operações de crédito superiores a R\$1 mil decresceu 0,6% no trimestre finalizado em novembro, após expansão de 0,9% no trimestre encerrado em agosto. A carteira de pessoas jurídicas recuou 2,4% no trimestre, após aumento de 0,3% no trimestre anterior, repercutindo, em especial, as contrações nos financiamentos concedidos às indústrias de refino de petróleo, coque e álcool, às empresas de transporte aquaviário e à administração pública. Em sentido contrário, o segmento de operações com pessoas físicas registrou crescimento de 2,9% no trimestre (+2,1% em agosto), com destaque para as modalidades cartão de crédito à vista, crédito consignado e crédito pessoal não consignado.

Tabela 4.2.2 – Produção industrial – Rio de Janeiro
Geral e setores selecionados

Setores	Pesos ^{1/}	Variação % no período		
		2018		
		Ago ^{2/}	Nov ^{2/}	Ac. 12 meses
Indústria geral	100,0	-0,9	-0,7	2,4
Indústrias extrativas	28,1	-5,5	0,3	-2,1
Indústrias de transformação	71,9	2,3	-1,8	4,7
Deriv. petróleo e biocomb.	25,9	7,8	0,1	7,4
Metalurgia	10,4	-14,2	3,7	0,5
Veículos, reb. e carrocerias	5,8	20,3	-12,9	23,7
Bebidas	3,9	-1,9	-16,3	-10,7

Fonte: IBGE

1/ Ponderação de atividades no VT1, conforme a PIA 2010/IBGE.

2/ Variação relativa aos trimestres encerrados em t e t-3. Dados dessazonalizados.

Do lado da oferta, a atividade industrial fluminense contraiu 0,7% no trimestre terminado em novembro (-0,9% no trimestre encerrado em agosto), quarto recuo trimestral consecutivo. O desempenho na margem refletiu a retração da indústria de transformação, 1,8%, impactada, principalmente, pelos segmentos de produtos farmoquímicos e farmacêuticos e de veículos automotores, e avanço na extrativa, 0,3%.

A despeito do desempenho negativo da indústria de transformação no último trimestre, dados da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan) mostram aumento do Nuci, que cresceu 0,3 p.p. no período, atingindo 76,1%, ainda abaixo de sua média histórica (79,8%). Adicionalmente, houve elevação significativa da confiança dos empresários fluminenses. Após ter recuado nos dois trimestres anteriores, o Icei atingiu 53,9 pontos na média do trimestre finalizado em novembro, retornando ao mesmo patamar de 2013, e acima do nível de 49,0 pontos, patamar alcançado no trimestre terminado em agosto. O resultado do indicador refletiu, principalmente, a evolução no componente de expectativas, relativas tanto à economia nacional quanto à estadual.

Tabela 4.2.3 – IPCA – Rio de Janeiro

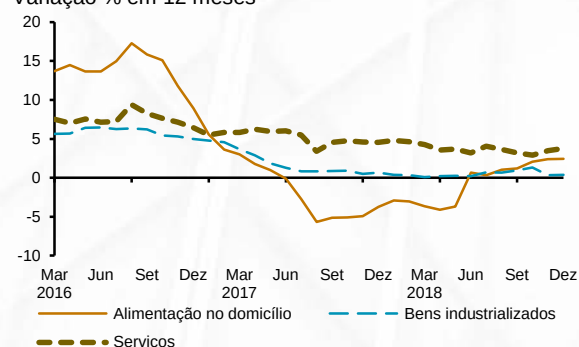
Discriminação	Pesos ^{1/}	Variação %			
		2017	2018		
		Ano	III Tri	IV Tri	Ano
IPCA	100,0	3,03	0,59	0,59	4,29
Livres	69,6	1,92	-0,03	1,22	2,70
Alimentação no domicílio	13,2	-3,72	-3,11	1,56	2,45
Bens industrializados	16,8	0,67	0,48	-0,19	0,40
Serviços	39,6	4,54	0,82	1,71	3,78
Monitorados	30,4	5,86	2,03	-0,83	8,21

Fonte: IBGE

1/ Referentes a dezembro de 2017.

Gráfico 4.2.4 – Evolução dos preços livres – Rio de Janeiro

Variação % em 12 meses



A balança comercial do estado apresentou *superavit* de US\$5,7 bilhões em 2018 (US\$10,6 bilhões em 2017), de acordo com o Ministério da Economia. A redução do *superavit* refletiu o incremento mais acentuado das importações, 116,7%, ante alta de 37,1% nas exportações, com destaque para as aquisições de bens de capital (responsáveis por 78% do aumento das compras), em especial as importações fictas de plataformas de extração de petróleo.

No âmbito fiscal, os governos do estado, da capital e dos principais municípios do Rio de Janeiro totalizaram *superavit* primário de R\$1,4 bilhões nos últimos doze meses encerrados em novembro (*deficit* de R\$3,3 bilhões em 2017), favorecido pelos aumentos reais de 5,4% e 7,9% nas transferências da União e na arrecadação de ICMS do estado, respectivamente. Os juros nominais somaram R\$13,4 bilhões, ante R\$9,6 bilhões no ano de 2017, implicando em *deficit* nominal de R\$12,0 bilhões. A dívida líquida alcançou R\$166,3 bilhões em novembro, aumentando 8,3% em relação a dezembro de 2017.

O IPCA da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ), divulgado pelo IBGE, aumentou 0,59% no quarto trimestre de 2018, variação idêntica à registrada no terceiro trimestre, repercutindo a aceleração dos preços livres, de -0,03% para 1,22%, parcialmente compensada pela variação negativa dos preços monitorados, -0,83%, ante alta de 2,03% no trimestre anterior. A evolução dos preços livres esteve associada às acelerações dos preços de alimentação no domicílio, de -3,11% para 1,56%, em especial dos itens tubérculos, raízes e legumes e carnes, e dos preços de serviços, de 0,82% para 1,71%, com destaque para passagem aérea e condomínio. O comportamento dos preços monitorados refletiu, em grande parte, a desaceleração na tarifa de energia elétrica residencial e o arrefecimento do preço da gasolina. O índice de difusão médio alcançou 53,1% no período, ante 49,7% no trimestre anterior.

Em 2018, o IPCA da RMRJ variou 4,29%, ante 3,03% em 2017, repercutindo, especialmente, os efeitos das acelerações dos preços de alimentação no domicílio, de -3,72% para 2,45%, e dos preços monitorados, de 5,86% para 8,21%.

4.3 São Paulo

Gráfico 4.3.1 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil e São Paulo



Gráfico 4.3.2 – Comércio, serviços e indústria – São Paulo

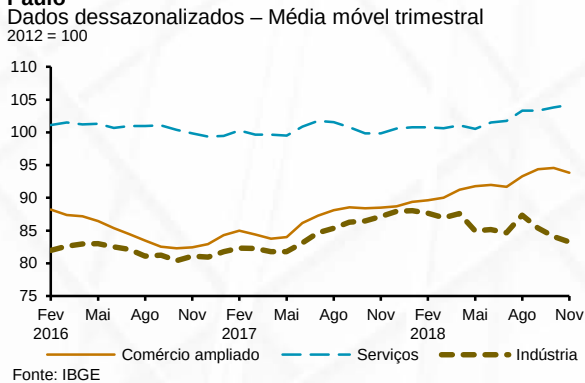
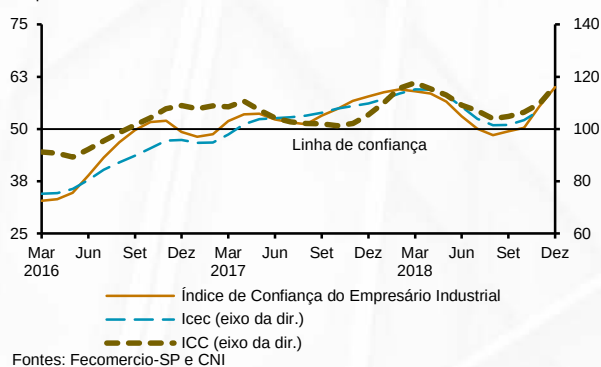


Gráfico 4.3.3 – Confiança dos agentes – São Paulo

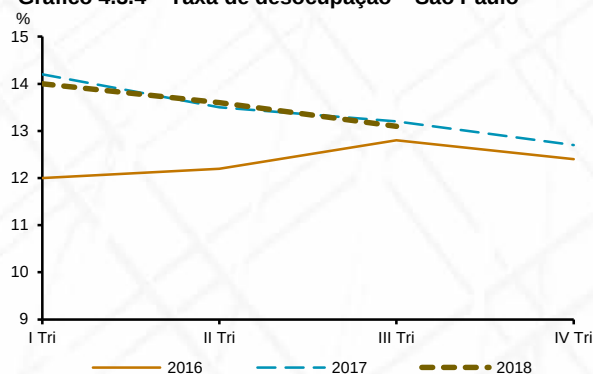


A economia paulista cresceu 0,7% no terceiro trimestre, relativamente ao segundo, quando aumentara 0,1% na mesma base de comparação, segundo dados dessazonalizados da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade). A produção do setor agropecuário registrou elevação de 2,0%, enquanto a indústria e serviços cresceram 0,2% e 1,0%, respectivamente. Nos quatro trimestres finalizados em setembro de 2018, o PIB do estado expandiu 2,4%, ante queda de 0,2% no mesmo período do ano anterior.

Dados mais recentes indicam arrefecimento da atividade econômica, com o IBCR-SP recuando 0,9% no trimestre finalizado em novembro (alta de 1,7% no encerrado em agosto), segundo dados ajustados sazonalmente. A queda no trimestre, acentuada pela base de comparação mais alta no trimestre anterior, foi influenciada pela perda de dinamismo do comércio e dos serviços e, sobretudo, pela retração da indústria. Em contrapartida, a evolução do mercado de trabalho, as condições favoráveis para crescimento do crédito, o cenário inflacionário benigno e a elevação recente dos índices de confiança concorrem para consolidação da recuperação da atividade nos próximos trimestres.

Os indicadores de confiança relacionados ao consumo cresceram de forma acentuada ao longo do quarto trimestre de 2018, refletindo expectativas favoráveis com relação ao desempenho da economia. O Índice de Confiança do Consumidor (ICC), o Icec e o ICF atingiram, respectivamente, 127,8, 112,7 e 94,8 pontos em dezembro, comparativamente a 106,8, 101,8 e 87,5 pontos em setembro. Esses resultados sugerem consolidação e continuidade do processo de recuperação da atividade econômica.

A despeito do significativo aumento da confiança dos agentes econômicos, o ritmo de recuperação do comércio e dos serviços avançou de forma gradual. As vendas do comércio ampliado cresceram 0,6% no trimestre encerrado em novembro frente ao trimestre terminado em agosto, quando avançaram 1,6% no mesmo tipo de comparação, segundo dados dessazonalizados da PMC/IBGE. Excluindo os segmentos de veículos, motos, partes e peças e de material de construção, as vendas do comércio varejista subiram 0,7% nesse trimestre frente a alta de 1,2% naquele encerrado em agosto.

Gráfico 4.3.4 – Taxa de desocupação – São Paulo

Fonte: IBGE (PNAD Contínua)

Tabela 4.3.1 – Evolução do emprego formal – São Paulo

Novos postos de trabalho

Discriminação	Acumulado no trimestre (em mil) ^{1/}				
	2017		2018		
	Nov	Fev	Mai	Ago	Nov
Total	-6,5	-66,1	84,0	45,1	53,3
Indústria de transformação	-8,6	-6,2	20,1	-9,7	-6,3
Comércio	25,9	-23,2	-2,2	5,5	37,2
Serviços	3,4	-3,4	58,3	22,7	39,6
Construção civil	-10,8	-4,8	2,9	1,3	-2,7
Agropecuária	-14,3	-22,9	1,9	25,8	-13,9
Serv. industr. de utilidade pública	-0,6	0,1	1,0	0,9	-0,1
Outros ^{2/}	-1,4	-5,6	2,1	-1,3	-0,5

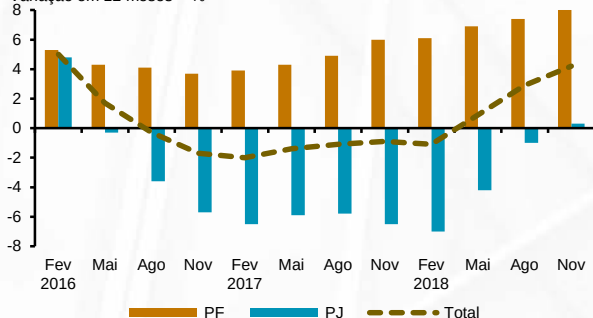
Fonte: Caged

1/ Refere-se ao trimestre encerrado no mês assinalado.

2/ Inclui extrativa mineral, administração pública e outros.

Gráfico 4.3.5 – Evolução do saldo das operações de crédito^{1/} – São Paulo

Variação em 12 meses – %



1/ Operações com saldo superior a R\$1 mil.

O desempenho do setor de serviços não financeiros, de forma similar ao comércio, apresentou crescimento mais moderado, avançando 0,9% no trimestre encerrado em novembro em relação ao trimestre terminado em agosto, quando crescera 2,8% no mesmo tipo de comparação, de acordo com dados dessazonalizados da PMS/IBGE.

A recuperação do mercado de trabalho prossegue de forma gradativa, com relativa estabilidade da taxa de desocupação, a despeito de aceleração na criação de vagas formais no trimestre. Segundo dados do Caged, no trimestre encerrado em novembro, foram criados 53,3 mil empregos formais, com destaque para serviços e comércio, em comparação à eliminação de 6,5 mil postos no mesmo período do ano anterior. A taxa de desocupação, medida pela PNAD Contínua, do IBGE, manteve-se praticamente estável entre o terceiro trimestre de 2017 (13,2%) e o mesmo período de 2018 (13,1%), repercutindo aumentos de 1,4% da população ocupada e de 1,2% da força de trabalho. Na margem, a taxa de desocupação dessazonalizada recuou para 13,2% (13,5% no segundo trimestre de 2018), refletindo aumento de 1,0% na população ocupada e de 0,7% da força de trabalho. O rendimento médio real recuou 1,2% no terceiro trimestre de 2018, quando comparado ao do mesmo período do ano anterior.

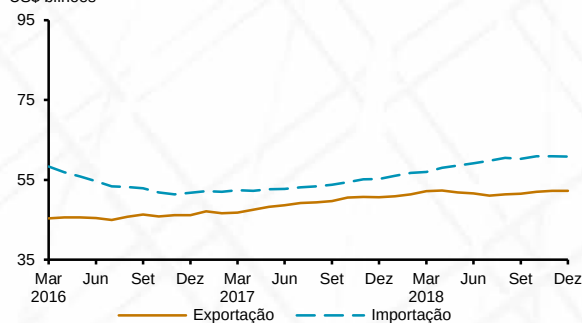
A carteira de crédito para pessoas físicas subiu 2,7% no trimestre encerrado em novembro, destacando-se as modalidades financiamento imobiliário, crédito pessoal e financiamento de veículos, e 8,3% no acumulado em doze meses. O saldo no segmento de pessoas jurídicas manteve-se estável no trimestre, em decorrência do desempenho positivo dos descontos de títulos que contrastou com a redução dos financiamentos com recursos do BNDES. Em doze meses, o segmento registra aumento de 0,3%. Como resultado, o saldo total das operações acima de R\$1 mil expandiu 1,3% na avaliação trimestral e 4,2% em doze meses.

No âmbito fiscal, a arrecadação tributária segue tendência favorável, repercutindo a evolução recente da atividade econômica. Em São Paulo, de acordo com a Secretaria da Fazenda de São Paulo, a arrecadação do ICMS e as transferências da União cresceram, respectivamente, 0,2% e 1,3% (deflacionados pelo IGP-DI) no acumulado do ano até novembro de 2018 em comparação com o mesmo período de 2017.

Gráfico 4.3.6 – Balança comercial – São Paulo

Acumulado em 12 meses

US\$ bilhões



Fonte: Ministério da Economia

A produção industrial do estado, segundo dados dessazonalizados da PIM-PF/IBGE, recuou 4,7% no trimestre encerrado em novembro, em comparação à alta de 2,8% do trimestre encerrado em agosto, com oito dos dezoito setores registrando recuo, destacando-se, nesse sentido, os segmentos de produtos derivados do petróleo (atribuído, principalmente, a interrupção da produção na Refinaria de Paulínia – Replan), bebidas, alimentos e máquinas e equipamentos.

O total de horas trabalhadas na produção subiu 2,3% no trimestre encerrado em novembro em comparação à elevação de 0,5% no finalizado em agosto, segundo dados da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp). Esse resultado foi consistente com o aumento da confiança do empresário industrial, cujo índice (Icei) cresceu de 50,5 em setembro para 64,3 em dezembro, influenciado expressivamente pelas expectativas, particularmente em relação à economia brasileira, segundo a CNI. O nível de ociosidade continua elevado, com o Nuci alcançando 75,7 no trimestre encerrado em outubro, ligeiramente acima dos 75,6 observados em agosto.

O *deficit* da balança comercial do estado aumentou de US\$4,6 bilhões em 2017 para US\$8,6 bilhões em 2018. O comportamento refletiu o crescimento de 10,1% das importações, resultante de variações de 4,0% nos preços e 5,8% no *quantum*, com destaque para as aquisições de bens intermediários. As exportações, sensibilizadas pelo aumento de 2,1% no *quantum*, cresceram 3,2%, estimuladas principalmente pela expansão das vendas de óleos brutos de petróleo.

Na margem, o IPCA da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) variou 0,14% no quarto trimestre de 2018 (1,37% no terceiro). O resultado refletiu, em grande parte, a reversão da variação dos preços monitorados, de 2,85% para -1,38%, destacando-se as reduções nos preços de energia elétrica residencial (6,57%), gasolina (5,59%) e óleo diesel (1,98%). No segmento de preços livres, destacou-se a desaceleração dos preços de alimentação no domicílio, de 0,56% para 0,07%, no período considerado.

O IPCA da RMSP variou 3,68% em 2018 (3,63% em 2017). A evolução refletiu, principalmente, a variação nos preços do grupo alimentação e bebidas, com elevação de 4,42% em 2018, frente à variação de -0,49% em 2017, compensada, parcialmente, pela

Tabela 4.3.2 – IPCA – São Paulo

Discriminação	Pesos ^{1/}	2017	2018		
		Ano	III Tri	IV Tri	12 meses
IPCA	100,0	3,63	1,37	0,14	3,68
Livres	73,9	2,33	0,84	0,69	2,90
Alimentação no domicílio	13,8	-3,53	0,56	0,07	5,44
Bens industrializados	22,4	1,92	0,56	0,12	0,74
Serviços	37,7	4,84	1,12	1,24	3,31
Monitorados	26,1	7,70	2,85	-1,38	5,94
Principais itens					
Alimentação	23,4	-0,49	1,25	0,43	4,42
Habitação	15,5	6,46	4,03	-0,90	4,56
Artigos de residência	3,5	-0,61	1,24	2,39	3,31
Vestuário	5,2	4,31	-0,61	0,92	0,41
Transportes	19,6	3,20	0,62	-0,21	3,30
Saúde	12,8	7,67	0,92	-0,15	4,19
Despesas pessoais	11,5	5,69	1,44	0,87	3,19
Educação	5,2	6,66	0,82	0,28	5,35
Comunicação	3,4	0,71	-0,02	-0,14	-0,35

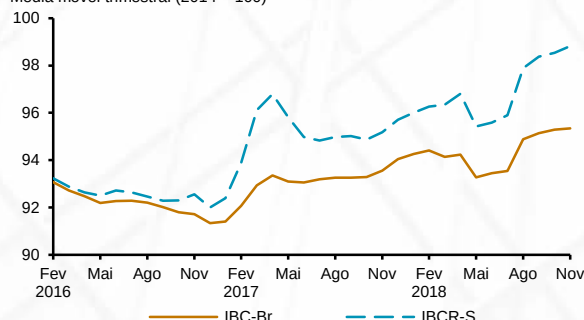
Fonte: IBGE

1/ Referente a dezembro de 2018.

desaceleração da variação nos preços dos grupos habitação, saúde, despesas pessoais, vestuário e educação.

Gráfico 5.1 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil e Região Sul

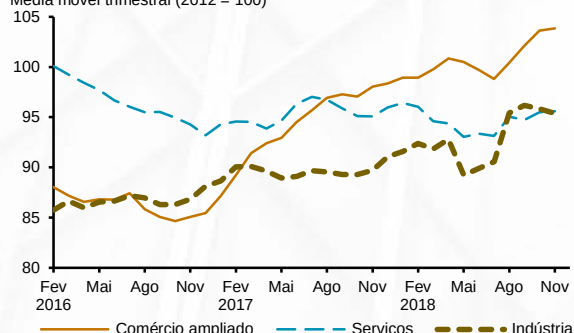
Dados dessazonalizados
Média móvel trimestral (2014 = 100)



A atividade econômica na região cresceu 1,0% no trimestre encerrado em novembro, em relação ao finalizado em agosto (2,6%), segundo o IBCR-S, repercutindo, em especial, os resultados do setor terciário, principalmente do comércio. A evolução da carteira de crédito – em contexto de juros mais baixos e preços estáveis – continuou favorecendo a retomada da atividade no Sul. Em doze meses, a variação do IBCR-S passou de 1,8% em agosto para 2,1% em novembro, em relação a iguais períodos anteriores.

Gráfico 5.2 – Comércio, serviços e indústria – Sul

Dados dessazonalizados
Média móvel trimestral (2012 = 100)

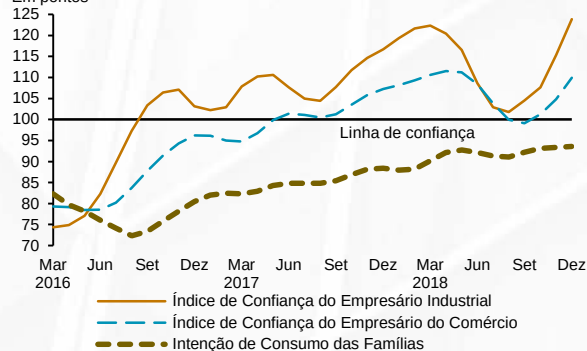


Fonte: IBGE

No âmbito dos indicadores de demanda, o comércio assinalou crescimento de 3,4% no trimestre até novembro, na comparação com o encerrado em agosto, com crescimento em nove das dez atividades pesquisadas, segundo dados dessazonalizados da PMC do IBGE. Destacou-se o último mês do intervalo, em decorrência da *Black Friday* – temporada de vendas com descontos, que acontece no final de novembro, impactando, sobretudo, os segmentos de informática e comunicação, artigos de uso pessoal e doméstico, e móveis e eletrodomésticos. No acumulado do ano até novembro, o crescimento do comércio vem sendo capitaneado pelas vendas de automóveis, com incremento de 12,2%. Indicador coincidente dessas vendas, o número de licenciamento de automóveis e comerciais leves da Fenabreve sugere aquecimento da atividade, com expansão de 14,4% em 2018, em relação a 2017.

Gráfico 5.3 – Confiança dos agentes – Sul

Em pontos



Fontes: CNI e CNC

Os empresários do comércio mostraram-se mais confiantes ao final de 2018 – o Icec da CNC atingiu 109,9 pontos¹⁴ no quarto trimestre, ante 99,1 pontos no terceiro. A redução do nível de incertezas resultou em avanço nos nove componentes considerados na pesquisa, sobretudo em relação às expectativas de contratação de funcionários e quanto à evolução do setor e da economia brasileira. Diferentemente, a confiança das famílias vem evoluindo lentamente – o ICF da CNC passou de 92,2 pontos no terceiro trimestre para 93,6 pontos no quarto, permanecendo em área que denota pessimismo dos consumidores.

14/ 100 pontos indicam neutralidade.

Dentre os subíndices, as famílias mantiveram pessimismo com relação às perspectivas profissionais, porém manifestaram-se positivamente quanto às expectativas de consumo.

O volume de serviços não financeiros variou 0,6% no trimestre encerrado em novembro, após avanço expressivo no trimestre até agosto, de acordo com dados dessazonalizados da PMS do IBGE. Com exceção da atividade de transportes, que assinalou relativa estabilidade no período (-0,1%), houve avanços em todos os segmentos. Em doze meses até novembro, a prestação de serviços recuou 0,3%, relativamente a igual período anterior.

O mercado de trabalho formal registrou a criação de 68,8 mil postos no trimestre encerrado em novembro (47,2 mil no mesmo período de 2017), de acordo com o Caged, movimento liderado pelo setor terciário e favorecido pelo componente sazonal. No comércio, as contratações com vistas às vendas de final de ano animaram o varejo, enquanto, nos serviços, a proximidade da época de férias de verão impulsionou as contratações na atividade de alojamento e alimentação. Adicionalmente, os serviços de administração de imóveis, serviços técnicos e profissionais mantiveram-se em destaque, a exemplo do registrado no Boletim anterior. A indústria de transformação registrou demissões líquidas no trimestre, sobretudo nos segmentos produtores de têxtil, vestuário e calçados. Considerando dados isentos de influências sazonais, o nível de emprego aumentou 0,4% no trimestre até novembro, em relação ao encerrado em agosto, consistindo no sexto trimestre consecutivo de alta para essa base de comparação, após ter apresentado dez recuos em sequência.

A taxa de desocupação no Sul atingiu 7,9% no terceiro trimestre, de acordo com dados da PNAD Contínua do IBGE, mantendo-se estável relativamente a igual período do ano anterior, porém assinalando redução da ocupação e da força de trabalho, nessa base de comparação. Considerados dados com ajuste sazonal, a taxa de desocupação também apresentou estabilidade, mas houve aumento de 0,3% na ocupação na passagem do segundo para o terceiro trimestre.

O mercado de crédito manteve trajetória de crescimento nas operações para pessoas físicas e jurídicas, que somaram R\$599,9 bilhões em novembro, com acréscimos de 2,7% no trimestre e 7,6% em

Tabela 5.1 – Evolução do emprego formal – Sul
Novos postos de trabalho

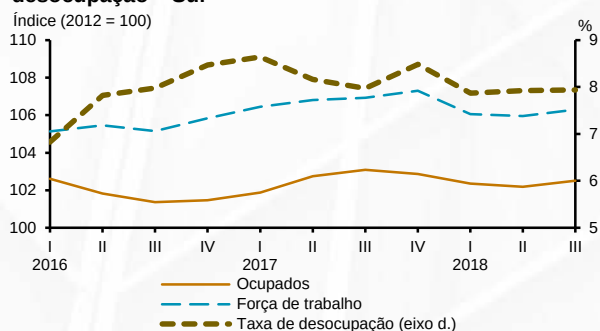
Discriminação	Acumulado no trimestre (em mil) ^{1/}				
	2017	2018			
	Nov	Fev	Mai	Ago	Nov
Total	47,2	11,1	21,0	-7,3	68,8
Indústria de transformação	5,9	5,4	13,0	-13,3	-0,8
Comércio	29,3	-6,9	-2,5	-4,6	33,4
Serviços	10,8	10,1	22,4	13,8	27,8
Construção civil	-4,6	-3,3	4,6	-0,2	0,0
Agropecuária	6,5	8,2	-17,7	-2,9	7,6
Serviços ind. de utilidade pública	-0,7	-0,4	0,0	0,1	0,8
Outros ^{2/}	-0,1	-2,0	1,2	-0,3	0,0

Fonte: Caged

1/ Refere-se ao trimestre encerrado no mês assinalado.

2/ Inclui extrativa mineral, administração pública e outros.

Gráfico 5.4 – Ocupados, força de trabalho e taxa de desocupação – Sul ^{1/}

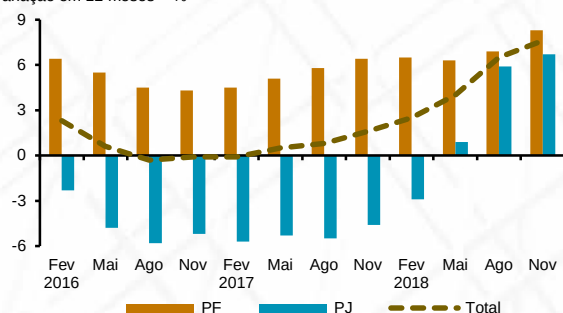


Fonte: IBGE (PNAD Contínua)

1/ Dados dessazonalizados.

Gráfico 5.5 – Evolução do saldo das operações de crédito – Sul^{1/}

Variação em 12 meses – %



1/ Operações com saldo superior a R\$ 1 mil.

Tabela 5.2 – Produção agrícola – Sul

Itens selecionados

Discriminação	Pesos ^{1/}	Em mil toneladas	
		Produção ^{2/}	Variação %
		2018	2018/2017
Grãos	73,0	74 511	-11,3
Soja	47,1	39 155	-4,5
Milho	11,3	18 986	-30,9
Arroz (em casca)	9,3	9 626	-4,0
Trigo	2,2	4 743	30,7
Feijão	2,5	807	-15,0
Outras lavouras			
Fumo	7,8	780	-8,7
Cana-de-açúcar	3,4	43 065	-7,6
Mandioca	3,7	4 866	6,8
Uva	1,8	938	-13,1

Fonte: IBGE

1/ Por valor da produção – PAM 2017.

2/ Estimativa segundo o LSPA de dezembro de 2018.

Tabela 5.3 – Produção industrial – Sul

Geral e setores selecionados

Discriminação	Pesos ^{1/}	Variação % no período		
		2018		
		Ago ^{2/}	Nov ^{2/}	12 meses
Indústria geral	100,0	6,9	0,0	4,0
Produtos alimentícios	19,7	4,0	-4,2	-5,1
Veículos, reboques e carrocerias	13,6	8,5	8,1	19,7
Máquinas e equipamentos	8,8	10,4	-0,7	0,3
Deriv. petróleo e biocombustíveis	8,3	14,0	-7,5	8,7
Outros produtos químicos	5,7	13,0	-2,8	-0,7

Fonte: IBGE

1/ Ponderação de atividades no VTI, conforme a PIA 2010/IBGE.

2/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

doze meses. As operações com pessoas físicas – que representam 59,4% do estoque –, expandiram na margem (3,7% em novembro, ante 1,6% em agosto), impulsionadas pelos financiamentos rurais. Note-se que esse crédito se destina à atividade produtiva, porém é contratado por pessoa física, em sua maioria, tendo em vista as características do setor. Os recursos dessa modalidade são direcionados e a inadimplência é inferior à registrada nas operações com pessoas físicas, cuja média atingiu 2,3% da carteira em novembro. O crédito às empresas cresceu 1,3% no trimestre, totalizando R\$243,6 bilhões em novembro, com destaque para os empréstimos na modalidade capital de giro, que constituem 20,2% do crédito empresarial e aumentaram 5,2% no trimestre. Observe-se, nesse intervalo, a reversão da trajetória do financiamento à exportação, cujo aumento, no trimestre anterior, refletira a desvalorização cambial. Adicionalmente, as operações com recursos direcionados seguiram em queda, sobretudo pela redução dos financiamentos com o BNDES, que compuseram 25,4% do crédito a pessoas jurídicas. Em doze meses, o estoque de crédito para pessoas jurídicas cresceu 6,7% e a taxa de inadimplência recuou para 2,3% em novembro, 1,2 p.p. abaixo da assinalada em novembro de 2017.

No âmbito da oferta, a safra de grãos da região apresentou queda anual de 11,3%, após colheita recorde em 2017, conforme o LSPA de dezembro do IBGE. À exceção do trigo, houve redução em todas as principais culturas, principalmente na safra de milho. Considerando as cotações dos produtos e a correção pelo IGP-DI, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento estima recuo real de 7,6% no valor bruto da produção agrícola em 2018. Para 2019, espera-se aumento de 5,0% na produção de grãos da região, de acordo com o Terceiro Prognóstico do IBGE, repercutindo recuperação no milho e pequena elevação na soja. Tal estimativa poderá ser alterada, tendo em vista a ocorrência do *El Niño*.

A atividade industrial manteve-se estável no trimestre finalizado em novembro, de acordo com dados dessazonalizados da PIM-PF do IBGE, em comparação ao trimestre encerrado em agosto, quando o expressivo avanço repercutira a retomada da produção após a paralisação do setor de transporte de cargas. Das dezoito atividades incluídas na pesquisa, houve aumento na produção em sete, principalmente, em veículos e calçados. Entre as onze atividades industriais com queda, destacaram-se as reduções no refino e derivados de petróleo e na fabricação de alimentos, após crescimentos

Tabela 5.4 – Comércio exterior – Sul

Janeiro-dezembro

Discriminação	US\$ milhões		
	2017	2018	Var. %
Exportações	44 369	50 003	12,7
Básicos	21 532	23 172	7,6
Industrializados	22 590	26 653	18,0
Semimanufaturados	4 165	4 259	2,3
Manufaturados	18 425	22 394	21,5
Importações	34 021	39 120	15,0
Bens de capital	5 677	6 656	17,2
Bens intermediários	18 417	21 470	16,6
Bens de consumo	6 612	7 466	12,9
Combustíveis	3 315	3 528	6,4
Saldo comercial	10 348	10 883	5,2

Fonte: Ministério da Economia

Tabela 5.5 – Dívida líquida e necessidades de financiamento – Sul^{1/}

UF	R\$ milhões					
	Dezembro de 2017			Novembro de 2018		
	Dívida	Fluxos 12 meses		Dívida ^{2/}	Fluxos 12 meses	
		Primário	Nominal ^{3/}		Primário	Nominal ^{3/}
PR	13 655	- 277	800	12 420	- 122	1 056
RS	80 373	403	3 747	89 851	1 038	6 492
SC	13 507	1 145	2 150	15 871	845	2 027
Total (A)	107 536	1 272	6 697	118 142	1 762	9 575
Brasil^{4/} (B)	800 969	-11 707	38 679	867 387	-6 296	53 906
(A/B) (%)	13,4	-10,9	17,3	13,6	-28,0	17,8

1/ Por UF, totalizando gov. estadual, capital e principais municípios. Dados preliminares.

2/ A dívida líquida no momento t+1 é a dívida no momento t, mais o resultado nominal e o resultado de outros fluxos.

3/ O resultado nominal é a soma dos juros com o resultado primário.

4/ Refere-se à soma de todas as regiões.

significativos no intervalo anterior. Em doze meses, a indústria registrou recuperação consistente, liderada pela produção de automóveis. Essa retomada, aliada à evolução do mercado de crédito e à redução de incertezas no ambiente doméstico, levou à maior confiança dos industriais – o Ipei totalizou 61,9 pontos no último trimestre no ano, ante 52,3 pontos no anterior e 58,3 pontos em igual período de 2017.¹⁵

Em 2018, o comércio externo da região apresentou *superavit* de US\$10,9 bilhões, segundo o Ministério da Economia, 5,2% acima do montante de 2017. As exportações totais aumentaram 12,7%, destacando-se os embarques de soja e celulose. As vendas externas foram impactadas pelo registro de duas exportações fictas de plataformas de petróleo pelo Rio Grande do Sul, no valor total de US\$2,8 bilhões, e pelo Paraná, de US\$1,6 bilhão, que, se desconsideradas, indicam elevação de 2,6% nos embarques totais (sendo 1,6% em preços e 1,0% em *quantum*). As importações cresceram 15,0% (7,7% em preços e 6,7% em quantidade), com ênfase nos incrementos das aquisições de automóveis, combustíveis e veículos de carga.

Na esfera fiscal, o *deficit* primário consolidado dos governos estaduais, das capitais e dos principais municípios da região aumentou 38,5% em doze meses até novembro, em relação a 2017. Esse resultado, aliado à ampliação dos juros apropriados por competência, levou ao incremento de 43,0% no *deficit* nominal do Sul. A despeito da piora nessa base de comparação, observou-se melhora relativa dos resultados, em relação à situação descrita no Boletim anterior, quando a região registrara elevações de 85,0% e 56,0% nos *deficit* primário e nominal acumulados em doze meses até agosto.

A arrecadação de ICMS atingiu R\$84,8 bilhões, no acumulado em doze meses até novembro, 0,2% acima da registrada em igual período do ano anterior, em termos reais. Comparativamente às demais regiões, o Sul registrou o menor crescimento no período. No mesmo intervalo, as transferências da União para o Sul totalizaram R\$25,1 bilhões, assinalando recuo real de 3,2%, em relação aos doze meses anteriores.¹⁶

O IPCA na região¹⁷ variou 0,36% no quarto trimestre, com aceleração nos preços livres – após relativa

15/ 50 pontos indicam neutralidade.

16/ Corrigidas pelo IGP-DI.

17/ Calculado com base nos pesos e variações dos subitens que compõem o IPCA das regiões metropolitanas de Porto Alegre e de Curitiba, ponderados pelos pesos dessas regiões na composição do IPCA nacional.

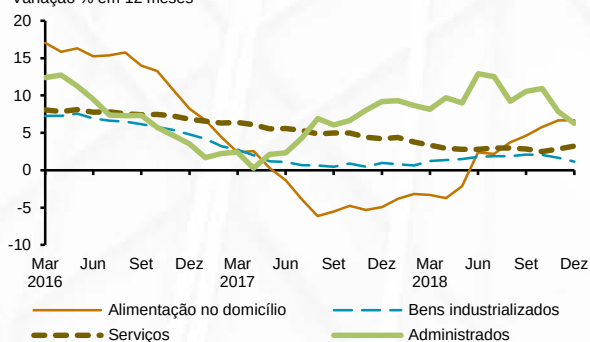
Tabela 5.6 – IPCA – Sul

Discriminação	Pesos ^{1/}	Variação % no período			
		2017	2018		
		Ano	III Tri	IV Tri	Ano
IPCA	100,0	2,96	0,58	0,36	4,02
Livres	74,3	1,06	0,10	1,06	3,27
Alimentação no domicílio	16,3	-4,91	-1,27	2,09	6,68
Bens industrializados	24,6	0,96	0,08	0,13	1,17
Serviços	33,5	4,21	0,79	1,25	3,24
Administrados	25,7	9,17	1,98	-1,64	6,28
Principais itens					
Alimentação	24,9	-1,96	-0,69	1,77	5,36
Habitação	16,0	6,08	2,81	-0,67	6,20
Artigos de residência	4,2	-1,49	0,75	1,86	4,07
Vestuário	6,2	1,62	-0,34	0,23	-0,42
Transportes	19,1	5,25	0,46	-0,72	3,01
Saúde	11,8	6,34	0,91	-0,27	3,96
Despesas pessoais	10,3	3,90	1,11	0,97	3,37
Educação	4,2	7,38	-0,14	0,18	4,48
Comunicação	3,3	2,69	0,00	0,06	0,03

Fonte: IBGE

1/ Referentes a dezembro de 2018.

Gráfico 5.6 – IPCA – Sul
Variação % em 12 meses



Fontes: IBGE e BCB

estabilidade no intervalo anterior –, mitigada pela deflação no segmento de monitorados ou administrados por contrato. A maior pressão para alta do indicador adveio de alimentação no domicílio, especialmente de tubérculos, raízes e legumes, subgrupo cuja contribuição para o índice geral atingiu 0,30 p.p. no trimestre. Refletindo movimento sazonal, observou-se, adicionalmente, aumento dos preços de serviços de turismo, sobretudo de passagem aérea. De outra parte, o segmento de preços monitorados, que pressionara o IPCA no trimestre anterior, apresentou queda, decorrente, em grande parte, da redução no preço da gasolina – em resposta à redução do preço do combustível nas refinarias – e da energia elétrica residencial, pela passagem de bandeira vermelha 2 em outubro para amarela em novembro e verde em dezembro. O índice de difusão – proporção dos bens com elevação de preço – atingiu 54,5% no quarto trimestre. Em 2018, o IPCA assinalou variação superior à do ano anterior, pressionado pelo segmento de livres, basicamente pela trajetória de alimentação no domicílio, cuja deflação em 2017 contribuíra para o arrefecimento do índice.

Prospectivamente, a redução do nível de incerteza dos agentes e a expressiva recuperação da confiança dos empresários da indústria e do comércio deverão repercutir positivamente no nível de atividade do Sul, sugerindo maior ritmo de crescimento nos próximos meses. Além disso, a economia regional segue favorecida pelo comportamento benigno do mercado de crédito e pela inexistência de restrições à ampliação da oferta, tendo em vista a ociosidade dos fatores de produção, que, a despeito de apresentar redução, permanece elevada.

5.1 Paraná

Gráfico 5.1.1 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil e Paraná
Dados dessazonalizados

Média móvel trimestral (2014 = 100)



Tabela 5.1.1 – Comércio varejista e ampliado – Paraná

Setores	Variação % no período			
	2017	2018		
	Ano	Ago ^{1/}	Nov ^{1/}	12 meses
Comércio varejista	4,0	0,5	1,5	2,1
Combustíveis e lubrificantes	17,5	1,5	6,4	-2,1
Hiper e supermercados	3,3	-2,6	0,9	1,4
Tec., vest. e calçados	-4,5	1,6	0,2	-9,4
Móveis e eletrodomésticos	-0,3	2,7	-2,0	5,1
Comércio ampliado	4,7	0,8	2,4	3,7
Automóveis e motocicletas	-4,2	0,0	5,1	5,6
Material de construção	19,7	4,5	1,0	7,5

Fonte: IBGE

1/ Variação relativa aos trimestres, encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

O PIB estadual recuou 1,2% no terceiro trimestre de 2018, em relação a igual período de 2017 (-0,4% no trimestre anterior), segundo o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (Iparde), decorrente de retrações de 11,1% na agropecuária e de 0,9% em serviços, e de crescimento de 1,2% na indústria. O desempenho na margem, contudo, indica acomodação da atividade, com diminuição de 0,2% ante o trimestre imediatamente anterior (-0,4%), de acordo com dados dessazonalizados. Dados mais recentes evidenciam recuperação da economia – o IBCR-PR aumentou 0,9% no trimestre encerrado em novembro, comparativamente ao finalizado em agosto. Em doze meses até novembro, o nível de atividade no estado avançou 1,5%.

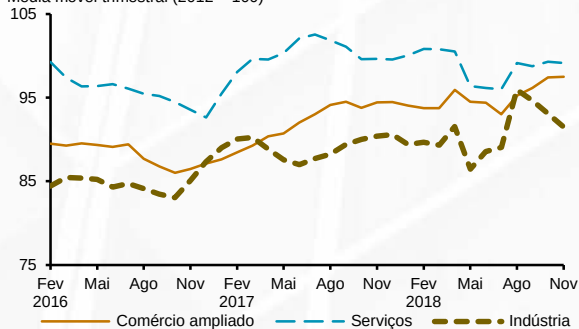
No âmbito da demanda, o crescimento das vendas do comércio ampliado acelerou de 0,8% no trimestre até agosto para 2,4% até novembro. Entre as atividades, destacaram-se as elevações nas vendas de combustíveis e lubrificantes e de automóveis e motocicletas. O volume comercializado em doze meses até novembro expandiu 3,7%, com forte aumento nas vendas de material de construção, de automóveis e motocicletas e de móveis e eletrodomésticos. Dados dessazonalizados da Fenabreve indicam aquecimento nas vendas de automóveis e veículos comerciais leves ao final do ano. O número de licenciamentos cresceu 1,8% no quarto trimestre, em relação ao anterior, e 15,1% no ano, comparativamente a 2017, confirmando a recuperação desse segmento.

O volume de serviços ficou estável no trimestre encerrado em novembro, após crescimento de 2,9% no período anterior, conforme dados dessazonalizados da PMS do IBGE. A queda no volume de serviços profissionais foi compensada por elevações nos demais segmentos, especialmente em outros serviços. Em doze meses até novembro, o volume de serviços prestados recuou 1,1%, relativamente a igual período anterior.

As perspectivas de consumo das famílias aumentaram significativamente em dezembro, influenciadas pelas datas comemorativas e expectativas positivas para o emprego, de acordo com informações da Federação do Comércio do Estado do Paraná (Fecomércio-PR). O ICF alcançou 105,3 pontos no mês – ampliação de 2 pontos ante setembro e de 5 pontos ante dezembro de 2017. Todavia, na média do último trimestre do

Gráfico 5.1.2 – Comércio, serviços e indústria – PR
Dados dessazonalizados

Média móvel trimestral (2012 = 100)



Fonte: IBGE

Gráfico 5.1.3 – Força de trabalho, ocupados e taxa de desocupação – Paraná^{1/}

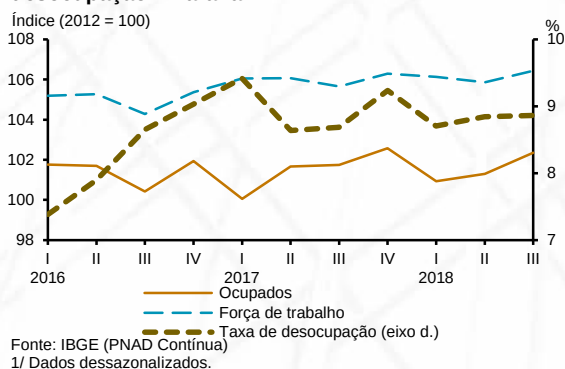
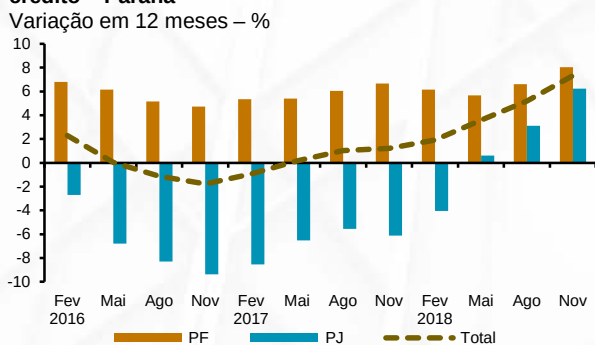


Gráfico 5.1.4 – Evolução do saldo das operações de crédito – Paraná^{1/}



1/ Operações com saldo superior a R\$1 mil.

ano (102,3 pontos) houve retração de 1,5 ponto ante o trimestre imediatamente anterior (103,8 pontos).

No mercado de trabalho, observou-se criação de 21,8 mil postos formais no trimestre finalizado em novembro, ante 8,9 mil gerados no mesmo período em 2017, conforme dados do Caged. Destacou-se no período o setor de comércio, responsável por, aproximadamente, metade das novas vagas.

A taxa de desocupação no terceiro trimestre apresentou aumento de 0,1 p.p. em relação ao mesmo período do ano anterior, alcançando 8,6% de acordo com a PNAD Contínua do IBGE. Em contraposição, a comparação interanual também revela o crescimento de 2,7% da massa salarial e de 1,9% do rendimento médio habitual real no terceiro trimestre. Na série com ajuste sazonal, confirma-se o leve aumento na desocupação, que atingiu 8,9% no terceiro trimestre, ante 8,8% no segundo trimestre de 2018.

O mercado de crédito seguiu em expansão no trimestre finalizado em novembro, relativamente ao encerrado em agosto. O saldo das operações superiores a R\$1 mil aumentou 3,5% na carteira referente às pessoas físicas, com destaque para as modalidades financiamentos rurais, crédito consignado e financiamento de veículos, e 1,2% para as pessoas jurídicas, com ênfase para as atividades transportes, comércio e indústria. A inadimplência das empresas atingiu 2,7% e das famílias, 2,3% da carteira ao final de novembro, e ambos os indicadores recuaram na comparação trimestral.

No âmbito da oferta, a safra paranaense de grãos decresceu 15,6% em 2018, totalizando 35,1 milhões de toneladas (15,5% da produção nacional). Repercutindo clima desfavorável, houve declínios na produção de todos os grãos, exceto trigo, aveia e cevada. Dentre as demais lavouras, sobressaíram o crescimento na produção de mandioca e a queda na de cana-de-açúcar. De acordo com o Mapa, dados corrigidos pelo IGP-DI apontam redução real de 1,6% no valor bruto da produção (VBP) das lavouras. O Terceiro Prognóstico do IBGE para a safra 2018/2019 estima expansão na produção estadual de soja e de milho 1ª safra, 0,3% e 11,0%, respectivamente, a partir de variações de 0,3% e 6,6% na área plantada. Contudo, para o feijão 1ª safra, espera-se queda de 6,3% na produção e de 6,7% na área cultivada. A lavoura de fumo deverá registrar aumento de 1,5% na produção e 0,2% na área. No mesmo sentido, o Departamento de Economia Rural da Secretaria da

Agricultura e Abastecimento do Estado do Paraná (Seab/Deral) estima expansão de 1% na produção de grãos de verão, especialmente milho, 32% (11% na primeira safra e 38% na segunda, com aumentos respectivos de 6% e 4% na área), e feijão, 5% (variações de -10% e 22% na primeira e segunda safras) e estabilidade tanto na produção quanto na área plantada de soja. Dentre as demais culturas, destaque-se as maiores produções de mandioca e de cana-de-açúcar, e menores de batata-inglesa e cebola.

Tabela 5.1.2 – Produção industrial – Paraná

Geral e setores selecionados

Setores	Pesos ^{1/}	Variação % no período		
		2018		
		Ago ^{2/}	Nov ^{2/}	12 meses
Indústria geral	100,0	11,0	-4,6	1,9
Produtos alimentícios	22,7	-0,7	-8,4	-9,7
Deriv. petróleo e biocomb.	19,1	8,1	-6,0	9,8
Veículos, reb. e carrocerias	18,4	14,7	-3,8	15,8
Máquinas e equipamentos	6,7	15,8	-2,6	-5,7
Celulose e prod. papel	5,5	12,2	-4,1	4,3
Outros produtos químicos	4,7	23,5	2,6	5,1

Fonte: IBGE

1/ Ponderação de atividades no VTI conforme a PIA 2010/IBGE.

2/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

Gráfico 5.1.5 – Confiança do empresariado – Paraná

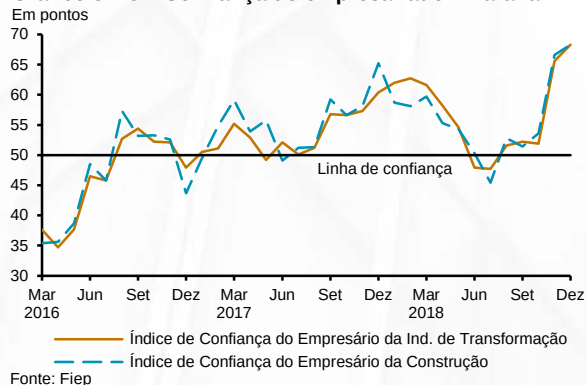


Tabela 5.1.3 – Comércio exterior – Paraná

Janeiro-dezembro

Discriminação	2017	2018	US\$ milhões
			Var. %
Exportações	18 079	20 041	10,9
Importações	11 517	12 370	7,4
Saldo comercial	6 562	7 671	16,9

Fonte: Ministério da Economia

A produção industrial decresceu 4,6% no trimestre encerrado em novembro, ante expansão de 11,0% no finalizado em agosto, de acordo com os dados dessazonalizados da PIM-PF Regional do IBGE. Houve redução na produção em dez dos treze segmentos pesquisados, destacando-se fabricação de produtos alimentícios (-8,4%) e derivados de petróleo (-6,0%). Em horizonte mais longo, observa-se recuperação de 1,9% na produção fabril paranaense, ancorada no desempenho positivo dos segmentos veículos, derivados de petróleo, outros produtos químicos e celulose e produtos de papel, e negativo de fabricação de produtos alimentícios, de maior peso na indústria estadual, pelas menores produções de carnes de aves, rações para animais e açúcar.

O Índice de Confiança da Indústria de Transformação (ICIT) e o Índice de Confiança da Indústria da Construção (ICIC), elaborados pela Federação das Indústrias do Estado do Paraná (Fiep), situaram-se em área de otimismo, ao atingir, na ordem, 61,9 pontos e 62,8 pontos no quarto trimestre (50,5 pontos e 49,9 pontos, respectivamente, no terceiro), impulsionados pelo aumento no componente de expectativas.

A balança comercial do Paraná registrou *superavit* de US\$7,7 bilhões em 2018, 16,9% superior ao de 2017, que atingira US\$6,6 bilhões. As exportações paranaenses cresceram 10,9%, totalizando US\$20,0 bilhões. Esse aumento decorreu, em grande parte, da exportação ficta de uma plataforma de petróleo em novembro, no valor de US\$1,6 bilhão. Além dessa operação, cabe destacar as vendas de soja, que aumentaram 25,9% em relação a 2017, somando US\$5,2 bilhões, com 94,5% dos embarques destinados à China. Por outro lado, as importações totalizaram US\$12,4 bilhões em 2018, 7,4% acima das de 2017.

A inflação na Região Metropolitana de Curitiba (RMC) desacelerou na passagem do terceiro para o quarto trimestre, resultado de crescimento nos

Tabela 5.1.4 – IPCA – RMC

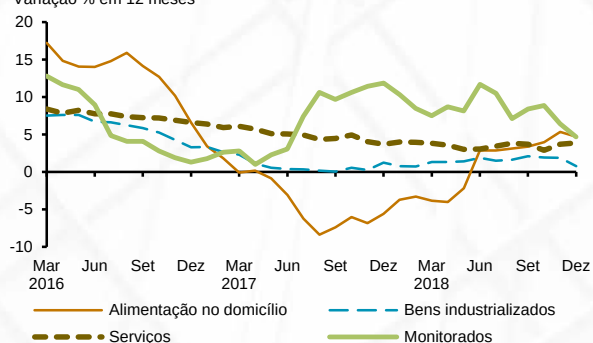
Discriminação	Pesos ^{1/}	Variação % no período				
		2017	2018			
		Ano	III Tri	IV Tri	Ano	
IPCA	100,0	3,42	0,65	0,15	3,38	
Livres	74,8	0,95	0,13	0,75	2,94	
Alimentação no domicílio	14,6	-5,59	-2,82	1,61	4,71	
Bens industriais	25,8	1,25	0,32	-0,30	0,77	
Serviços	34,4	3,69	1,28	1,16	3,86	
Monitorados	25,2	11,85	2,21	-1,61	4,70	

Fonte: IBGE

1/ Referentes a dezembro de 2018.

Gráfico 5.1.6 – Evolução dos preços livres – RMC

Variação % em 12 meses



Fontes: IBGE e BCB

preços livres e queda nos preços monitorados. Observou-se reversão, para aumento, nos preços de alimentação no domicílio, especialmente *in natura*, (17,39%, ante -20,89% no trimestre finalizado em setembro) e queda nos preços de bens industriais. Dentre os monitorados, as maiores contribuições para a variação trimestral decorreram dos recuos nos preços de gasolina e de energia elétrica residencial, -7,13% e -4,29%, respectivamente.

O IPCA da RMC variou 3,38% em 2018, ante 3,42% em 2017. A inflação dos preços livres subiu de 0,95% em 2017 para 2,94% em 2018, decorrente do aumento nos preços de alimentação no domicílio, de -5,59% para 4,71%, em movimento contrário ao dos preços monitorados, de 11,85% para 4,70%, nas mesmas bases de análise. A inflação de serviços cresceu 0,17 p.p. e a de bens industriais recuou 0,48 p.p. no período.

5.2 Rio Grande do Sul

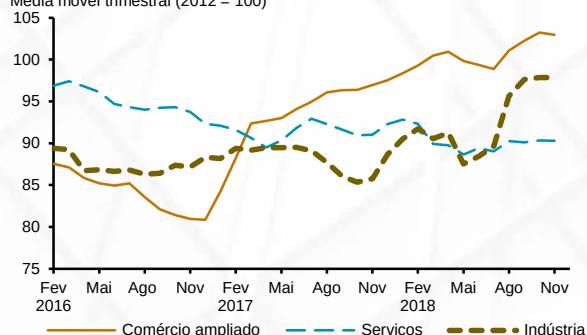
Gráfico 5.2.1 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil e Rio Grande do Sul

Dados dessazonalizados
Média móvel trimestral (2014 = 100)



Gráfico 5.2.2 – Comércio, serviços e indústria – RS

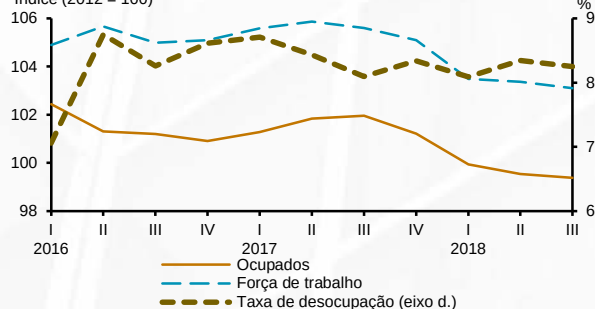
Dados dessazonalizados
Média móvel trimestral (2012 = 100)



Fonte: IBGE

Gráfico 5.2.3 – Força de trabalho, ocupados e taxa de desocupação – Rio Grande do Sul^{1/}

Índice (2012 = 100)



Fonte: IBGE (PNAD Contínua)

1/ Dados dessazonalizados.

A atividade econômica gaúcha, medida pelo IBCR-RS, cresceu 1,5% no trimestre encerrado em novembro, em relação ao findo em agosto (2,5%), repercutindo avanços no comércio e, sobretudo, na produção industrial. Em doze meses, a variação do IBCR-RS passou de 1,0% em agosto para 2,1% em novembro, indicando dinamização do processo de recuperação da economia gaúcha.

O crescimento das vendas do comércio ampliado acelerou de 1,2% no trimestre até agosto para 1,9% até novembro, segundo a PMC do IBGE, destacando-se o desempenho em veículos e combustíveis. Por outro lado, houve retração no segmento de livros, jornais, revistas e papelaria, processo que tem caracterizado a trajetória de vendas do segmento. O desempenho em doze meses até novembro aponta crescimento de 8,1%, impactado, especialmente, pelo setor automotivo. Corroborando esse desempenho da atividade, o licenciamento de veículos e comerciais leves acumulou alta de 12,6% em 2018, em comparação a 2017, segundo a Fenabrave.

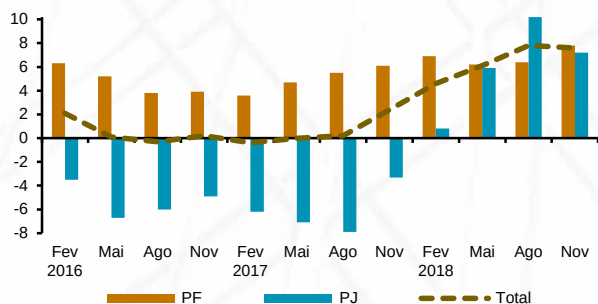
O indicador da confiança do comércio mostrou avanço significativo das expectativas empresariais – o Icec atingiu 108,9 pontos no quarto trimestre, ante 95,4 pontos no terceiro, com melhora nas avaliações em todos os componentes, sobretudo nas expectativas para a economia brasileira nos próximos seis meses. Por seu turno, a intenção de consumo das famílias permanece em zona que denota pessimismo dos consumidores – o ICF passou de 78,7 pontos no terceiro trimestre para 83,4 pontos no quarto. A despeito de ter evidenciado avanço na margem, o indicador reflete a situação do mercado de trabalho, de modo geral, e o parcelamento dos salários dos servidores públicos estaduais e municipais, em particular.

O volume de serviços prestados manteve-se estável na comparação do trimestre encerrado em novembro, relativamente ao imediatamente anterior (1,8%), conforme dados dessazonalizados da PMS do IBGE. Em doze meses, houve recuo de 1,0% no volume de serviços prestados.

Segundo o Caged, foram criados 20,8 mil postos de trabalho no trimestre encerrado em novembro (16,6 mil vagas em igual período de 2017), considerando todos os setores da economia gaúcha. O resultado

Gráfico 5.2.4 – Evolução do saldo das operações de crédito – Rio Grande do Sul^{1/}

Variação em 12 meses – %



1/ Operações com saldo superior a R\$1 mil.

Tabela 5.2.1 – Produção agrícola – Rio Grande do Sul
Itens selecionados

Discriminação	Pesos ^{1/}	Em mil toneladas	
		Produção ^{2/} 2018	Variação % 2018/2017
Grãos	76,6	33 105	-6,5
Soja	48,6	17 539	-6,4
Arroz	18,5	8 402	-3,8
Milho	6,8	4 566	-24,7
Trigo	1,5	1 753	42,9
Feijão	0,7	95	-4,0
Outras lavouras			
Fumo	8,9	359	-13,5
Mandioca	3,0	964	-9,6
Uva	3,3	823	-14,0

Fonte: IBGE

1/ Por valor da produção – PAM 2017.

2/ Estimativa segundo o LSPA de dezembro de 2018.

Tabela 5.2.2 – Produção industrial – Rio Grande do Sul
Geral e atividades selecionadas

Setores	Pesos ^{1/}	Variação % no período			
		2018		12 meses	
		Ago ^{2/}	Nov ^{2/}		
Indústria geral	100,0	9,3	2,3		5,9
Produtos alimentícios	16,4	7,4	-1,7		-1,1
Veículos, reboques e carrocerias	13,8	3,5	23,8		27,9
Máquinas e equipamentos	12,0	11,1	-0,3		4,9
Outros produtos químicos	10,3	9,1	-3,6		-3,0
Artef. couro e calçados	8,9	1,7	5,4		3,7
Produtos de metal	8,5	4,1	4,4		10,8
Produtos de borracha e plástico	5,0	3,8	-1,7		-4,0

Fonte: IBGE

1/ Ponderação de atividades no VTI, conforme a PIA 2010/IBGE.

2/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

refletiu, principalmente, os avanços nas vagas do comércio, serviços e agropecuária, cuja ampliação de vagas está atrelada, principalmente, à sazonalidade favorável dessas atividades.

A taxa de desocupação no estado atingiu 8,2% no terceiro trimestre de 2018, de acordo com a PNAD Contínua do IBGE, 0,2 p.p. acima da de igual período de 2017, repercutindo retrações na força de trabalho e na população ocupada, de forma mais intensa. Descontados fatores sazonais, a desocupação manteve estabilidade na avaliação trimestral, atingindo 8,3% da força de trabalho do estado.

O mercado de crédito no estado totalizou R\$217,7 bilhões em novembro, aumentando 3,2% no trimestre e 7,6% em doze meses, com resultados positivos em ambos os segmentos. As operações contratadas com pessoas físicas cresceram 3,8% no trimestre e 7,8% em doze meses. Na margem, destacou-se o aumento das operações de financiamento rural e, em doze meses, os acréscimos nos financiamentos imobiliários e no crédito consignado. Note-se que essas três modalidades apresentam inadimplência inferior à média das operações com as famílias, que atingiu 2,5% em novembro. O crédito às empresas aumentou 1,7% no trimestre e 7,2% em doze meses, repercutindo, em ambas as bases de comparação, o aumento das operações contratadas com recursos livres, tendo em vista a redução do crédito direcionado. As contratações foram lideradas pelas atividades de serviços financeiros, comércio atacadista e indústria de alimentos e bebidas, e a inadimplência média das operações contratadas com empresas atingiu 2,6% em novembro, recuando fortemente, em relação a novembro de 2017, quando atingira 4,4% da carteira de crédito.

Na colheita de grãos em 2018, o estado registrou retração de 6,5% na safra, em relação à de 2017 – ano que apresentou produção recorde (35,4 milhões de toneladas). Houve recuperação somente na safra de trigo, com crescimento de 42,9%. A queda quase generalizada pode ser explicada pela base de comparação elevada de 2017 e pela estiagem que atingiu o estado no início do ano.

Ainda no âmbito da oferta, a produção industrial cresceu 2,3% no trimestre até novembro, relativamente ao anterior, quando registrara avanço expressivo, conforme dados dessazonalizados da PIM-PF do IBGE. Metade das catorze atividades incluídas na pesquisa assinalaram alta, principalmente veículos,

Tabela 5.2.3 – Comércio exterior – RS

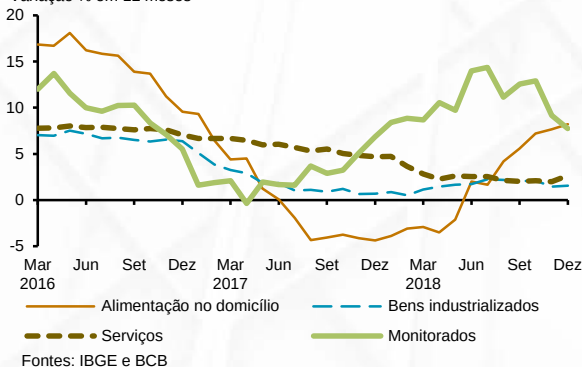
Janeiro-dezembro

Discriminação	US\$ milhões		
	2017	2018	Var. %
Exportações	17 782	21 014	18,2
Importações	9 922	11 280	13,7
Saldo comercial	7 861	9 734	23,8

Fonte: Ministério da Economia

Gráfico 5.2.5 – IPCA – RMPA

Variação % em 12 meses

**Tabela 5.2.4 – IPCA – RMPA**

Discriminação	Pesos ^{1/}	Variação % no período			
		2017	2018		
		Ano	III Tri	IV Tri	Ano
IPCA	100,0	2,52	0,52	0,56	4,62
Livres	73,9	1,18	0,08	1,35	3,57
Alimentação no domicílio	17,9	-4,38	-0,06	2,45	8,21
Bens industrializados	23,5	0,67	-0,17	0,56	1,56
Serviços	32,6	4,70	0,33	1,32	2,65
Administrados	26,1	6,84	1,78	-1,65	7,73

Fonte: IBGE

1/ Referentes a dezembro de 2018.

cujo ritmo de produção havia sido prejudicado no trimestre anterior, ainda pelos efeitos residuais da paralisação dos caminhoneiros. A confiança dos industriais avançou fortemente nos últimos dois meses de 2018, fazendo com que o Ipei da Fiegs atingisse 62 pontos¹⁸ no quarto trimestre, ante 53,1 pontos no terceiro. Dentre os seis componentes pesquisados, o pessimismo persiste apenas na avaliação das condições atuais da economia do estado.

O *superavit* da balança comercial do estado alcançou US\$9,7 bilhões em 2018 (US\$7,9 bilhões em 2017). As exportações cresceram 18,2%, impulsionadas pelo registro ficto da venda de duas plataformas de petróleo, em fevereiro e agosto (US\$2,8 bilhões) e pelos incrementos nas vendas de soja e celulose. Se desconsideradas as plataformas, as vendas aumentaram 0,8% (3,8% em preços e -3% em *quantum*). No mesmo sentido, as importações elevaram-se 13,7% (12,1% em preços e 1,5% em volume), destacando-se as aquisições de naftas, combustíveis e veículos de carga.

O IPCA da Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) variou 0,56% no quarto trimestre, resultado da combinação de alta de 1,35% nos preços livres e deflação de 1,65% nos monitorados. No primeiro segmento, destacaram-se as elevações de preços de alimentação no domicílio (tubérculos, raízes e legumes), ante ligeira deflação no trimestre anterior, e em serviços (refeição, conserto de automóvel e passagem aérea). Dentre os preços monitorados, a redução dos preços no trimestre refletiu, em especial, as deflações em gasolina e energia elétrica residencial. O índice de difusão do IPCA atingiu 51,1% no quarto trimestre.

Em 2018, o IPCA intensificou a variação, relativamente à taxa de 2017, acumulando 4,62%, a mais alta dentre os locais pesquisados. Comparativamente à média para o país, a RMPA apresentou elevações expressivamente superiores em subíndices dos grupos alimentação e bebidas, sobretudo de alimentação no domicílio, e de habitação.

18/ 50 pontos indicam neutralidade.

Inferências nacionais a partir dos indicadores regionais

6

Tabela 6.1 – Índice de Atividade Banco Central – IBC
Brasil e regiões^{1/}

Discriminação	%				
	2017 Nov	2018 Fev	Mai	Ago	Nov
Brasil	0,3	0,9	-1,2	1,7	0,5
Norte	0,4	1,9	-0,8	0,0	1,0
Nordeste	0,4	0,1	-1,4	1,2	-0,1
Centro-Oeste	-2,6	0,9	-0,3	0,7	1,4
Sudeste	0,6	-0,1	-0,2	1,4	-0,7
Sul	0,2	1,1	-0,9	2,6	1,0

1/ Variação do trimestre em relação ao anterior; séries com ajuste sazonal.

O resultado nacional não representa necessariamente a média dos resultados regionais.

Tabela 6.2 – Índice de volume de vendas
Brasil e regiões^{1/}

Discriminação	Variação percentual				
	2017 Nov	2018 Fev	Mai	Ago	Nov
Comércio varejista					
Brasil	-0,1	0,2	1,4	-0,1	0,7
Norte	1,7	-0,1	2,1	-0,4	4,3
Nordeste	0,6	-0,3	0,6	0,5	0,5
Centro-Oeste	0,2	-2,1	1,5	0,4	1,5
Sudeste	0,0	-0,4	1,2	0,0	0,7
Sul	1,2	0,8	1,6	-0,3	2,3
Comércio ampliado					
Brasil	0,8	0,7	1,5	1,1	1,4
Norte	2,2	1,6	1,9	0,1	4,3
Nordeste	0,3	-0,1	1,5	-0,2	1,0
Centro-Oeste	0,1	-0,3	2,5	-0,6	3,9
Sudeste	0,7	1,2	1,6	0,7	1,2
Sul	1,1	0,9	1,6	-0,1	3,4

Fontes: IBGE e BCB

1/ Variação do trimestre em relação ao anterior; séries com ajuste sazonal.

A evolução recente dos indicadores de atividade corrobora o cenário de recuperação gradual da economia brasileira, com oscilações nos resultados trimestrais dos diferentes setores e, na margem, avanço do comércio, acompanhado de retomada do crédito às famílias. Regionalmente, observaram-se discrepâncias nas trajetórias de curto prazo, refletindo particularidades das estruturas econômicas locais.

Ratificando o gradualismo na retomada da economia, o Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil (IBC-Br) aumentou 0,5% no trimestre até novembro, em relação ao encerrado em agosto, quando crescera 1,7%. Note-se que a menor magnitude do crescimento na margem resultou, em parte, da elevada base de comparação do trimestre anterior. Em termos regionais, houve avanços no Norte, Sul e Centro-Oeste, com crescimento mais intenso nessa última, impulsionado pelas atividades do comércio, de serviços prestados a empresas e da construção civil. O nível de atividade do Norte, que apresentara estabilidade no trimestre anterior, expandiu, também favorecido pelo desempenho positivo do comércio, além da indústria extrativa mineral. Houve expressiva recuperação dos empregos na região, especialmente no setor de prestação de serviços. A despeito do menor dinamismo, na comparação com o trimestre anterior, a economia do Sul avançou na margem, repercutindo os resultados do setor terciário, especialmente do comércio, com impactos positivos sobre o emprego. As regiões Sudeste e Nordeste, que apresentaram expansões no trimestre anterior, assinalaram recuos no trimestre até novembro. Essas regiões registraram no período as menores taxas de crescimento do comércio, e, principalmente, recuos significativos da produção industrial.

As vendas do comércio ampliado aceleraram no trimestre encerrado em novembro, comparativamente ao finalizado em agosto, influenciadas pelo evento *Black Friday* no final de novembro – caracterizado por vendas com descontos. Ao contrário do que ocorrera no trimestre anterior, todas as regiões registraram

resultados positivos, em maior patamar, o Norte, Centro-Oeste e Sul. Na região Centro-Oeste, os resultados foram influenciados pelo crescimento expressivo no comércio de artigos de uso pessoal e doméstico. No Sul, região em que houve aumento das vendas em nove das dez atividades pesquisadas, destaque para o crescimento do comércio de combustíveis e lubrificantes.

Os bons resultados do comércio e a redução das incertezas no cenário político repercutiram na confiança dos empresários em nível nacional – o Icec da CNC aumentou 6,4 pontos na passagem do terceiro para o quarto trimestre, apontando otimismo nas avaliações prospectivas dos empresários do setor. Registre-se que essas boas perspectivas refletem, em particular, a forte recuperação do mercado automotivo, em linha com a evolução favorável do crédito para o setor.

O volume de serviços não financeiros no país permanece alternando resultados positivos e negativos, na margem, com recuo discreto no trimestre até novembro, em relação ao finalizado em agosto, quando assinalara alta expressiva. O destaque negativo na avaliação trimestral concentrou-se sobre o desempenho dos serviços de transporte, devido, em parte, à elevada base de comparação, tendo em vista que o trimestre anterior capturou os efeitos de recuperação após a paralisação do setor de transporte rodoviário de cargas. De outra parte, as regiões que registraram avanços no trimestre – Sudeste e Sul – repercutiram, em especial, o bom desempenho dos serviços prestados às famílias.

O mercado de trabalho formal manteve trajetória de expansão, com geração de vagas no trimestre encerrado em novembro, em ritmo muito superior ao ocorrido no mesmo período de 2017. O Sudeste criou 90 mil postos entre setembro e novembro de 2018, após eliminar 11,9 mil em igual intervalo do ano anterior. Todas as regiões registraram criação de emprego – menos intenso no Centro-Oeste, por se tratar de período em que tradicionalmente ocorrem demissões líquidas na região –, sobressaindo o desempenho em atividades de prestação de serviços e no comércio. O desempenho positivo na oferta de emprego nesses segmentos converge com a ocorrência de eventos de aquecimento das vendas durante o trimestre analisado (*Black Friday*), contratações para Natal e final do ano, além do período de férias, com ampliação de vagas nos segmentos de alojamento e alimentação.

Tabela 6.3 – Volume de serviços
Brasil e regiões^{1/}

Discriminação	%				
	2017	2018			
	Nov	Fev	Mai	Ago	Nov
Brasil	-0,6	0,4	-1,2	1,9	-0,1
Norte	-2,1	-1,4	-0,4	0,4	-0,6
Nordeste	-1,3	-0,3	-2,4	2,3	-0,8
Centro-Oeste	0,7	-0,9	-0,5	2,9	-1,2
Sudeste	-0,7	0,7	-0,3	0,8	0,4
Sul	-1,7	1,0	-3,1	2,2	0,6

Fontes: IBGE e BCB

1/ Variação do trimestre em relação ao anterior; séries com ajuste sazonal.

Tabela 6.4 – Geração de postos de trabalho^{1/}

Discriminação	Mil				
	2017	2018			
	Nov	Fev	Mai	Ago	Nov
Brasil	98,7	-189,5	205,7	157,1	253,7
Norte	9,2	-16,9	5,6	16,9	11,7
Nordeste	71,2	-66,3	1,5	47,2	82,9
Centro-Oeste	-17,0	0,0	22,0	31,4	0,3
Sudeste	-11,9	-117,4	155,5	68,9	90,0
Sul	47,2	11,1	21,0	-7,3	68,8

Fonte: Caged

1/ Refere-se ao trimestre encerrado no mês indicado.

Tabela 6.5 – Taxa de desocupação

Discriminação ^{1/}	%					
	2017			2018		
	III Trí	IV Trí	I Trí	II Trí	III Trí	
Brasil	12,4	11,8	13,1	12,4	11,9	
Norte	12,2	11,3	12,7	12,1	11,5	
Nordeste	14,8	13,8	15,9	14,8	14,4	
Centro-Oeste	9,7	9,4	10,5	9,5	8,9	
Sudeste	13,2	12,6	13,8	13,2	12,5	
Sul	7,9	7,7	8,4	8,2	7,9	

Fonte: IBGE

1/ Taxa trimestral.

A taxa de desocupação recuou 0,5 p.p. no terceiro trimestre de 2018, em relação a igual período de 2017, segundo a PNAD Contínua do IBGE, repercutindo ampliação da população ocupada (PO) acima da força de trabalho (FT). Regionalmente, destacaram-se as retrações na taxa do Sudeste e do Centro-Oeste. Considerando dados com ajuste sazonal, a desocupação média no país caiu 0,2 p.p., para 12,1%, no terceiro trimestre em relação ao segundo, resultado da ampliação na PO superior à ocorrida na FT – processo observado em quatro regiões – à exceção do Sul, onde o desemprego apresentou estabilidade. O maior recuo da desocupação foi verificado no Sudeste, região com maior contingente de mão de obra, cuja ocupação aumentou pelo oitavo trimestre consecutivo.

Tabela 6.6 – Operações de crédito do SFN^{1/}

Novembro de 2018

Discriminação	R\$ bilhões								
	Saldo			Variação percentual (%)					
	PJ	PF	Total	Trimestre			12 meses		
				PJ	PF	Total	PJ	PF	Total
Brasil	1 404	1 755	3 160	0,0	2,9	1,6	0,0	8,5	4,6
Norte	40	86	126	2,0	3,2	2,8	1,4	9,6	6,9
Nordeste	139	280	419	0,4	2,9	2,0	-1,9	9,0	5,1
Centro-Oeste	135	230	365	0,4	3,0	2,0	5,4	10,6	8,7
Sudeste	847	803	1 650	-0,6	2,5	0,9	-2,3	7,7	2,3
Sul	244	356	600	1,3	3,7	2,7	6,7	8,3	7,6

1/ Operações com saldo superior a R\$1 mil.

O mercado de crédito segue evoluindo positivamente em todas as regiões. Os empréstimos às pessoas físicas apresentam dinâmica mais intensa e taxas de crescimento semelhantes nas diversas regiões. A expansão no trimestre encerrado em novembro no Centro-Oeste e no Sul foi impulsionada, principalmente, pelo crédito rural, enquanto o crescimento nas demais regiões esteve mais relacionado ao crédito livre, com destaque para as operações de cartão de crédito à vista no Sudeste e no Nordeste, e para financiamentos de veículos no Norte.

A carteira de crédito às empresas do SFN estabilizou-se em novembro, encerrando um ciclo de mais de dois anos de variações interanuais negativas. De forma geral, todas as regiões apresentaram contração nos empréstimos direcionados, com amortizações significativas em operações com recursos do BNDES e em financiamento imobiliário corporativo; e expansão nas linhas de crédito livre, com destaque para as modalidades de títulos descontados e de financiamentos à exportação. As regiões Sul, Centro-Oeste e Norte registraram crescimento em doze meses, enquanto no Nordeste e Sudeste houve diminuição no ritmo de contração do crédito. Nos últimos três meses, houve expansão em quatro regiões (à exceção do Sudeste), com destaque para o aumento em financiamentos à exportação, no Nordeste e Norte, e de capital de giro, no Sul e Centro-Oeste. No Sudeste, a queda no saldo dos financiamentos com recursos do BNDES foi parcialmente neutralizada pelo aumento na linha de títulos descontados.

A arrecadação nacional de ICMS em doze meses até novembro aumentou R\$35,1 bilhões, em comparação

Tabela 6.7 – Necessidades de financiamento de estados e municípios^{1/}

Região	R\$ milhões	
	Resultado primário	
	(Fluxo 12 meses)	
	Nov/2017	Nov/2018
Norte	- 656	-941
Nordeste	-3 532	3 582
Centro-Oeste	-428	-1509
Sudeste	-10 461	-9 189
Sul	-1 172	1 762
Total	-16 248	-6 296

1/ Por UF, totalizando governo estadual, capital e principais municípios. Dados preliminares.

(-) *superavit*

(+) *deficit*

Tabela 6.8 – Estimativa da produção anual de grãos^{1/}
Brasil e regiões

Discriminação	Peso ^{2/}	Em milhões de toneladas		
		Produção ^{3/}		Variação %
		2017	2018	
Brasil	100,0	240,6	226,5	-5,9
Norte	4,2	8,9	8,9	0,4
Nordeste	9,7	17,9	19,1	7,0
Centro-Oeste	40,1	105,9	101,0	-4,6
Sudeste	10,2	23,9	22,9	-4,4
Sul	35,8	84,0	74,5	-11,3

Fonte: IBGE

1/ Cereais, leguminosas e oleaginosas.

2/ Participação no valor da produção nacional de cereais, leguminosas e oleaginosas – PAM 2017.

3/ Estimativa segundo o LSPA de Dezembro de 2018.

Tabela 6.9 – Produção física da indústria
Brasil e regiões^{1/}

Discriminação	Peso ^{2/}	%				
		2017		2018		
		Nov	Fev	Mai	Ago	
Brasil	100,0	1,5	1,8	-3,9	4,1	-2,3
Norte	5,9	1,0	5,2	-1,5	2,1	0,0
Nordeste	9,5	0,8	0,1	-3,6	7,5	-2,5
Centro-Oeste	3,5	2,3	-2,8	-6,3	5,8	-2,7
Sudeste	62,7	2,1	-0,1	-2,0	1,9	-3,1
Sul	18,5	0,2	3,0	-3,4	6,9	0,0

Fontes: IBGE e BCB

1/ Variação do trimestre em relação ao anterior; séries com ajuste sazonal.

2/ Participação no Valor da Transformação Industrial (VTI), segundo a PIA 2010.

com igual período do ano anterior, totalizando R\$477,1 bilhões – aumento real de 2,6%.¹⁹ Nesse intervalo, todas as regiões experimentaram avanços reais nessas receitas, menos intensa no Sul, 0,2%. Apesar da melhora da arrecadação, o *superavit* primário conjunto dos governos subnacionais recuou 61,2% nas mesmas bases de análise. Essa trajetória repercutiu, em especial, a reversão de *superavit* para *deficit* fiscal nos fluxos do Sul e do Nordeste, enquanto o Sudeste seguiu apresentando elevado *superavit* primário. A dívida líquida dos governos subnacionais totalizou R\$867,4 bilhões em novembro, ante R\$801,0 bilhões em 2017.

Sob a ótica da oferta, a safra nacional de grãos recuou 5,9% em 2018, após colheita recorde em 2017, totalizando 226,5 bilhões de toneladas, de acordo com o LSPA do IBGE. Note-se que nas duas principais regiões produtoras, as diminuições decorreram, sobretudo, da quebra na produção de milho, mais intensa no Sul, 30,9%. De acordo com o terceiro prognóstico para a safra 2019, realizado pelo IBGE, a produção de cereais, leguminosas e oleaginosas deverá totalizar 233,4 milhões de toneladas, 3,1% acima da safra de 2018, com destaque para o milho. Com a recuperação da colheita desse cereal, estima-se que o Sul apresente o maior crescimento da produção agrícola, comparativamente às demais regiões.

A produção da indústria nacional recuou 2,3% no trimestre encerrado em novembro, em relação ao trimestre anterior. Esse resultado trimestral anulou a recuperação da produção fabril após a paralisação, em maio, do setor de transporte rodoviário de cargas, e o nível de produto situou-se aquém do existente anteriormente ao evento. Na margem, dezessete das 25 atividades da indústria de transformação apresentaram recuos, com os maiores impactos advindos da fabricação de produtos alimentícios, veículos e de coque e produtos derivados de petróleo. Regionalmente, a redução da atividade fabril atingiu principalmente o Sudeste, o Centro-Oeste e o Nordeste, enquanto o Norte e o Sul mantiveram níveis de produção estáveis. No Sudeste, que concentra a maior parcela do produto industrial, o processo de recuperação – liderado pela indústria automotiva – apresentou comportamento oscilante, e o resultado na margem destacou a retração na produção de produtos alimentícios. O fim da safra da cana-de-açúcar impactou negativamente a indústria do Centro-Oeste, enquanto, no Nordeste, houve

19/ Corrigidas pelo IGP-DI.

Tabela 6.10 – Balança comercial regional – FOB
Janeiro-Dezembro

Região	US\$ bilhões					
	Exportações		Importações		Saldo	
	2017	2018	2017	2018	2017	2018
Total	217,8	239,8	150,7	181,2	67,1	58,6
Norte	17,5	19,1	10,7	12,5	6,8	6,6
Nordeste	16,8	18,6	19,4	21,7	-2,6	-3,1
Centro-Oeste	26,7	29,6	8,2	8,9	18,4	20,7
Sudeste	105,7	114,8	78,3	98,9	27,5	15,8
Sul	44,4	50,0	34,0	39,1	10,3	10,9
Outros ^{1/}	6,7	7,7	0,1	0,1	6,7	7,6

Fonte: Ministério da Economia

1/ Referem-se a operações não classificadas regionalmente.

Tabela 6.11 – IPCA

Discriminação	Peso	%				
		2017 Ano	2018 II Tri III Tri IV Tri			Ano
IPCA						
Brasil	100,0	2,95	1,89	0,72	0,39	3,75
Norte	4,7	1,12	1,34	0,05	1,02	3,13
Nordeste	15,9	2,56	2,30	0,10	0,57	3,41
Centro-Oeste	7,9	3,45	1,86	0,64	0,48	3,08
Sudeste	55,4	3,16	1,68	1,00	0,28	3,89
Sul	16,2	2,96	2,35	0,58	0,36	4,02
Livres						
Brasil		1,35	0,99	0,28	1,01	2,91
Norte		-0,66	0,50	-0,64	1,32	1,88
Nordeste		0,65	1,38	-0,18	1,28	2,82
Centro-Oeste		1,20	0,93	0,37	1,29	2,95
Sudeste		1,86	0,81	0,52	0,85	2,89
Sul		3,91	3,14	0,78	0,48	5,39
Monitorados						
Brasil		7,99	4,52	1,98	-1,35	6,18
Norte		7,69	4,20	2,33	0,08	7,36
Nordeste		9,36	5,28	0,97	-1,62	5,30
Centro-Oeste		10,41	4,52	1,40	-1,74	3,46
Sudeste		7,03	4,12	2,33	-1,24	6,74
Sul		9,17	5,37	1,98	-1,64	6,28

Fontes: IBGE e BCB

retração expressiva na fabricação de veículos no trimestre.

Indicando a melhora no ambiente de negócios, o Ipei da CNI totalizou 60,2 pontos no quarto trimestre, 8,1 pontos acima do assinalado no terceiro. Observou-se evolução significativa dos componentes nos últimos dois meses de 2018, inclusive dos relativos às condições atuais, que passaram para a zona de otimismo (acima de 50 pontos). Na edição de agosto deste Boletim, a percepção dos industriais do Sudeste situara-se abaixo da linha de confiança, enquanto que os dados mais recentes mostram convergência das avaliações em todas as regiões, em patamares que variaram de 64,2 pontos a 66,3 pontos.

O comércio externo registrou redução do elevado *superavit* em 2018, refletindo o aumento das importações acima das exportações – incluindo as plataformas para exploração de petróleo no âmbito do Regime Aduaneiro Especial de Exportação e Importação de Bens destinados às Atividades de Pesquisa e de Lavra das Jazidas de Petróleo e de Gás Natural (Repetro) – resultado consistente com a recuperação da atividade econômica. Esse comportamento foi observado em todas as regiões, com exceção do Centro-Oeste, cuja balança comercial, fortemente superavitária, destacou as remessas de soja, celulose, farelo de soja e carnes de bovino. Observe-se que o Centro-Oeste compôs a maior parcela do saldo comercial no ano, acima do Sudeste, região que respondeu por 50,8% da corrente de comércio em 2018, com forte elevação das importações, especialmente de bens de capital, sobretudo plataformas de perfuração/exploração de petróleo, e de intermediários, em linha com a relativa melhora da atividade industrial.

A inflação, medida pela variação do IPCA, manteve a trajetória de desaceleração na passagem do terceiro para o quarto trimestre de 2018. A evolução favorável dos preços foi disseminada no Sudeste, Sul e Centro-Oeste, com destaque para a primeira região, onde a evolução do IPCA repercutiu a desaceleração mais intensa de preços monitorados. As regiões Norte e o Nordeste registraram aceleração dos preços no quarto trimestre, comparativamente ao anterior, influenciada pela reversão na evolução dos preços livres, que haviam recuado no período anterior.

O menor ritmo de reajustes do IPCA em nível nacional refletiu, no período, a deflação dos preços monitorados em todas as regiões à exceção do

Norte, que destacou a alta em gás de botijão. O comportamento dos monitorados foi influenciado, sobretudo, pela mudança da bandeira tarifária da conta de energia elétrica e pelo repasse parcial ao consumidor da queda do preço da gasolina nas refinarias. Por outro lado, os preços livres registraram maior ritmo de crescimento em todas as regiões, pressionados principalmente pelos custos de alimentação no domicílio.

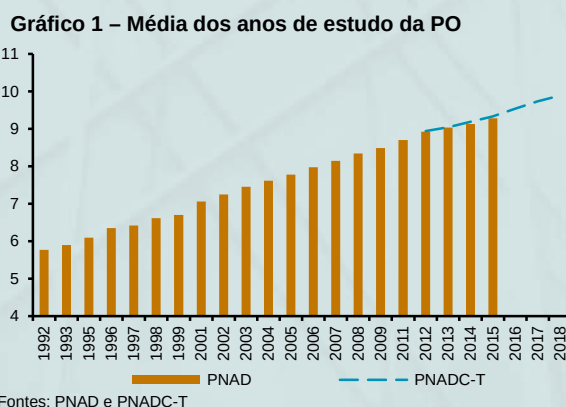
Em 2018, a variação do IPCA situou-se, tanto em nível nacional como em todas as regiões do país, abaixo da meta de inflação (4,5%). Houve aumento em comparação a 2017 (3,75% ante 2,95%), em razão da aceleração dos preços livres, cujos impactos superaram os da desaceleração nos monitorados. Em termos regionais, com exceção do Centro-Oeste, observou-se crescimento do IPCA no ano. Todas as regiões apresentaram aumento na variação dos preços livres – em boa parte, pela reversão na trajetória de preços de alimentação no domicílio – e redução na variação dos preços monitorados, sobretudo no Centro-Oeste, justificando a desaceleração regional do índice.

A atividade econômica nas diversas regiões mostrou recuperação gradual, em ritmo mais lento do que o projetado no início de 2018. Para 2019, o avanço expressivo dos indicadores de confiança dos empresários da indústria e do comércio, em conjunto com a recuperação do mercado de crédito, reforçam as perspectivas favoráveis para a atividade, com efeitos positivos sobre o mercado de trabalho. Por outro lado, incertezas quanto ao ritmo da continuidade das reformas e ajustes necessários na economia, associadas a eventual deterioração do cenário externo, seguem como principais fatores de risco para o processo sustentado de crescimento das economias regionais.

Escolaridade e rendimentos do trabalho

Evidências empíricas sustentam que o aumento da escolaridade contribui para elevar a produtividade da economia e, considerando a perspectiva individual, facilita o acesso a melhores oportunidades de trabalho e maiores rendimentos. O presente *boxe* analisa a evolução de alguns indicadores de educação no país e regiões, com ênfase no efeito sobre os rendimentos do trabalho¹.

De 1992 a 2018 a média dos anos de estudo da população ocupada (PO) no Brasil passou de 5,8 para 9,9, de acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio (PNAD) e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Trimestral (PNADC-T), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (Gráfico 1).²



Regionalmente observa-se, no período analisado, redução na dispersão da medida de anos de estudo entre as unidades da federação. No Nordeste, região em que o indicador é mais baixo, esse indicador cresceu, passando de 4,2 para 9 anos. O Sudeste permanece como a região em que o tempo de estudo é maior, alcançando 10,4 anos em 2018.³ No país, a comparação entre regiões metropolitanas⁴ e não metropolitanas também evidencia maior homogeneidade em 2018, comparativamente a 1992, sobressaindo a expansão de 5,1 para 9,4 anos nas regiões não metropolitanas (7,1 para 10,9 anos nas metropolitanas).

A evolução da composição da PO por grau de instrução⁵ evidencia ganho de participação dos dois grupos de maior nível na escala da escolaridade – sobretudo os com nível superior, que passaram de 15% da PO

1/ O *boxe* “Condicionantes da evolução do rendimento do trabalho” na edição de dezembro de 2018 do Relatório de Inflação decompõe a variação dos rendimentos em quatro tipos de abertura, sendo um deles por nível de escolaridade. O resultado evidencia que a redistribuição do contingente de ocupados entre os grupos de níveis de escolaridade foi o principal responsável pelo ganho de renda nos últimos seis anos.

2/ A PNAD não foi realizada em 1994, 2000 e 2010, encerrando-se em 2015. Considerando que a área rural da região Norte foi adicionada à PNAD em 2004, excluíram-se os dados dessa área para manter uniformidade em todo o período analisado nessa pesquisa. A PNADC-T iniciou em 2012 e foram utilizadas informações relativas ao terceiro trimestre, visto que a PNAD tem como base o mês de setembro de cada ano.

3/ A média não ponderada do valor absoluto do desvio do indicador das unidades da federação em relação ao país passou de 0,97 em 1992 para 0,90 em 2005 e 0,63 em 2018.

4/ Correspondentes às regiões metropolitanas de Belém, Recife, Fortaleza, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba, Porto Alegre e Brasília.

5/ Foram considerados os cinco grupos que compõem a organização do sistema educacional brasileiro: (i) sem instrução; (ii) fundamental incompleto; (iii) fundamental completo e médio incompleto; (iv) médio completo e superior incompleto; e (v) superior completo.

Figura 1 – Anos de estudo da PO

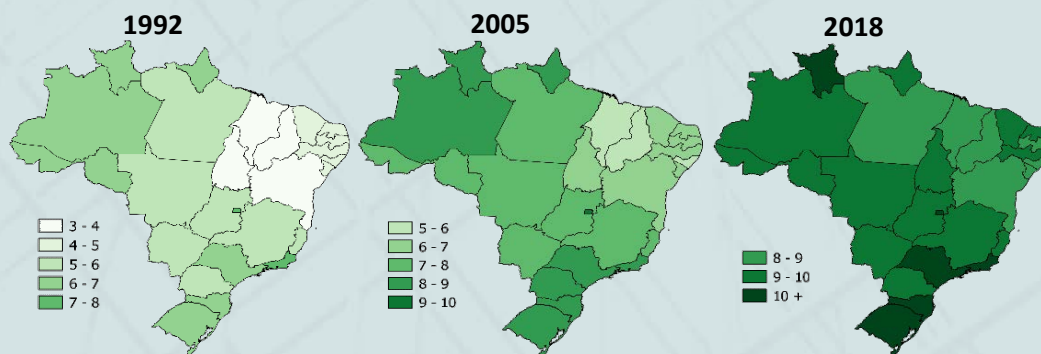


Gráfico 2 – Grau de instrução da PO

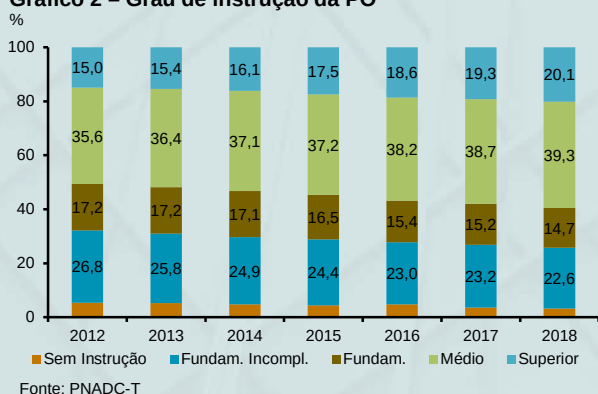
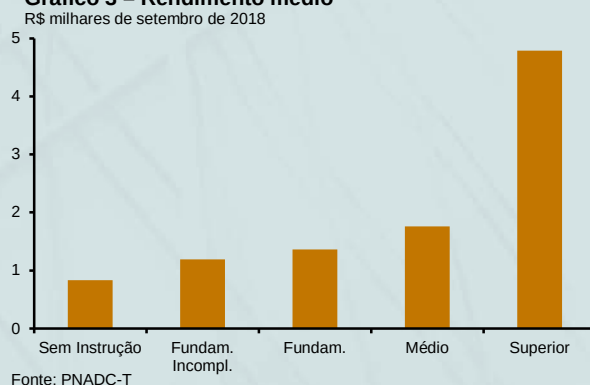


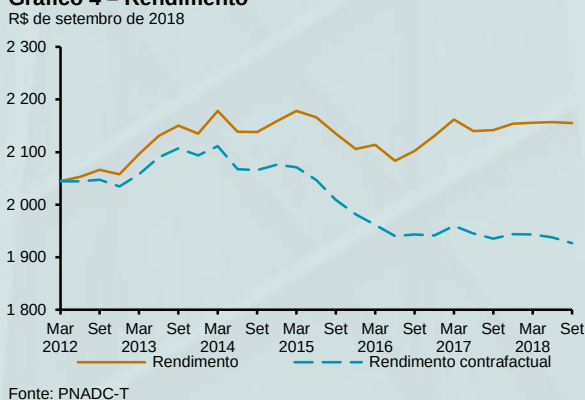
Gráfico 3 – Rendimento médio



em 2012 para os atuais 20,1% – com diminuição nos grupos daqueles que têm ensino fundamental e médio incompleto (Gráfico 2). No que se refere à relação entre grau de instrução e rendimentos do trabalho, observa-se que é positiva e não linear (Gráfico 3). Os ganhos pela conclusão dos níveis educacionais – fundamental, médio e superior – são crescentes, sobressaindo o do nível superior⁶.

Em princípio, o impacto da maior escolaridade no rendimento médio pode ser visto por intermédio de exercício que simula qual seria o rendimento caso a participação na PO por grau de instrução, observada no início da série, ficasse constante em todo o período (contrafactual). Dessa forma, a diferença entre o rendimento observado e o resultante do contrafactual, que alcança cerca de 12% no trimestre encerrado

Gráfico 4 – Rendimento



6/ A publicação "Education at a Glance 2018", da OCDE, com dados relativos a 2017, faz um comparativo internacional do prêmio salarial por se concluir o nível superior, constatando que o indicador no Brasil (aproximadamente 150% maior que o rendimento dos que têm nível médio) é o mais elevado entre os 38 países da amostra – sendo 34 da OCDE e quatro parceiros. Segundo o documento, ganhos mais substanciais costumam ocorrer nos países em que a participação de trabalhadores com nível superior na PO é menor.

em setembro de 2018, conforme dados da PNADC-T, corrobora a relação entre ganhos de rendimento e maiores níveis de instrução (Gráfico 4)⁷.

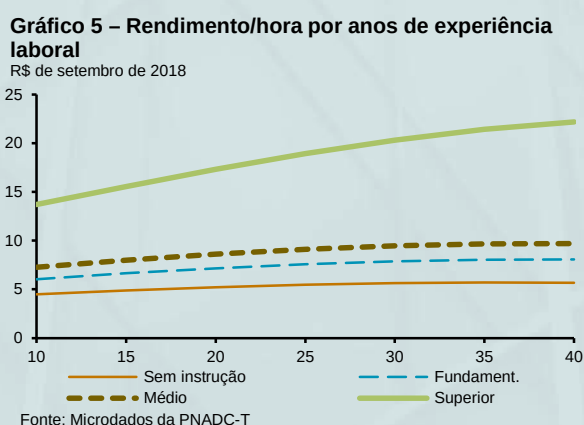
Contudo, a comparação direta dos rendimentos médios por grau de instrução deve ser feita com cautela, visto que não é apenas pelo nível educacional que os grupos se distinguem. Outros atributos – como anos de experiência laboral, total de horas trabalhadas, atividade, localização, vínculo formal/informal – também podem ter impacto nos rendimentos.

Estimou-se, em sequência, com microdados da PNADC-T relativos ao terceiro trimestre de 2018, regressão do *log* do rendimento/hora em relação ao grau de instrução e experiência, além de variáveis de controle⁸:

$$\ln(y_i) = \alpha + \sum_{n=1}^4 \beta_n GI_{i,n} + \gamma EXP_i + \theta EXP_i^2 + \sum_{n=1}^4 \omega_n EXP_{i,n} GI_{i,n} + \sum_j \phi_j X_{i,j} + \epsilon_i$$

onde y_i é o rendimento médio por hora, GI é o grau de instrução (a referência é o grupo sem instrução), EXP são os anos de experiência – tradicionalmente definido pela idade do indivíduo menos os anos de estudo menos seis (quando a educação passa a ser obrigatória) – X são os controles e ϵ é o termo de erro.

Os resultados obtidos dessa estimação (Gráfico 5) estão de acordo com o esperado⁹ e com a literatura especializada. Em média, o nível fundamental adiciona 38% ao rendimento/hora, o médio 66% e o superior 243%, em relação a um trabalhador sem instrução. A diferença entre dois níveis subsequentes pode ser interpretada como vantagem pelo grau de instrução; o nível médio acrescenta 20% e o superior cerca de 107%. Tais resultados corroboram o impacto positivo do avanço da escolaridade nos salários observado nos últimos anos.



É interessante observar que o tempo de experiência – que faz aumentar o rendimento para todos os níveis de escolaridade – tem maior efeito sobre o nível superior, na medida em que facilita as progressões na carreira e/ou o acesso a melhores oportunidades. Cada ano de experiência adiciona, em média, cerca de 1,7% ao rendimento/hora dos ocupados com nível superior ante 1,0% aos demais.

Por fim, destaca-se a expressiva evolução da escolaridade quando se comparam gerações (coortes), conforme Gráfico 6. Dos nascidos no quinquênio 1970-1974, quando tinham de 20 a 24 anos, 1,8% havia concluído o nível superior, avançando, nas gerações subsequentes, até atingir 6,6% nos nascidos entre 1990-1994, nessa

7/ Esse resultado está de acordo com o do *boxe* “Rendimentos e mudanças qualitativas no mercado de trabalho” da edição de Abril de 2018 deste Boletim Regional.

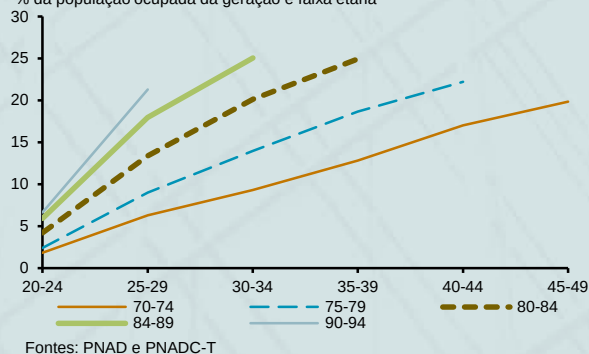
8/ São elas: gênero, raça/cor, grupamento de atividade (são doze no total, incluindo agricultura, indústria geral, construção civil, comércio, entre outras), unidade da federação, região metropolitana, posição na ocupação e categoria (trabalhador com carteira e sem carteira dos setores privado, público e doméstico; militar e estatutário, empregador e conta própria). O controle por atributos observáveis, entretanto, não elimina a possibilidade de que características não observáveis estejam afetando a decisão de trabalhar, o que enviesaria os resultados.

9/ O viés de seleção foi corrigido pelo método de Heckman e os coeficientes foram estimados por máxima verossimilhança.

Gráfico 6 – Nível superior concluído

Geração e faixa etária

% da população ocupada da geração e faixa etária



mesma faixa etária. Além de partir de um patamar mais alto, o ritmo com que gerações mais novas agregam graduados, com a passagem do tempo, é maior.

Ressalte-se que a escolaridade de uma geração tem impacto de longo prazo, em gerações futuras, considerando que filhos de pais mais escolarizados têm mais chance de terem níveis educacionais mais elevados, de acordo com a literatura.

Em síntese, este *boxe* analisa o comportamento de indicadores de educação, assinalando avanços no grau de escolaridade populacional, quando considerados dados desde 1992 – e redução das diferenças regionais. Essa evolução repercutiu em maiores salários, impacto que tende a prosseguir, sobretudo pela maior participação do nível superior na PO, em especial nas gerações mais jovens.

O mercado de crédito por microrregião

A percepção de melhora do cenário econômico doméstico e a redução no custo dos financiamentos, em ambiente de recuperação gradual da atividade econômica e de taxa básica de juros em mínimo histórico, favoreceram a retomada da expansão do crédito bancário no país a partir do primeiro trimestre de 2018, principalmente no segmento de pessoas físicas. Este box busca detalhar, do ponto de vista regional, a evolução recente do crédito nas microrregiões¹, tanto no segmento de pessoas físicas como no de pessoas jurídicas.

O período de expansão do crédito no país, iniciado em meados dos anos 2000, registrou o nível mais elevado em dezembro de 2015, quando atingiu 53,7% do PIB (Gráfico 1), sendo interrompido no início de 2016 em meio ao ciclo recessivo do biênio 2015/2016. Nesse ano, a carteira de empréstimos do Sistema Financeiro Nacional (SFN)² recuou 3,1%, com contração de 8,9% no setor corporativo e expansão de apenas 3,4% no financiamento às famílias (Gráfico 2).

A conjuntura econômica mais favorável a partir de 2017 refletiu-se em melhora gradual nas condições de crédito, principalmente no segmento de pessoas físicas, cujos empréstimos alcançaram variação interanual de 8,5% em novembro de 2018. O crédito do SFN às empresas diminuiu o ritmo de contração ao longo de 2018, alcançou estabilidade em novembro e apresenta expectativa de crescimento nos próximos meses. No caso das empresas, deve-se ressaltar as evidências de migração para fontes de financiamento fora do SFN, em especial, do mercado de capitais e do mercado externo.³

Gráfico 1 – Crédito / PIB

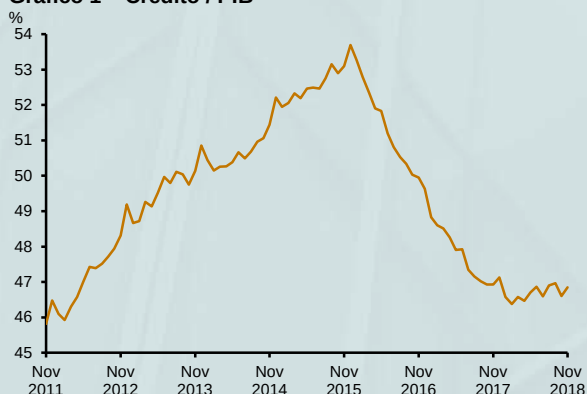
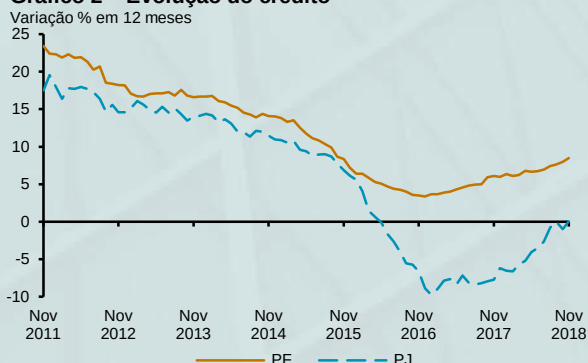


Gráfico 2 – Evolução do crédito^{1/}



1/ Operações com valor igual ou superior a R\$1 mil.

Em termos regionais, o crédito bancário registrou maior crescimento no período mais recente nas regiões Centro-Oeste e Sul (Tabela 1), com variações no período de doze meses encerrado em novembro de 8,7% e 7,6%, respectivamente, impulsionado principalmente pelo financiamento ao agronegócio. No Centro-Oeste, o estado de Mato Grosso se destacou por registrar a maior expansão de crédito no país (16,6%), enquanto o Distrito Federal apresentou aumento de 1,8% (Figura 1). No Sul o comportamento do crédito entre os

1/ Esse box detalha a distribuição do crédito no nível de microrregião, que permite conhecimento mais detalhado dos financiamentos dentro da região e com maior qualidade que os dados mais desagregados por município. No país, há 558 microrregiões e 5.570 municípios.

2/ Considerando operações com valor superior a R\$1 mil. As variações nos saldos citadas neste box são em termos nominais.

3/ Essa possível migração para outras fontes de financiamento foi analisada em boxes do Relatório de Inflação: Financiamento junto ao mercado de capitais e ao setor externo e estoque de endividamento das empresas, em março de 2018; Financiamento amplo das empresas, em junho de 2018; e Custo do financiamento às pessoas jurídicas, em setembro de 2018.

estados foi mais homogêneo, com variações entre 7,3% (Paraná) e 8,1% (Santa Catarina). Na região Norte observou-se elevação de 6,9% no volume dos financiamentos, com acréscimos mais acentuados em Rondônia (12,3%), também impulsionado pelo crédito rural, Acre (7,3%) e Pará (7,3%). O crédito no Nordeste, por sua vez, cresceu 5,1%, impulsionado pelas operações com pessoas físicas. O Sudeste, que concentra 52% dos financiamentos do SFN, registrou crescimento de 2,3%, repercutindo os impactos da contração de 2,3% no segmento de pessoas jurídicas e da menor expansão entre as pessoas físicas (7,7%).

Figura 1 – Crédito total por unidade da federação
Variação % em 12 meses – Novembro de 2018

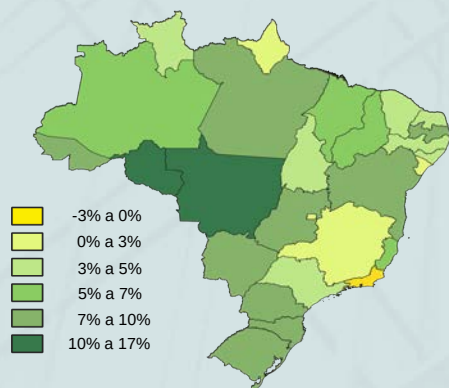


Tabela 1 – Operações de crédito do SFN^{1/}
Novembro de 2018

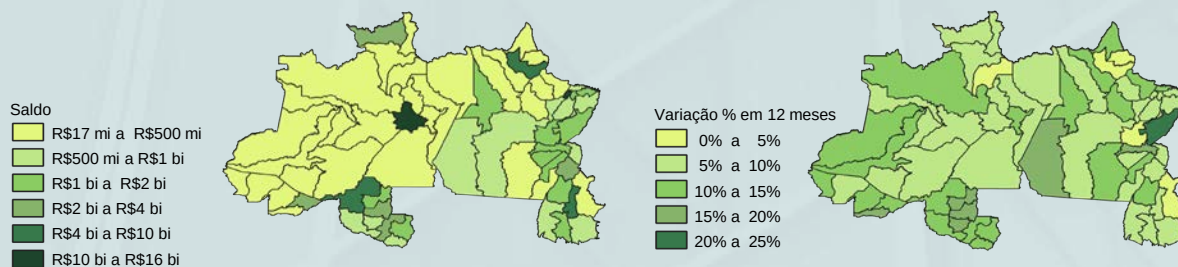
Região	Saldo R\$ bilhões			Distribuição %			Variação % 12 meses		
	PJ	PF	Total	PJ	PF	Total	PJ	PF	Total
Brasil	1 404	1 755	3 160	100,0	100,0	100,0	0,0	8,5	4,6
N	40	86	126	2,9	4,9	4,0	1,4	9,6	6,9
NE	139	280	419	9,9	16,0	13,3	-1,9	9,0	5,1
CO	135	230	365	9,6	13,1	11,5	5,4	10,6	8,7
SE	847	803	1 650	60,3	45,7	52,2	-2,3	7,7	2,3
S	244	356	600	17,4	20,3	19,0	6,7	8,3	7,6

1/ Operações com saldo superior a R\$1 mil.

Na região Norte, 57% do saldo de empréstimos às pessoas físicas se concentravam, em novembro, no entorno das capitais (Figura 2), com destaque para as microrregiões de Belém e Manaus⁴, com saldos de R\$15,7 bilhões e R\$12,8 bilhões, respectivamente, principalmente nas modalidades de crédito consignado e financiamentos imobiliários. As demais capitais apresentam volume de financiamento entre R\$3,2 bilhões e R\$5,5 bilhões, concentrados em operações de crédito consignado e crédito rural. No interior se destacam Araguaína/TO, Cacoal/RO e Ji-Paraná/RO, com empréstimos entre R\$2,1 bilhões e R\$3,1 bilhões, sobressaindo as operações de crédito rural.

No período de doze meses encerrado em novembro observou-se crescimento em todas as microrregiões do Norte, com destaque para Paragominas/PA, com expansão de 20,3%, Ariquemes/RO, Itaituba/PA, Alvorada D'Oeste/RO e Brasileia/AC, todas com variações de aproximadamente 16%. No entorno das capitais o aumento situou-se em 8,7%.

Figura 2 – Crédito a pessoas físicas – Região Norte
Novembro de 2018



O crédito às pessoas jurídicas na região Norte é ainda mais concentrado nos arredores das capitais (Figura 3), que detêm cerca de 75% do saldo de crédito da região.⁵ Manaus e Belém apresentam volumes de R\$9,6 bilhões e R\$9,0 bilhões, respectivamente, enquanto os empréstimos no entorno das demais capitais situam-se

4/ No restante do texto, serão sempre consideradas as microrregiões, mesmo que o prefixo não seja explicitamente mencionado.

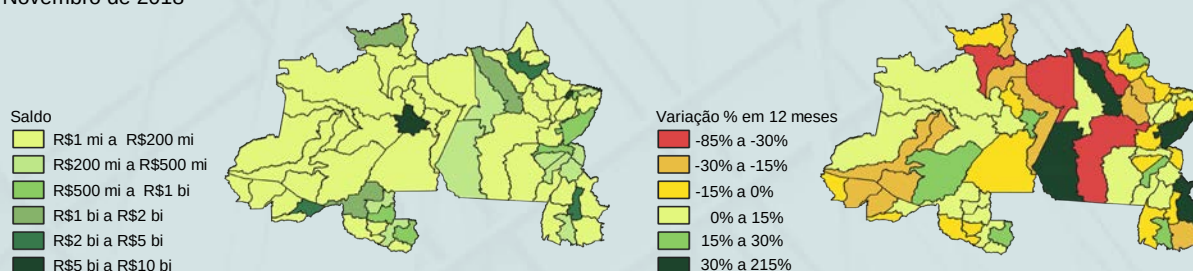
5/ O fato do crédito ter sido alocado em determinada localidade não significa, necessariamente, que os recursos foram investidos naquela região. No segmento de crédito a pessoas jurídicas, em especial no que se refere às grandes empresas, observa-se concentração de crédito nas sedes das empresas, localizadas via de regra nas capitais dos estados.

entre R\$1,5 bilhão a R\$3,3 bilhões. No interior destacam-se, com volumes de crédito entre R\$826 milhões e R\$1,0 bilhão, Almeirim/PA, onde foi implementado no final da década 1960 o projeto Jari, para exploração de celulose; Marabá/PA, região relacionada com a exploração de minério de ferro; e Ji-Paraná/RO, localidade com concentração em operações com indústrias de alimentos e comércio.

A evolução recente do crédito às empresas na região é mais heterogênea do que às famílias, sendo que apenas 31 das 64 microrregiões apresentaram crescimento nos últimos doze meses, com destaque para as paraenses Almeirim, Paragominas (empresas de apoio à produção agrícola) e Itaituba (empresa de navegação); e Manaus, no Amazonas, onde há maior presença da indústria de transformação. No Tocantins, destaca-se a microrregião de Jalapão, refletindo a expansão do setor agropecuário.

Figura 3 – Crédito a pessoas jurídicas – Região Norte

Novembro de 2018

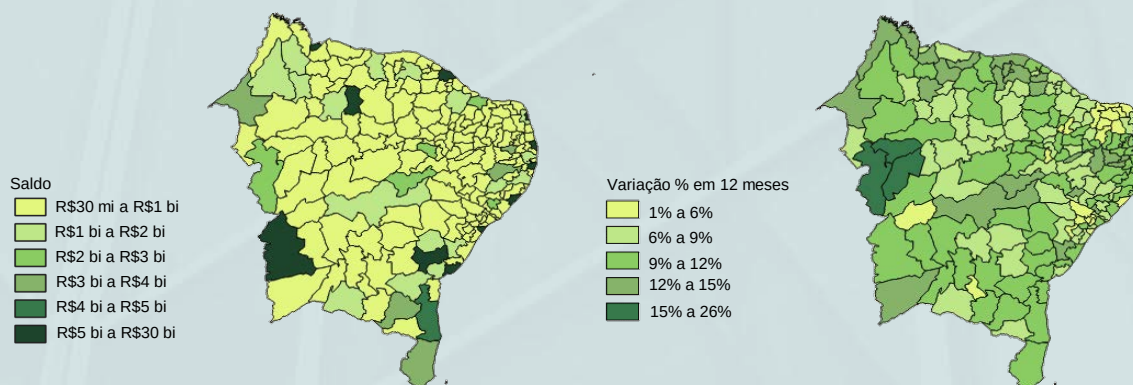


No Nordeste a concentração do crédito às pessoas físicas nas capitais alcançou 52,1%, com destaque para Fortaleza, Recife e Salvador, que responderam por 28,9% do endividamento. Em seguida, sobressaem regiões ligadas a *clusters* produtivos, como a fronteira agrícola do Matopiba (confluência de Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia), notoriamente Barreiras/BA, que detém o maior saldo de crédito às pessoas físicas, fora das capitais. Também se destacam as áreas do Recôncavo e Sul baianos (Feira de Santana, eixo Ilhéus - Itabuna, Porto Seguro e Vitória da Conquista); e Campina Grande/PB, Caruaru/PE, conurbação Petrolina/PE - Juazeiro/BA, Mossoró/RN, Juazeiro do Norte/CE e Arapiraca/AL (Figura 4).

Em doze meses até novembro, o crédito às pessoas físicas no Nordeste expandiu 9%, com maiores contribuições decorrentes das carteiras de crédito consignado, financiamento imobiliário e operações de cartão de crédito à vista (sem juros). As microrregiões de Gerais de Balsas, Chapadas das Mangabeiras (sul do Maranhão) e Alto Parnaíba (sudoeste do Piauí) cresceram acima de 20%, resultado condizente com a expansão agrícola na região do Matopiba.

Figura 4 – Crédito a pessoas físicas – Região Nordeste

Novembro de 2018

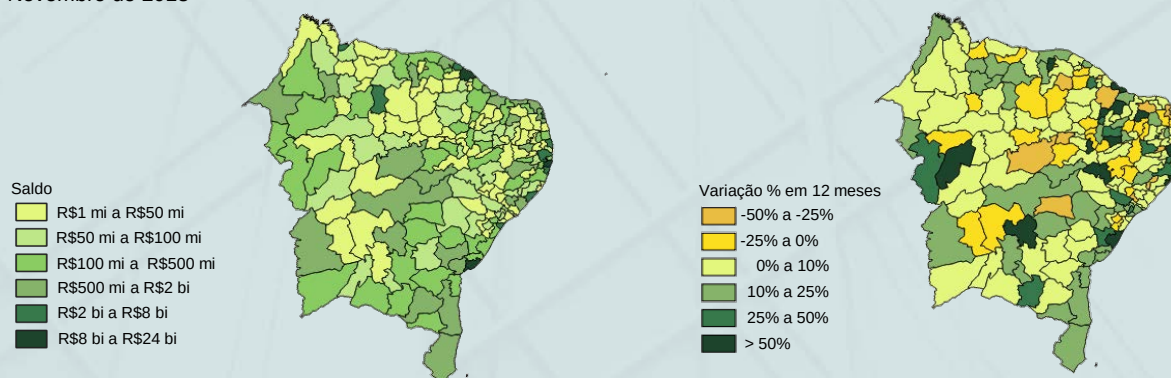


Considerado o crédito corporativo concedido no Nordeste, a distribuição geográfica das maiores carteiras concentra-se não apenas nas capitais (63,5%), mas também nas áreas industriais dos portos de Suape/PE e Pecém/CE, bem como na Zona da Mata Norte em Pernambuco, local de instalação de polo automotivo (Goiana).

No período de doze meses até novembro, o volume de crédito às empresas diminuiu 1,9%, com quedas mais acentuadas em Sergipe (9,2%), Maranhão (7,4%), Paraíba (6,8%), Pernambuco (5,5%) e Alagoas (4,8%). Esse comportamento refletiu, notadamente, a redução nos financiamentos de crédito direcionado, principalmente os originados com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), e de capital de giro. Em sentido oposto, houve expansão dos empréstimos em cerca de um terço das 188 microrregiões, com destaque para o aumento nos estoques de operações na Mata Setentrional Pernambucana (consolidação do complexo automotivo), e nas regiões de Salvador/BA, Irecê/BA e Teresina/PI (Figura 5).

Figura 5 – Crédito a pessoas jurídicas – Região Nordeste

Novembro de 2018

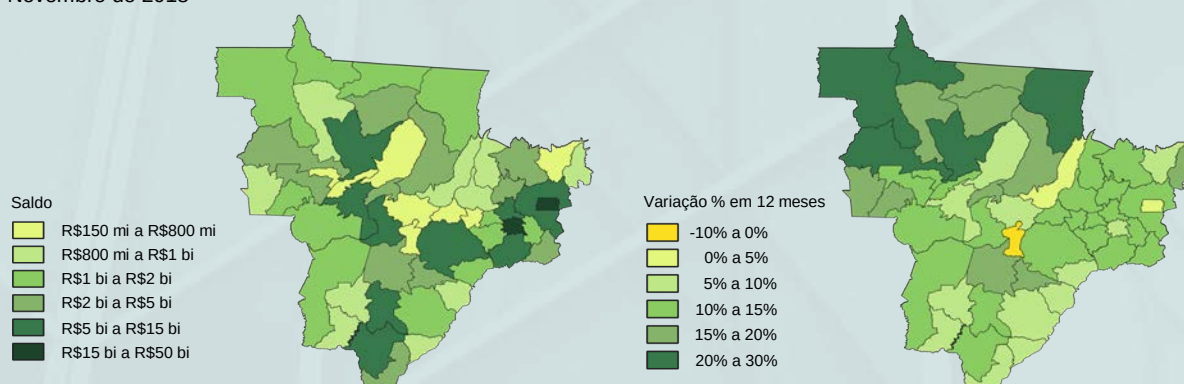


No Centro-Oeste, o mercado de crédito às pessoas físicas também se concentra nas capitais (Figura 6). Brasília e Goiânia detêm volumes de crédito superiores a R\$30 bilhões e Campo Grande e Cuiabá de aproximadamente R\$14 bilhões. O saldo de crédito nessas localidades corresponde a 48% dos empréstimos às famílias na região e concentra-se nas modalidades de financiamento imobiliário, crédito consignado e financiamento de veículo. No interior se destacam – com volumes de crédito entre R\$9,5 e R\$12,3 bilhões e concentração em crédito rural –, o sudoeste e o entorno de Brasília, em Goiás; o Alto Teles Pires no Mato Grosso; e a região de Dourados no Mato Grosso do Sul.

A expansão do crédito a pessoas físicas na região atingiu 10,6% em novembro de 2018, com elevação de 7,0% nas capitais, que repercutiu o desempenho das modalidades de financiamento de veículo, crédito pessoal e crédito consignado. As microrregiões que apresentaram as maiores taxas de crescimento foram Parecis, Aripuanã, Norte Araguaia, Alto Teles Pires e Alta Floresta, todas no Mato Grosso, com variações entre 22% e 28%, impulsionadas pelo crédito rural e financiamentos à exportação.

Figura 6 – Crédito a pessoas físicas – Região Centro-Oeste

Novembro de 2018



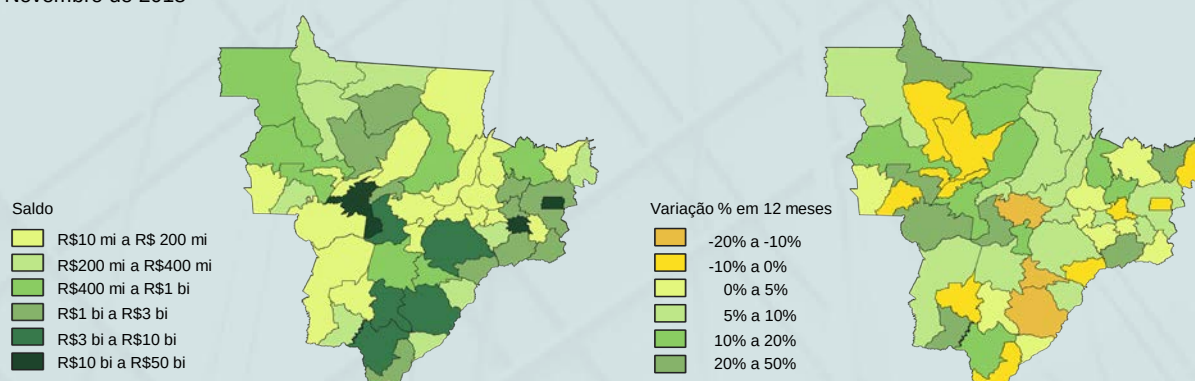
O perfil do financiamento às empresas no Centro-Oeste mostra concentração de créditos nas capitais ainda maior à observada no segmento de pessoas físicas, 65% em novembro, totalizando R\$88,0 bilhões, com peso mais acentuado para Brasília, por sediar empresas estatais (Figura 7). Destaque-se, adicionalmente,

Rondonópolis/MT, com 7,1% do crédito corporativo da região, Dourados/MS, Três Lagoas/MS, e o Sudoeste de Goiás, com participações individuais de aproximadamente 2,5%.

A evolução do crédito no SFN às pessoas jurídicas na região voltou a registrar crescimento após contrações em 2016 e 2017, alcançando variação de 5,4% no período de doze meses encerrado em novembro. Destaca-se a expansão nos financiamentos às empresas sediadas no entorno de Rondonópolis, decorrente de investimentos em estrutura de logística e na ligação ferroviária entre Rondonópolis/MT e Sorriso/MT; Cuiabá/MT (empresas de agronegócio e de comércio exterior); Goiânia/GO (empresas de agronegócio e governo do estado) e Meia Ponte/GO (empresas de agronegócio).

Figura 7 – Crédito a pessoas jurídicas – Região Centro-Oeste

Novembro de 2018

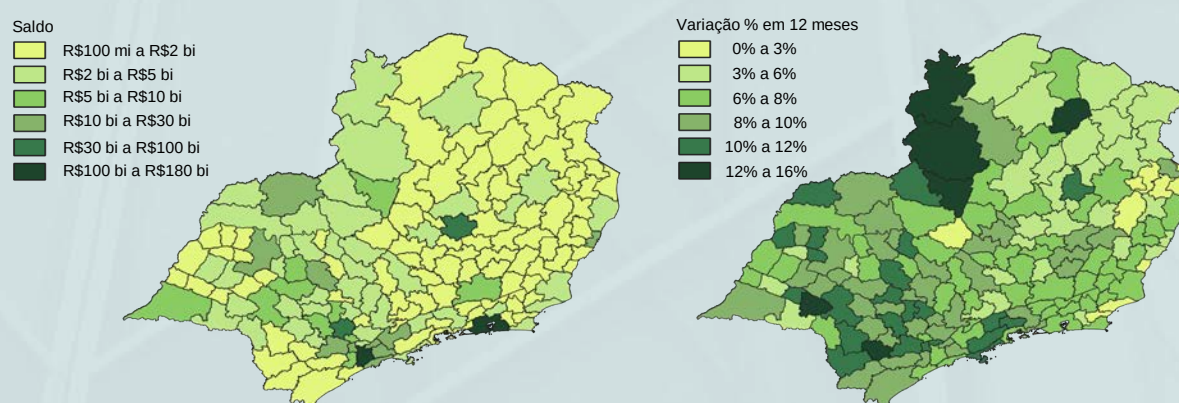


No Sudeste, o volume de crédito às famílias no entorno de suas capitais corresponde a 43% do saldo contratado na região (Figura 8), com maior participação das modalidades de financiamento habitacional e crédito consignado. No interior se destaca a concentração de crédito em grandes centros regionais, localizados principalmente em São Paulo, como os arredores de Campinas, Osasco, São José dos Campos, Ribeirão Preto, Santos e Sorocaba, assim como Uberlândia, em Minas Gerais.

No período analisado, ressaltou-se o aumento, em torno de 15%, no saldo das operações de crédito nas regiões de Unaí e Patos de Minas, em Minas Gerais, e Itapetininga, em São Paulo, impulsionados pelo crédito rural nas localidades mineiras e pelo financiamento imobiliário na microrregião paulista.

Figura 8 – Crédito a pessoas físicas – Região Sudeste

Novembro de 2018



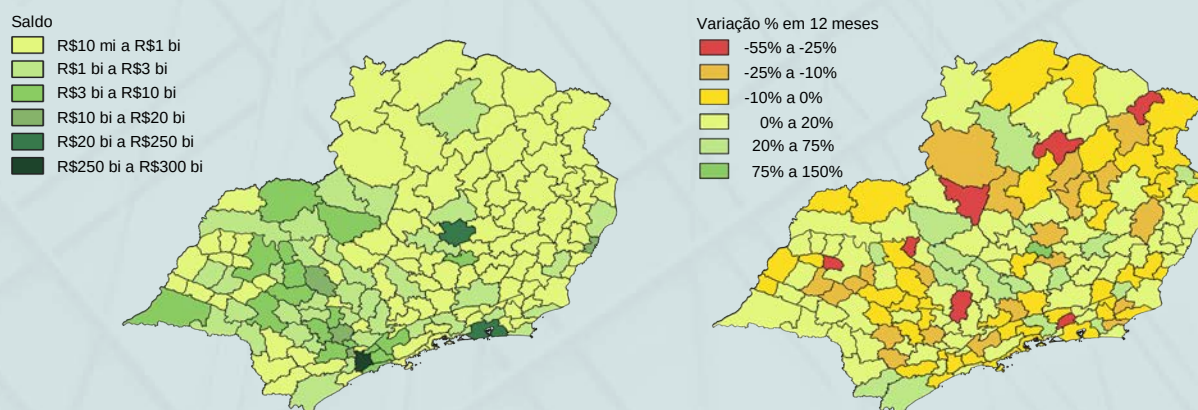
O crédito para pessoas jurídicas no Sudeste, tal como na maioria das demais regiões do país, mostra-se mais concentrado no entorno das capitais (Figura 9), registrando volume agregado equivalente a 71% dos empréstimos às empresas. Fora do eixo das capitais, ênfase para os volumes de financiamentos corporativos nas microrregiões paulistas de Campinas, Osasco, Ribeirão Preto, Guarulhos e Santos, centros que abrigam

polos industriais e de serviços complexos; em Minas Gerais, nas localidades de Uberlândia, Conselheiro Lafaiete e Araxá; e no Rio de Janeiro, no Vale do Paraíba Fluminense.

Não obstante a região como um todo ter apresentado contração de 2,3%, houve elevação do crédito em 54% das microrregiões, com destaque para Barretos/SP (indústria de processamento de carnes), Itaguara/MG (indústria metalúrgica), Vitória/ES (empresas de logística, comércio exterior e distribuição de energia elétrica) e Santos/SP (empresas de comércio exterior e de serviços à indústria de óleo e gás). Por outro lado, as microrregiões de São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte apresentaram variações respectivas de -0,4%, -7,7% e -10,7%, nas mesmas bases comparativas.

Figura 9 – Crédito a pessoas jurídicas – Região Sudeste

Novembro de 2018

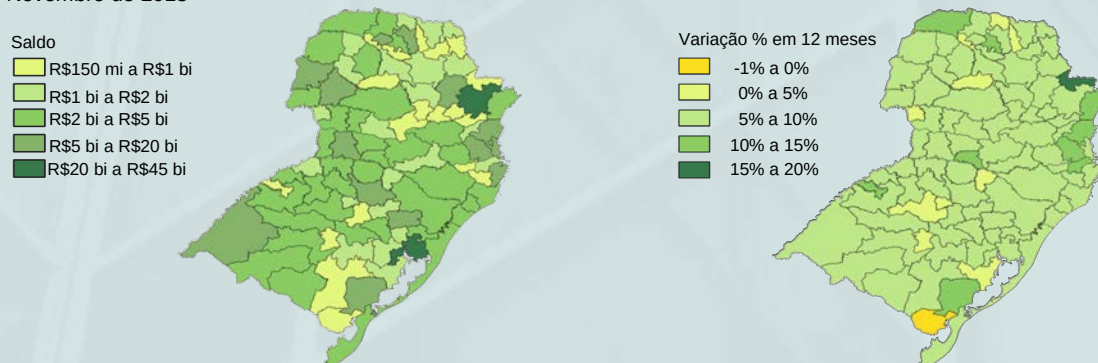


O crédito às pessoas físicas na região Sul está distribuído de forma mais homogênea, com a maioria das microrregiões apresentando saldos entre dois e vinte bilhões de reais (Figura 10). A concentração de crédito no entorno das capitais corresponde a 29% do montante concedido no Sul, principalmente em operações de financiamento imobiliário, crédito consignado e financiamento de veículos. O maior volume de crédito no interior está relacionado ao fornecimento de crédito rural, dadas as características da região⁶, além de parque industrial diversificado e distribuído geograficamente. Nesse sentido, ressaltam-se os volumes de crédito concedidos em Londrina, Maringá e Toledo, no Paraná; Blumenau, Joinville e Itajaí, em Santa Catarina; e Caxias do Sul, no Rio Grande do Sul – localidades com saldo de crédito entre sete e dez bilhões de reais.

No intervalo de doze meses encerrado em novembro, observou-se expansão do crédito em todas as microrregiões, à exceção de Jaguarão/RS, cujo saldo de empréstimos recuou 1%. Paranaguá/PR, Pelotas/RS, Joinville/SC e Concordia/SC apresentaram taxas de expansão superiores a 11%, ao passo que Cerro Azul/PR expandiu 16% no período.

Figura 10 – Crédito a pessoas físicas – Região Sul

Novembro de 2018



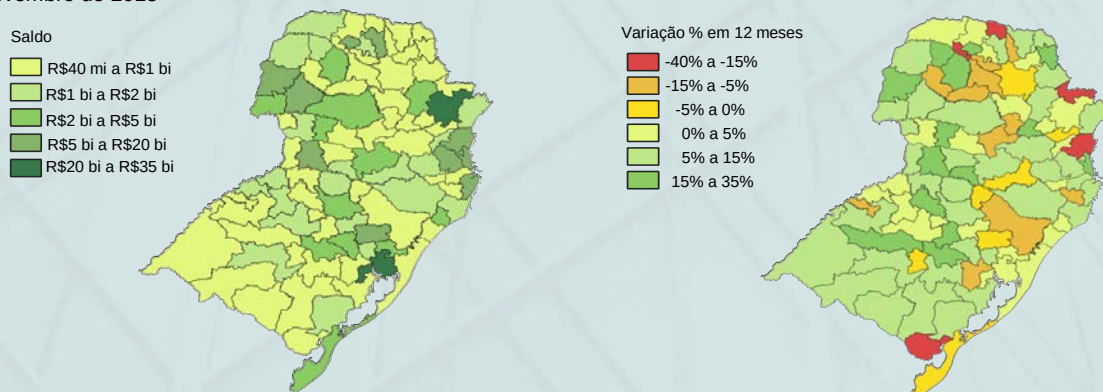
6/ No Paraná, por exemplo, o setor é responsável por aproximadamente 9% do PIB estadual. Ver Boxe sobre a Economia Paranaense, Boletim Regional de Julho/2018.

Em relação ao crédito às empresas, as capitais do Sul, quando comparadas com as de outras regiões do país, apresentam menor concentração do saldo das operações na região (34%), repetindo a característica observada no segmento de pessoas físicas dessa mesma região (Figura 11). Adicionalmente, destaque-se o volume de financiamentos às empresas da região portuária de Itajaí/SC; das áreas industriais de Chapecó/SC, Joinville/SC, Blumenau/SC e Caxias do Sul/RS; e de polos agropecuários paranaenses (Maringá, Londrina, Toledo e Cascavel).

A variação média do crédito a pessoas jurídicas no Sul situou-se em 6,7% no período de doze meses encerrado em novembro, sendo que 76% das localidades apresentaram expansão, ressaltando-se a evolução do crédito em Chapecó, Toledo, Itajaí, Maringá e Florianópolis, que apresentaram, em conjunto, crescimento de 13,4%, especialmente em operações de financiamento a exportações e financiamentos agroindustriais.

Figura 11 – Crédito a pessoas jurídicas – Região Sul

Novembro de 2018



Em síntese, a análise desagregada por microrregião do crédito evidencia concentração do volume nas áreas próximas às capitais nas diversas unidades da federação. Essa concentração é mais intensa no mercado corporativo em todas as regiões, onde, em geral, estão localizadas as grandes empresas do país. Entre as grandes regiões, o Sul apresenta o mercado de crédito mais desconcentrado, em parte, pela existência de um parque industrial no interior, pela forte presença das cooperativas agrícolas e pela melhor distribuição da população e da renda. Adicionalmente, a evolução regional do crédito, até novembro de 2018, mostra expansão do financiamento às pessoas físicas de forma generalizada nas grandes regiões, especialmente, Centro-Oeste e Norte e na maioria das 558 microrregiões, com destaque para as fronteiras agrícolas no Nordeste (região do Matopiba) e no Centro-Oeste. No segmento de pessoas jurídicas, houve, no mesmo período, crescimento nas regiões Sul, Centro-Oeste e Norte.

Diferenças no comportamento regional dos preços ao consumidor

Este boxe analisa o comportamento do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e de seus principais segmentos¹, em 2017 e 2018, nas cinco regiões geográficas, evidenciando suas diferenças, relativamente à média observada em nível nacional. A análise considera a decomposição, nos efeitos composição da cesta de consumo e variações nos preços, das diferenças da inflação regional e nacional².

A desinflação nos preços ao consumidor, registrada de modo mais significativo a partir do quarto trimestre de 2016, ocorreu de forma generalizada em termos regionais, porém com intensidades distintas. Discrepâncias no ritmo de desinflação foram observadas, sobretudo, ao final de 2017 e ao longo do primeiro semestre de 2018, período no qual a inflação no Norte e no Nordeste apresentaram variações significativamente menores, contrastando com as demais regiões. Ao final de 2018, ocorre trajetória de convergência das inflações regionais em doze meses (Gráfico 1).

A estrutura da cesta de consumo de cada região, reflete diferenças nos níveis de renda familiar, preços e hábitos regionais, que repercutem na evolução distinta da inflação regional. Observa-se maior peso da alimentação no domicílio (AD) no Norte (25,2%, relativo a 80 subitens) e Nordeste (20,4%, para 109 subitens), contrapondo-se à menor participação do grupamento de serviços (S), enquanto nas demais regiões verifica-se o inverso. Os pesos dos grupos de bens com preços monitorados (M) e bens industriais (BI) são relativamente homogêneos nas regiões (Gráfico 2, com dados de dezembro de 2018).

Gráfico 1 – Variação nos preços ao consumidor nas regiões

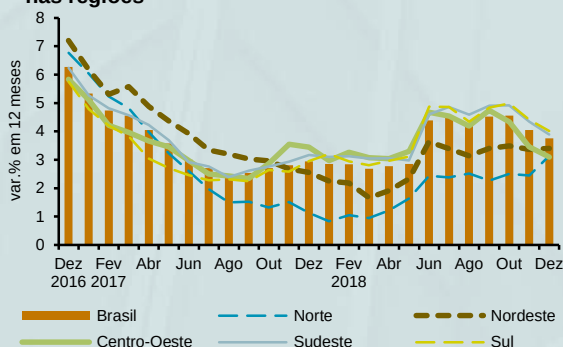
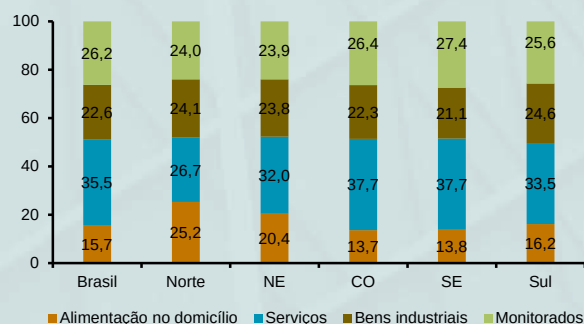


Gráfico 2 – Ponderação de subitens por segmento, por região – Dezembro de 2018



A evolução da inflação brasileira em 2017 (2,95%) foi especialmente favorecida pela redução dos preços de AD (Gráfico 3), contribuindo para que Norte (1,12%) e Nordeste (2,56%) registrassem as menores inflações regionais. No Norte, o movimento também foi favorecido pela deflação ocorrida no segmento de BI, em particular dos grupos habitação, vestuário e artigos de residência. A maior inflação em 2017 foi observada no Centro-Oeste (3,45%), impactada pelo aumento nos preços monitorados, com ênfase em gasolina, energia elétrica residencial e ônibus urbano. Nesse mesmo período, o Sudeste (3,16%) foi a região onde os preços de BI registraram maior elevação (Gráfico 5), enquanto no Sul (2,96%) a variação do IPCA situou-se bem próxima à média do país.

1/ Os subitens do IPCA foram agrupados em Alimentação no domicílio (AD), Serviços (S), Bens industriais (BI) e Monitorados (M).

2/ Mesma metodologia foi utilizada em análises semelhantes anteriores. Ver boxes "Alimentação no domicílio: diferenças do comportamento regional dos preços", no Boletim Regional de outubro de 2018; e "Desinflação em 2016: efeitos regionais", no Boletim Regional de janeiro de 2017.

Em 2018, a inflação no Brasil atingiu 3,75%, aumentando 0,8 p.p. ante 2017, com mínimo de 3,09% no Centro-Oeste e máximo de 4,02% no Sul (-0,4 e +1,1 p.p., na mesma base de comparação). A trajetória de desinflação em S e M se manteve, tanto no país quanto nas regiões, principalmente no Norte e no Centro-Oeste, na ordem. Ressalte-se a reversão no comportamento de AD³, registrada em todas as regiões, com incrementos de 8,4 p.p. no Norte a 11,6 p.p. no Sul (média de 9,4 p.p. no país).

Gráfico 3 – Variação de preços: alimentação no domicílio nas regiões

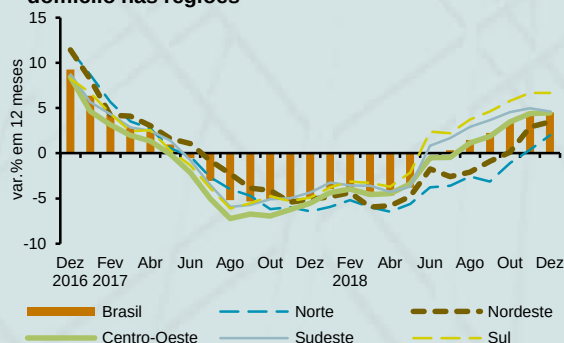


Gráfico 4 – Variação de preços: serviços nas regiões

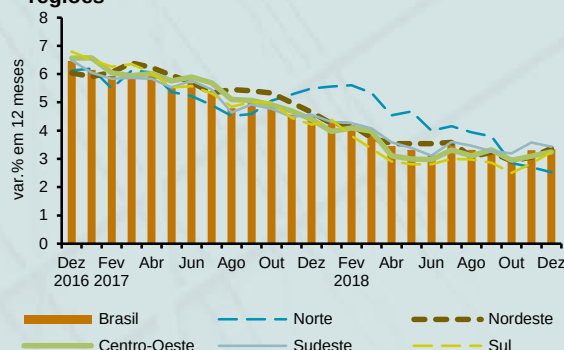


Gráfico 5 – Variação de preços: bens industriais nas regiões

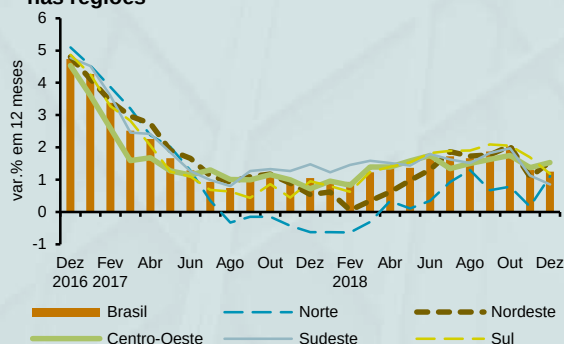
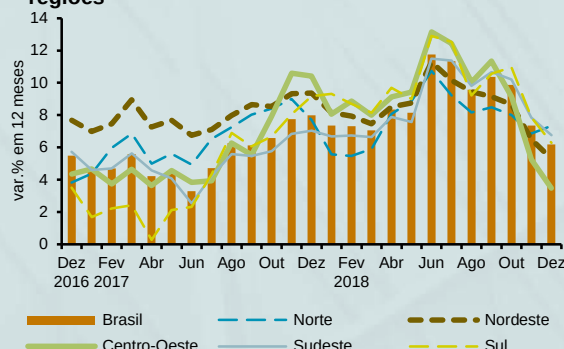


Gráfico 6 – Variação de preços: monitorados nas regiões



As diferenças entre a inflação de cada região e a do país ("desvios") foram decompostas em dois componentes aditivos: efeito preço (EP) – diferença entre a variação de preços de cada região e a variação dos preços médios do país – e efeito composição (EC), que avalia o impacto da diferença da estrutura de ponderação de cada região, relativamente à do país.

A análise a seguir destaca, para cada região, os EP nos quatro segmentos do IPCA (AD; S; BI e M) e o EC no IPCA geral, considerando as respectivas contribuições nos desvios totais das taxas de inflação nas regiões em 2017 e 2018.⁴

O maior desvio da inflação em 2017 ocorreu no Norte (-1,82 p.p.), com contribuições do EP (-0,55 p.p.) e do EC (-1,28 p.p.) no mesmo sentido. O EC significativo é explicado, principalmente, pela maior representação dos alimentos na cesta de consumo (como mencionado, alimentos tiveram reduções generalizadas de preços em 2017). Na análise do EP, destaca-se a contribuição negativa⁵ dos grupo de AD e BI, que superaram amplamente os EP desses segmentos nas demais regiões. Em 2018, o desvio (negativo) da inflação na região Norte deveu-se exclusivamente ao EC. Importante observar que a variação dos preços de alimentos

3/ Ver boxe no Boletim Regional de outubro de 2018.

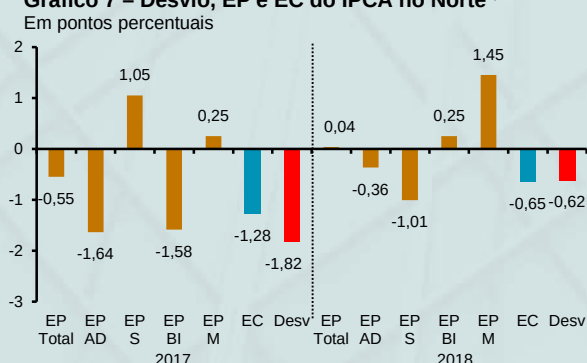
4/ O IPCA de cada região tem a seguinte ponderação: Norte, 4,65%; Nordeste, 15,89%; Centro-Oeste, 7,90%; Sudeste, 55,37% e Sul, 16,19%.

5/ Seguindo a metodologia, um EP negativo/positivo em uma região significa que a variação de preços nessa região foi inferior/superior à média da variação de preços no país. Assim, quando mencionado alta/redução dos preços em determinado segmento, estamos sempre considerando a diferença relativa dos preços da região com a do país, e não sua variação absoluta.

manteve-se, na região, abaixo da inflação local. O EP foi praticamente nulo, com a alta ocorrida nos preços de M (energia elétrica residencial, ônibus urbano e gás de botijão) e BI, sendo compensadas pelas reduções dos preços de AD e S. Adicionalmente, observa-se que a diferença da inflação de AD na região e no país foi maior em 2018, em relação à verificada em 2017, mas que o EP nesse segmento foi em sentido contrário (maior em 2017 do que em 2018) – mesmo efeito observado no Nordeste e no Sul. Uma possível explicação para esse comportamento seria que, na presença de variações de preços mais intensas (queda generalizada dos alimentos em 2017), fica mais difícil distinguir entre mudança de preços relativos e ruído nos preços.

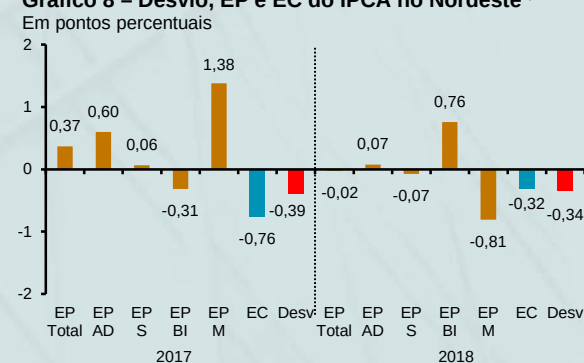
No Nordeste, as inflações também foram inferiores à nacional nos períodos avaliados, mas em menor intensidade à observada no Norte, seja para o IPCA total ou seus segmentos. Em 2017, o EC e o EP exerceram pressões em sentidos contrários, com a alta dos preços (especialmente em AD e M), sendo mais do que compensada pelo EC, novamente favorecido pela maior ponderação da AD (Gráfico 8). Em 2018, o EC foi determinante para a menor inflação na região Nordeste, em razão de comportamento praticamente nulo do EP, com a alta dos preços de BI compensada pela redução em M.

Gráfico 7 – Desvio, EP e EC do IPCA no Norte^{1/}



1/ Em relação ao IPCA do país.

Gráfico 8 – Desvio, EP e EC do IPCA no Nordeste^{1/}

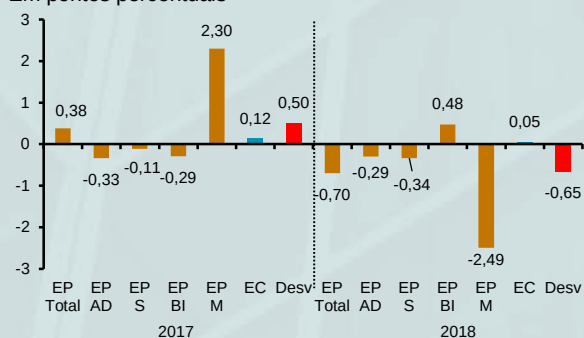


1/ Em relação ao IPCA do país.

A inflação no Centro-Oeste superou a média nacional em 0,50 p.p. em 2017, com o EP (0,38 p.p.) e o EC (0,12 p.p.) exercendo pressões no mesmo sentido. O comportamento do EP nos diversos segmentos evidencia o impacto dos preços M, que possuem a segunda maior ponderação entre as regiões. Ressaltem-se os aumentos em energia elétrica residencial, gasolina, ônibus urbano e gás de botijão. Em 2018, contudo, os preços desses mesmos itens registraram variações menores, com EP baixista, contribuindo para que a região registrasse a menor inflação (e o maior desvio, relativamente ao país). Adicionalmente, observa-se que o EC foi bastante baixo nos dois anos – a região registrou o menor impacto absoluto desse efeito no acumulado do período em análise, sugerindo padrão de cesta de consumo mais próximo à média do país.

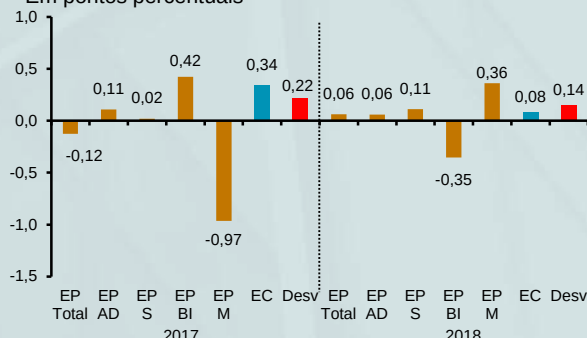
Em termos regionais, o Sudeste registrou a segunda maior inflação no biênio considerado (+0,22 p.p. em 2017 e +0,14 p.p. em 2018, acima da média nacional). Em 2017, o EC altista, refletindo em parte a maior representação de M, explicou o desvio inflacionário. Em 2018, tanto o EC (0,08 p.p.) como o EP (0,06 p.p.)

Gráfico 9 – Desvio, EP e EC do IPCA no Centro-Oeste^{1/}



1/ Em relação ao IPCA do país.

Gráfico 10 – Desvio, EP e EC do IPCA no Sudeste^{1/}



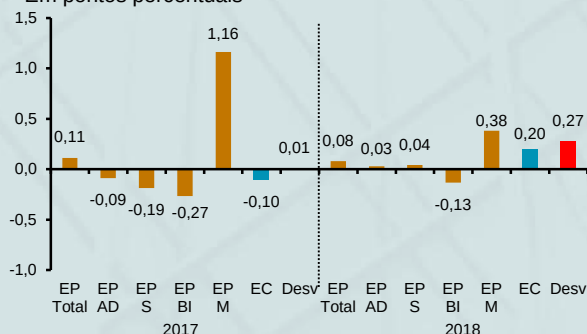
1/ Em relação ao IPCA do país.

contribuíram para a maior inflação regional relativamente à do país. Por segmento, observe-se que o aumento da inflação dado pelo EP no grupo M foi parcialmente compensado pelo EP negativo observado no BI.

A inflação no Sul situou-se muito próxima à nacional em 2017 (+0,01 p.p.) e 0,27 p.p. acima, em 2018, quando registrou a inflação regional mais elevada. A evolução em 2017, refletiu contribuições em sentidos opostos do EP (positivo) e do EC (negativo). Em 2018, os dois efeitos contribuíram para o desvio inflacionário. Assim como em 2017, os preços de M exerceram a principal pressão altista, mas o EC, ao situar-se em nível mais elevado dentre as regiões, foi a principal influência refletindo, em especial, a estrutura da cesta de consumo de AD e a maior participação de M na composição do IPCA do Sul.

Gráfico 11 – Desvio, EP e EC do IPCA no Sul^{1/}

Em pontos percentuais



1/ Em relação ao IPCA do país.

Em síntese, a inflação em 2017 e 2018 apresentou desvios importantes entre as regiões. Em linhas gerais, a inflação foi menor no Norte e Nordeste, repercutindo, em parte, a maior participação dos preços de alimentos, e superior no Sudeste. Nas regiões com inflação mais baixa, o EC apareceu como determinante, embora tenha ocorrido redução importante da inflação pelo EP do Norte em 2017, decorrente do comportamento dos preços de AD e BI. No Centro-Oeste, o EP foi determinante para explicar a diferença da inflação nos dois anos, em especial, no segmento de preços monitorados, que exerceu forte pressão de alta em 2017 e em sentido contrário em 2018. A inflação mais elevada no Sudeste refletiu, em parte, o maior peso dos monitorados na cesta, segmento cujos preços registraram maiores aumentos tanto em 2017 como em 2018. O EP no Sul foi positivo nos dois anos e influenciado, principalmente, pelo comportamento dos preços monitorados. Esse efeito positivo do EP foi compensado pelo EC em 2017, fato que não ocorreu em 2018, contribuindo para que a região registrasse a maior inflação dentre as regiões.

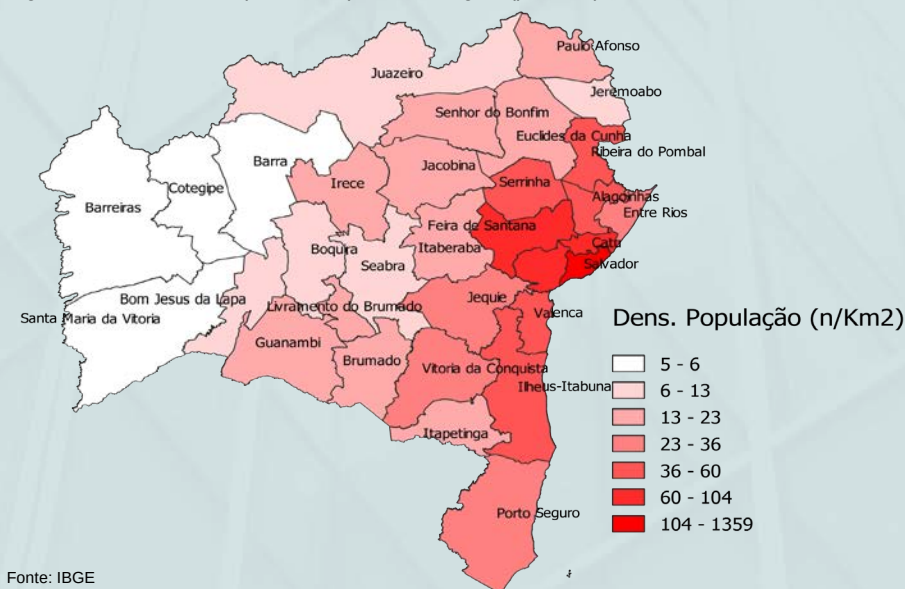
Adicionalmente, observou-se um padrão mais homogêneo entre as inflações das regiões em 2018, em comparação ao ano anterior, resultado favorecido, em parte, pelo fortalecimento do processo de consolidação da estabilidade de preços. Nesse sentido, destaca-se que, em todas as regiões – exceto o Centro-Oeste, por especificidade dos preços monitorados – o EP Total em 2018, em módulo, foi menor do que o de 2017.

Economia baiana

Este boxe analisa a evolução recente da atividade econômica na Bahia e as perspectivas para os próximos trimestres, destacando a composição de sua estrutura produtiva em relação à do país e à da região Nordeste. Adicionalmente, o boxe abrange a distribuição espacial da renda, do mercado de trabalho e do crédito entre as principais microrregiões do estado.

A Bahia corresponde à sexta economia do país e à maior no Nordeste, segundo dados das Contas Regionais de 2016¹ (de 2010 a 2015 representava a sétima economia). O Produto Interno Bruto (PIB) do estado alcançou R\$258,9 bilhões em 2016, o que representa 4,1% do PIB nacional e 27% do PIB Nordeste. O estado é bastante heterogêneo geograficamente em termos de renda e densidade populacional, concentrando a maior parte da população em torno da capital, Salvador, e nas regiões litorâneas (Figura 1).

Figura 1 – Densidade Populacional por microrregião (por/km2)



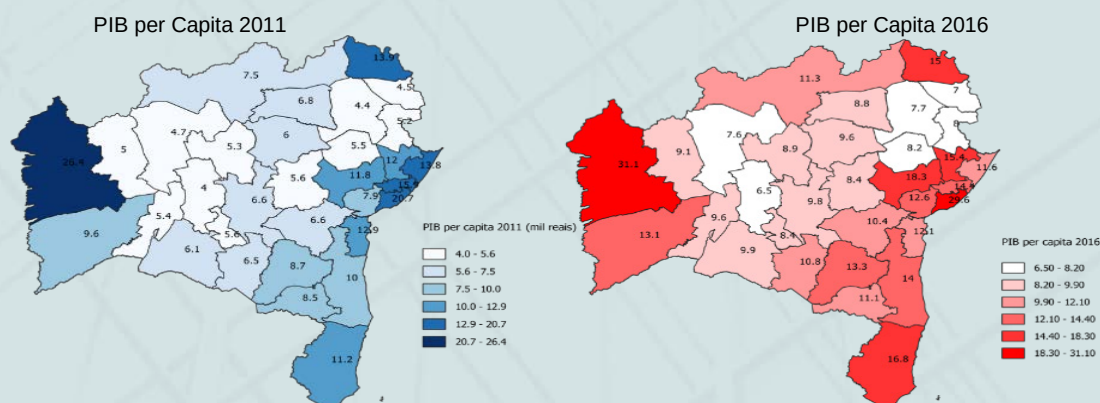
Fonte: IBGE

O PIB *per capita* em 2016 situou-se em R\$16,9 mil (20ª posição dentre as Unidades da Federação (UF), ante média nacional de R\$30,4 mil. A distribuição espacial da renda *per capita* (Figura 2) apresenta aspectos distintos da distribuição populacional. O extremo Oeste destaca-se pelo avanço decorrente da produção agrícola em grandes propriedades; as microrregiões Juazeiro e Paulo Afonso são beneficiadas pelas culturas agrícolas irrigadas no vale do São Francisco; o extremo Sul se desenvolve com o turismo e a indústria, especialmente de celulose; a região de Feira de Santana é importante ponto comercial; e as regiões próximas a Salvador concentram a maior parte da indústria e serviços da Bahia.

A composição do Valor Adicionado Bruto (VAB) revela importante contribuição da administração pública, com representatividade na economia estadual acima da observada como média do país, mas inferior à média do Nordeste (Gráfico 1). Também se destacam, no estado, a indústria de transformação, com ênfase no polo industrial de Camaçari, e a agropecuária. Em sentido contrário, o menor peso da intermediação financeira ante a média do país reflete a concentração do segmento em São Paulo, Rio de Janeiro e Distrito Federal.

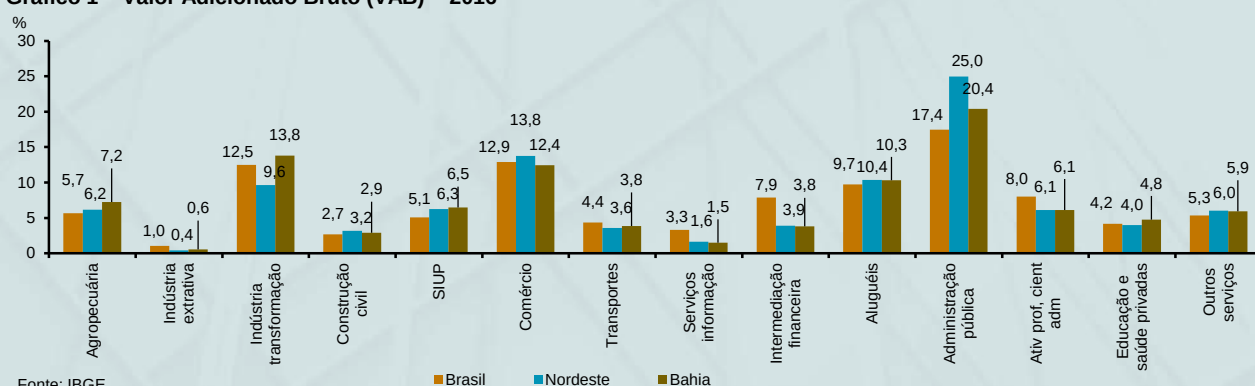
1/ Último ano com dados divulgados pelo IBGE para o PIB estadual.

Figura 2 – Evolução do PIB per capita por microrregião (%) – Bahia – 2011/2016



Fonte: IBGE

Gráfico 1 – Valor Adicionado Bruto (VAB) – 2016



Fonte: IBGE

A economia baiana, bem como a nacional, mostra recuperação moderada desde o primeiro trimestre de 2017 (Gráfico 2), após a recessão observada em 2015 e 2016, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (para o país) e da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) (para a Bahia). Agregando dados mais recentes, o Índice de Atividade Econômica Regional da Bahia (IBCR-BA) sinaliza trajetória de acomodação do PIB baiano na margem. O indicador mostrou relativa estabilidade no trimestre encerrado em novembro, em relação ao trimestre anterior, considerados dados dessazonalizados.

Gráfico 2 – PIB real



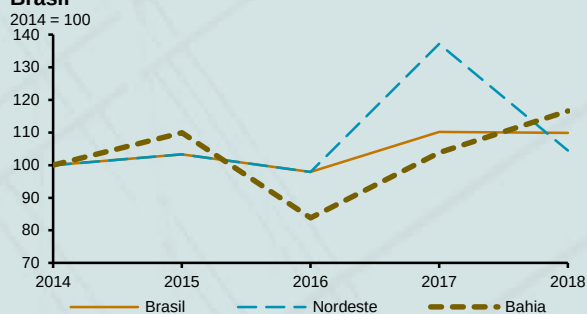
A agricultura, que representou 4,8% do valor da produção agrícola (VPA) nacional em 2017 (Tabela 1), conforme a pesquisa Produção Agrícola Municipal (PAM), do IBGE, registrou desempenho positivo no biênio 2017/2018. A safra de grãos representou 51,7% do VPA do estado em 2017, com destaque para as colheitas de soja e algodão – sétima e segunda maiores do país, respectivamente – que, em conjunto, representaram 47,1% do VPA daquele ano. Em relação às demais culturas, sobressaem os cultivos de café, banana e cacau.

Tabela 1 – Composição do valor da produção agrícola
Principais produtos do estado

	Bahia	Bahia/NE	Bahia/Brasil
Total	100,0	42,4	4,8
Soja	34,5	54,1	4,7
Algodão	12,6	89,4	23,0
Café	6,7	99,2	5,6
Banana	6,0	36,2	11,6
Milho	5,6	27,9	2,6
Cacau	4,8	100,0	43,8

Fonte: PAM/IBGE (2017)

Gráfico 3 – VAB da agropecuária – Bahia, Nordeste e Brasil



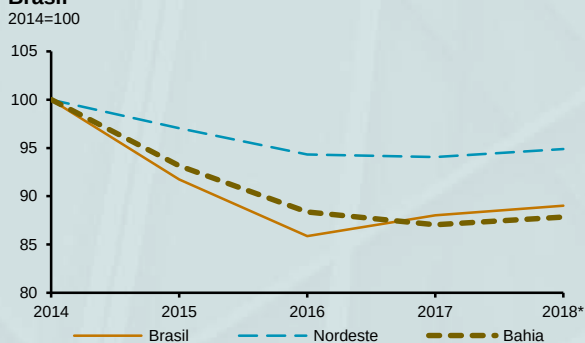
Fontes: IBGE. Para o Nordeste e Bahia, estimativas para 2017 e 2018. Para o Brasil o dado de 2018 é o de 2017 encadeado pela variação acumulada até setembro.

A produção de grãos na Bahia atingiu seu recorde histórico em 2018, 9,3 milhões de toneladas, valor 15,4% superior à produção de 2017, segundo dados do IBGE (Levantamento Sistemático da Produção Agrícola – LSPA). A soja cresceu 21,6%, e o algodão, 49,8%.

No início da crise econômica (2014 e 2015), a desaceleração da atividade industrial na Bahia e no Nordeste foi menor que na média do País. A situação, a partir de 2017, alterou-se ligeiramente, com relativa retomada na atividade fabril em nível nacional, enquanto na Bahia o dinamismo industrial mostra relativa acomodação (Gráfico 4).

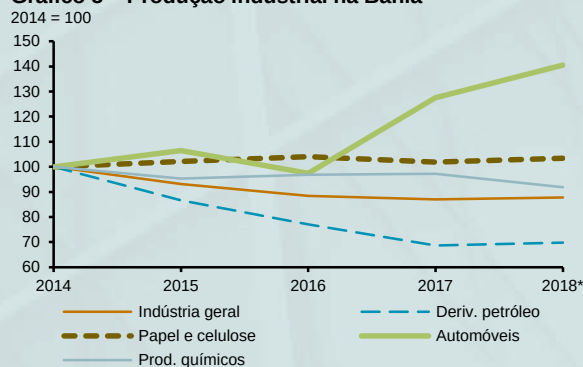
A produção da indústria de veículos oscilou nos últimos anos, com crescimento em 2015, retração em 2016 e expansão significativa no biênio 2017/2018 (Gráfico 5). A produção de celulose, muito dependente de demanda externa, não registrou reduções importantes da atividade ao longo desse período, contribuindo para a relativa resiliência da indústria baiana vis-à-vis a nacional. A retração observada no segmento derivados de petróleo está associada, principalmente, a decisões corporativas sobre a distribuição de produção nas diversas regiões do país, dadas as condições comparativas entre os custos de produção local e as importações. Nos últimos meses, observa-se crescimento desse segmento (alta de 5,5% no trimestre encerrado em novembro comparativamente ao trimestre anterior), com perspectivas positivas no curto prazo. Vale mencionar que a fabricação de coque e derivados de petróleo representa 27% do Valor da Transformação Industrial (VTI) (Pesquisa Industrial Anual – PIA/IBGE de 2016) do estado, tendo forte relação com a atividade da refinaria situada em São Francisco do Conde, próxima a Salvador.

Gráfico 4 – Produção Industrial - Bahia, Nordeste e Brasil



Fontes: PIM/IBGE. * até novembro.

Gráfico 5 – Produção industrial na Bahia

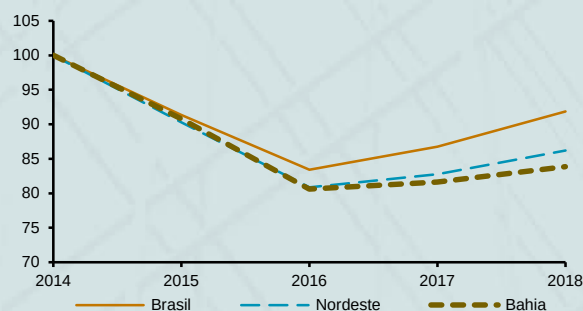


Fontes: PIM/IBGE até novembro.

O comércio representou 12,4% do VAB do estado em 2016, inferior apenas ao peso da administração pública e da indústria de transformação. As vendas do comércio ampliado da Bahia apresentam recuperação desde o início de 2017, mas em ritmo menor do que a observada em nível nacional e regional (Gráfico 6). Destacaram-se, no biênio 2017/18, as evoluções dos segmentos móveis e eletrodomésticos, e veículos – em parte refletindo a expansão do crédito –, após retração no biênio anterior (Gráfico 7).

Gráfico 6 – Comércio Varejista Ampliado – Bahia, Nordeste e Brasil

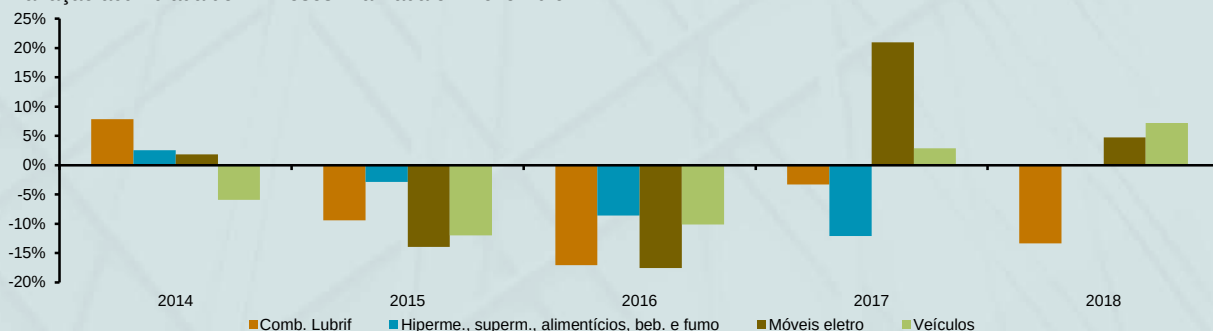
2014 = 100



Fontes: PMC/IBGE * até novembro.

Gráfico 7 – Comércio Varejista Ampliado

Variação acumulada de 12 meses finalizada em novembro

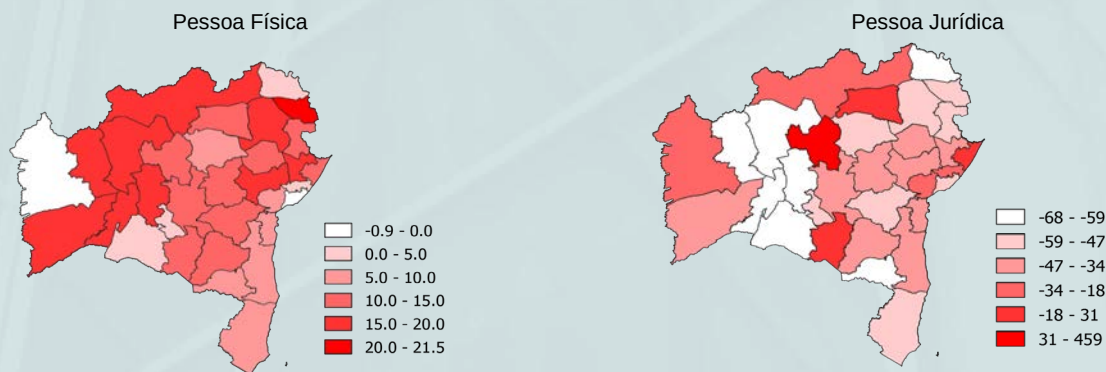


Fonte: IBGE

O mercado de crédito na Bahia apresentou relativa estagnação, considerando o estoque nominal, passando de R\$108,4 bilhões em novembro de 2014 para R\$110,6 bilhões em novembro 2018. Esse comportamento refletiu, sobretudo, a redução do crédito para pessoa jurídica (PJ), principalmente, em operações de capital de giro e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), em contraposição ao crescimento do crédito para pessoa física. A participação dos saldos de empréstimos para pessoa física no crédito total passou de 52,4% para 66,3% no período – à semelhança do observado para a média dos outros estados do Nordeste (55,5% para 66,9%) e para o Brasil (47,7% para 55,6%).

Considerando esse mesmo período, e usando o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) como deflator, apenas quatro das 32 microrregiões do estado apresentaram aumento real do estoque de crédito para pessoa jurídica (Irecê, Senhor do Bonfim, Brumado, Entre Rios), embora representem menos de 7% do estoque para PJ. No crédito para pessoa física, com exceção das microrregiões de Barreiras e Salvador, houve incremento real relativamente homogêneo (Figura 3). Dados agregados para o estado mostram expansão real de 5,5% no crédito para pessoa física, enquanto a variação para pessoa jurídica alcançou -41,7% no período considerado.

Figura 3 – Variação do estoque de crédito por microrregião (%) – Bahia – 2014/2018



Fonte: BCB

O ritmo gradual de recuperação econômica no estado, após os dois anos de recessão (2015 e 2016), se reflete no elevado desemprego da região. A taxa de desocupação aumentou sucessivamente de 2015 a 2017, quando atingiu 17% da força de trabalho (a terceira maior do país à época), como reflexo dos recuos de 0,8% na força de trabalho e de expressivos 8,2% na ocupação. Em 2018, no acumulado dos três primeiros trimestres, a desocupação situou-se 0,7 p.p. abaixo da registrada em igual período de 2017 (Gráfico 8), refletindo estabilidade da ocupação e redução de 0,8% na força de trabalho. A média dos rendimentos reais do trabalho, que apesar da crise haviam crescido 1,4% de 2015 a 2017 (retração de 4,0% para os conta-própria, aumento de 4,7% para os empregadores e estabilidade entre os empregados), mostrou incremento de 4,8% ao longo dos três trimestres de 2018, impulsionado, principalmente, pela recuperação nos rendimentos dos conta-própria (6,2%).

Gráfico 8 – Taxa de desocupação – Bahia, Nordeste e Brasil

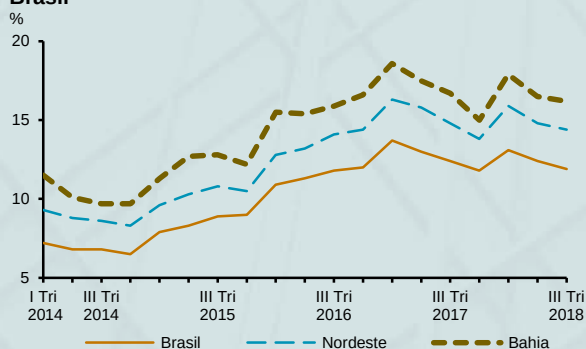
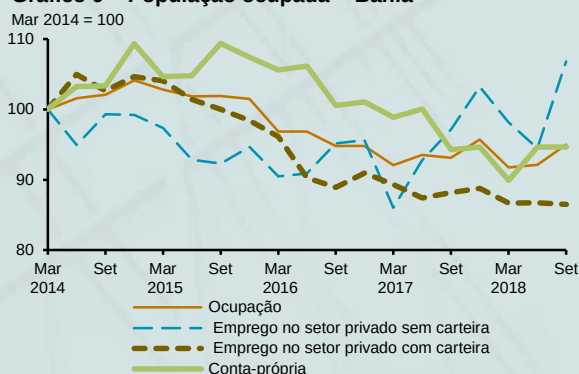


Gráfico 9 – População ocupada – Bahia



A recessão também afetou o comércio internacional do estado. Houve diminuição dos volumes transacionados e o saldo, que foi negativo em 2015, se tornou superavitário no ano seguinte, repercutindo a maior contração das importações *vis-à-vis* as vendas externas. No biênio seguinte, observou-se retomada do comércio, com aumento gradual do volume negociado e continuidade de saldos positivos (Gráfico 10). Esse cenário refletiu, em parte, a evolução positiva dos índices de preço das exportações a partir de 2017.

Na pauta de exportações do estado destaca-se a mudança de peso relativo das vendas segundo o fator agregado ocorrida nos últimos anos, com ganhos em produtos básicos – avanços nos embarques de soja – e perdas em manufaturados² – reduções nas vendas de óleos combustíveis e hidrocarbonetos (Gráfico 11). Adicionalmente, a celulose (semimanufaturado) detém a maior representatividade em valor exportado nos últimos cinco anos, tendo como principal destino a China, assim como acontece com a soja.

Gráfico 10 – Balança comercial – Bahia

Acumulado 12 meses - em US\$ bilhões

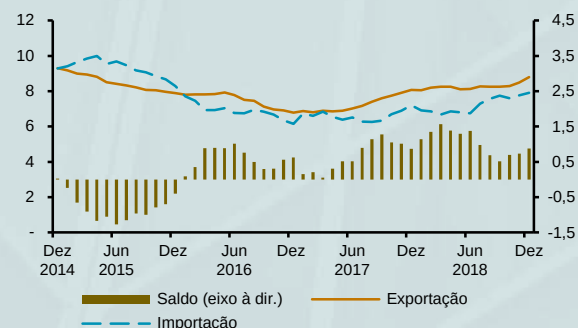
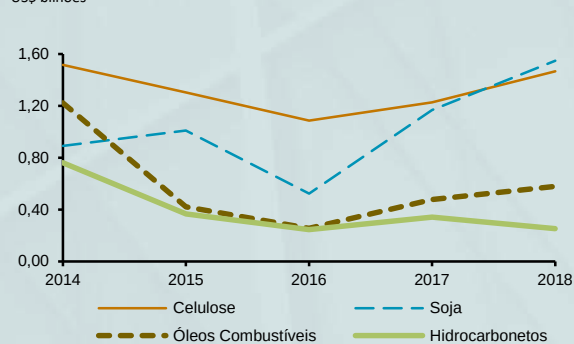


Gráfico 11 – Produtos exportados - Bahia

Em US\$ bilhões

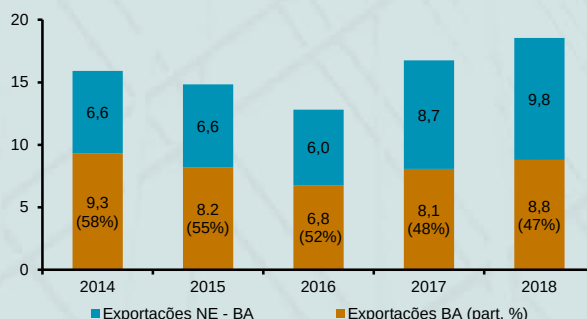


2/ Os produtos manufaturados representaram 48,4% da pauta em 2014, perdendo 9,0 p.p. em 2018, enquanto as exportações de produtos básicos avançaram 8,7 p.p., atingindo 33,7% da pauta.

A dinâmica das vendas ao exterior implicou alterações nos números relativos das exportações do estado ante o Nordeste e o país. Com efeito, entre 2014 e 2018, a participação baiana nas exportações regionais e do Brasil foi reduzida de 58,5% e 4,2%, respectivamente, para 47,4% e 3,8% (Gráfico 12).

Gráfico 12 – Exportações – Bahia e Nordeste

Em US\$ bilhões



Fonte: Ministério da Economia/Secex

Em relação às importações, a participação de bens de consumo recuou de 15,0% em 2014 para 5,3% em 2018, refletindo, principalmente, a diminuição nas aquisições de automóveis (superior a US\$1 bilhão em 2014 ante US\$228,4 milhões em 2018). Os bens intermediários representaram aproximadamente 70% da pauta de importações dos últimos cinco anos, principalmente, naftas para a indústria petroquímica, sulfetos de minérios de cobre e gás natural liquefeito.

Em síntese, a economia baiana apresenta recuperação gradual da atividade desde 2017, com contribuição importante do setor agrícola e relativa estabilidade da indústria e dos serviços. O setor industrial do estado, relativamente ao do Nordeste, apesar de mais diversificado, foi afetado com maior intensidade durante a recessão no biênio 2015/16. As perspectivas para a economia da Bahia nos próximos trimestres permanecem desafiadoras. Por um lado, observa-se melhora moderada dos indicadores de oferta e demanda, e aumento do volume de crédito, favorecidos pelo cenário benigno de estabilidade de preços e de taxa de juros em patamar baixo. Por outro lado, persiste a fragilidade no mercado de trabalho, com desemprego elevado.

Apêndice

Banco Central do Brasil

Representações Regionais do Departamento Econômico do Banco Central do Brasil

Banco Central do Brasil

Presidente
Ilan Goldfajn

Diretor de Política Econômica
Carlos Viana de Carvalho

Chefe do Departamento Econômico
Tulio José Lenti Maciel

Representações Regionais do Departamento Econômico

Coordenação Regional do Nordeste

Núcleo da Coordenação Regional do Nordeste na Bahia

Núcleo da Coordenação Regional do Nordeste no Ceará

Coordenação Regional do Norte e Sul

Núcleo da Coordenação Regional do Norte e Sul no Pará

Núcleo da Coordenação Regional do Norte e Sul no Paraná

Coordenação Regional do Sudeste

Núcleo da Coordenação Regional do Sudeste em Minas Gerais

Núcleo da Coordenação Regional do Sudeste no Rio de Janeiro

Representações Regionais do Departamento Econômico do Banco Central do Brasil

Coordenação Regional do Nordeste

Rua da Aurora, 1259 – Santo Amaro
Caixa Postal 1.445
50040-090 – Recife (PE)
E-mail: pe.depec@bcb.gov.br

Núcleo da Coordenação Regional do Nordeste na Bahia

Av. Anita Garibaldi, 1.211 – Ondina
Caixa Postal 44
40210-901 – Salvador (BA)
E-mail: ba.depec@bcb.gov.br

Núcleo da Coordenação Regional do Nordeste no Ceará

Av. Heráclito Graça, 273 – Centro
Caixa Postal 891
60140-061 – Fortaleza (CE)
E-mail: ce.depec@bcb.gov.br

Coordenação Regional do Norte e Sul

Rua 7 de setembro, 586 – Centro
Caixa Postal 919
90010-190 – Porto Alegre (RS)
E-mail: rs.depec@bcb.gov.br

Núcleo da Coordenação Regional do Norte e Sul no Pará

Boulevard Castilhos França, 708 – Centro
Caixa Postal 651
66010-020 – Belém (PA)
E-mail: pa.depec@bcb.gov.br

Núcleo da Coordenação Regional do Norte e Sul no Paraná

Av. Cândido de Abreu, 344 – Centro Cívico
Caixa Postal 1.408
80530-914 – Curitiba (PR)
E-mail: pr.depec@bcb.gov.br

Coordenação Regional do Sudeste

Av. Paulista, 1804 – Bela Vista
Caixa Postal 8.984
01310-922 – São Paulo (SP)
E-mail: gtspa.depec@bcb.gov.br

Núcleo da Coordenação Regional do Sudeste em Minas Gerais

Av. Álvares Cabral, 1.605 – Santo Agostinho
Caixa Postal 887
30170-001 – Belo Horizonte (MG)
E-mail: mg.depec@bcb.gov.br

Núcleo da Coordenação Regional do Sudeste no Rio de Janeiro

Av. Presidente Vargas, 730 – Centro
Caixa Postal 495
20071-900 – Rio de Janeiro (RJ)
E-mail: rj.depec@bcb.gov.br

Siglas

a.a.	ao ano
AD	Alimentação no domicílio
BI	Bens industriais
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
Caged	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CNC	Confederação Nacional do Comércio
CNI	Confederação Nacional da Indústria
Cotepe	Comissão Técnica Permanente do ICMS
CSP	Companhia Siderúrgica do Pecém
Depec	Departamento Econômico
Deral	Departamento de Economia Rural
EC	Efeito composição
EP	Efeito preço
EUA	Estados Unidos da América
Fenabrave	Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores
Fieam	Federação das Indústrias do Estado do Amazonas
Fiec	Federação das Indústrias do Estado do Ceará
Fiemg	Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais
Fiep	Federação das Indústrias do Estado do Paraná
Fiepe	Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco
Fiesp	Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
Firjan	Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro
FT	Força de Trabalho
Fundeb	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
IBC-Br	Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil
IBCR	Índice de Atividade Econômica Regional
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICC	Índice de Confiança do Consumidor
Iceb	Indicador de Confiança do Empresariado Baiano
Icec	Índice de Confiança do Empresário do Comércio
Icei	Índice de Confiança do Empresário Industrial
ICF	Intenção de Consumo das Famílias
ICIC	Índice de Confiança da Indústria da Construção
ICIT	Índice de Confiança da Indústria de Transformação
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IDC Consumidor	Demanda do Consumidor por Crédito
IDC Empresas	Demanda das Empresas por Crédito
IGP-DI	Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna
Iparde	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
IPCA	Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo

Ipead	Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, Administrativas e Contábeis de Minas Gerais
Ipece	Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará
LSPA	Levantamento Sistemático da Produção Agrícola
M	Monitorados
Nuci	Nível de Utilização da Capacidade Instalada
p.p.	pontos percentuais
PAM	Produção Agrícola Municipal
PF	Pessoa Física
PIA	Pesquisa Industrial Anual
PIB	Produto Interno Bruto
PIM-PF	Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física
PJ	Pessoa Jurídica
PMC	Pesquisa Mensal do Comércio
PMS	Pesquisa Mensal de Serviços
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNAD Contínua	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua
PNADC-T	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – Trimestral
PO	População Ocupada
Repetro	Regime Aduaneiro Especial de Exportação e Importação de Bens destinados às Atividades de Pesquisa e de Lavra das Jazidas de Petróleo e de Gás Natural
Replan	Refinaria de Paulínia
RMBH	Região Metropolitana de Belo Horizonte
RMC	Região Metropolitana de Curitiba
RMF	Região Metropolitana de Fortaleza
RMPA	Região Metropolitana de Porto Alegre
RMR	Região Metropolitana do Recife
RMRJ	Região Metropolitana do Rio de Janeiro
RMS	Região Metropolitana de Salvador
RMSP	Região Metropolitana de São Paulo
S	Serviços
Seab	Secretaria da Agricultura e do Abastecimento do Estado do Paraná
Seade	Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados
SEI	Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia
SFH	Sistema Financeiro da Habitação
SFN	Sistema Financeiro Nacional
SIF	Serviço de Inspeção Federal
STN	Secretaria do Tesouro Nacional
UF	Unidade da Federação
VAB	Valor Adicionado Bruto
VBP	Valor bruto da produção
VPA	Valor da produção agrícola
VTI	Valor da Transformação Industrial



**BANCO CENTRAL
DO BRASIL**

bcb.gov.br